

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

ANA PAULA DE OLIVEIRA DO Ó

**MM BOXE: OCUPAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA
SOCIAL EM RIO CLARO - SP.**

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO

2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

Ana Paula de Oliveira do Ó

**MM Boxe: Ocupação, territorialização e resistência social em
Rio Claro - SP.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas do
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Dayana Aparecida Marques de
Oliveira

O48m Oliveira do Ó, Ana Paula de
MM Boxe: Ocupação, territorialização e resistência social em Rio Claro - SP. / Ana Paula de Oliveira do Ó. -- Rio Claro, 2026
134 p. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientadora: Dayana Aparecida Marques de Oliveira

1. Territorialização. 2. Cidadania. 3. Ocupação. 4. MM Boxe. 5. Rio Claro - SP. I. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

Ana Paula de Oliveira do Ó

MM Boxe: Ocupação, territorialização e resistência social em Rio Claro - SP.

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Geociências e Ciências
Exatas do Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dra. DAYANA APARECIDA MARQUES DE OLIVEIRA
IGCE / UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. ANDRÉ BUONANI PASTI
PGT / UFABC/Santo André (SP)

Prof. Dr. FABRÍCIO GALLO
IGCE / UNESP/Rio Claro (SP)

Conceito: Aprovado.

Rio Claro (SP), 09 de dezembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Dayana Aparecida Marques de Oliveira por todas as trocas tidas nesse processo. Pela paciência, respeito, incentivo, humildade e confiança. A você, minha mais profunda admiração por tudo que tem me ensinado.

A Unesp, instituição que me formou de várias maneiras, e todos seus funcionários que me auxiliaram em vários momentos de dúvidas e frustrações. O trabalho e acolhimento dessas pessoas foi fundamental para a concepção deste trabalho.

Ao meu companheiro Leilso, pelo amor, cumplicidade, amizade, compreensão e companheirismo. Sem o seu apoio, esse processo de construção não seria o mesmo.

Aos membros do grupo MM Boxe pela disponibilidade e disposição. Graças a luta de vocês esse trabalho foi possível.

A todas as pessoas que entrevistei, em especial aos idealizadores da academia, essenciais para a concretização dessa pesquisa. E ao representante da secretaria de esportes pela disposição e prestatividade.

Ao professor Fabrício Gallo que sempre esteve presente em minha formação acadêmica. Meu respeito e gratidão.

Aos meus colegas de pós-graduação Caetano, Paloma e João Lucas, por tudo que foi compartilhado.

A minha família, por aceitarem minhas ausências.

A todos os meus amigos, pelos momentos não vividos.

A todos os espaços e pessoas que me acolheram e me deram a sensação de pertencimento.

RESUMO

A presente dissertação parte do interesse de entender o exercício da cidadania pelo uso social de espaços e equipamentos urbanos na cidade de Rio Claro - SP. A ocupação das formas e sua ressignificação, através das práticas de grupos e coletivos, revitalizam prédios abandonados pela lógica capitalista de uso do território. Esses grupos se instituem como alternativas de luta por acesso ao espaço e direitos urbanos pela população, se tornando resistência contra o discurso hegemônico imposto à sociedade. Dessa maneira, esta pesquisa propõe reflexões sobre alguns conceitos essenciais para discutir o território, a cidade, os agentes produtores do espaço urbano e o exercício da cidadania pela população urbana, levando a descrição e reflexão do principal objeto de estudo deste trabalho, que é a forma de ocupação do antigo galpão de armazenagem ferroviário, feita pela academia MM Boxe na área central da cidade. Buscou-se expor, através de levantamento bibliográfico, levantamento de dados, análise de leis e decretos, trabalho de campo, realização de entrevistas, fotos e mapas, como o complexo contexto de demandas e encontros entre o grupo e o Administração Pública Municipal, permitiu o desenvolvimento de práticas que promovem a reapropriação do espaço pela reterritorialização simbólica, material e singular do prédio. Constatou-se de maneira preliminar que, as ações que o grupo ligado a academia realiza, fomentam a participação social em discussões e práticas que tornam o espaço urbano de Rio Claro menos desigual, sendo um agente transformador no uso do espaço e no exercício da cidadania.

Palavras-chaves: Territorialização; Cidadania; Ocupação; MM Boxe; Rio Claro/SP.

ABSTRACT

This dissertation is grounded in the interest in understanding the exercise of citizenship through the social use of urban spaces and facilities in the city of Rio Claro, São Paulo, Brazil. The occupation of urban forms and their resignification through the practices of groups and collectives contribute to the revitalization of buildings abandoned by the capitalist logic of territorial use. These groups emerge as alternatives in the struggle for access to space and urban rights by the population, positioning themselves as forms of resistance to the hegemonic discourse imposed on society. In this sense, the research proposes reflections on key concepts for discussing territory, the city, agents involved in the production of urban space, and the exercise of citizenship by the urban population. This discussion leads to the description and analysis of the main object of study: the occupation of the former railway storage warehouse by the MM Boxe academy, located in the central area of the city. Through bibliographic research, data collection, analysis of laws and decrees, fieldwork, interviews, photographic records, and cartographic production, the study seeks to demonstrate how the complex context of demands and interactions between the group and the Municipal Public Administration enabled the development of practices that promote the reappropriation of space through the symbolic, material, and singular reterritorialization of the building. Preliminary findings indicate that the actions carried out by the group linked to the MM Boxe academy foster social participation in debates and practices that contribute to reducing inequalities in Rio Claro's urban space, positioning the group as a transformative agent in both the use of space and the exercise of citizenship.

Keywords: Territorialization; Citizenship; Occupation; MM Boxe; Rio Claro/SP.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1:Localização da cidade de Rio Claro no estado de São Paulo.....	11
Mapa 2: Localização da academia MM Boxe na cidade de Rio Claro – SP.....	12

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos relatos dos entrevistados e conclusões.....	22
Quadro 2: Codebook - Padronização de códigos para a transcrição.....	26
Quadro 3: Características dos entrevistados no período entre março a julho de 2025.	27

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Registro histórico da localização da rede ferroviária no Estado de São Paulo em 1954.	32
Figura 2: Logo da academia MM Boxe.....	108

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Serviços atuais no entorno da antiga estação ferroviária em 07/01/2025.	39
Foto 2: Registro histórico do exterior dos Armazéns Culturais na cidade de Rio Claro, sem data.....	43
Foto 3: Registro histórico do interior dos Armazéns Culturais na cidade de Rio Claro, sem data.....	44
Foto 4: Academia MM Boxe em 07/01/2025.	44
Foto 5: Barracão da solidariedade em 07/01/2025.....	45
Foto 6: Companhia Passarilhar em 01/08/2025.....	45
Foto 7: Orquestra Sinfônica Municipal e Orquestra dos Ferroviários - SMUAF, em Rio Claro, 07/01/2025.....	46
Foto 8: Academia de Jiu-Jitsu 01/08/2025.	47
Foto 9: Área residencial ao lado dos trilhos ferroviários 07/01/2025.	47
Foto 10: Fachada da parte de trás da academia MM Boxe em 19/05/2025.....	59
Foto 11: Interior da academia MM Boxe em 08/08/2025.....	61
Foto 12: Vestígios do muro que separava partes do galpão em 21/07/2025.	69
Foto 13: Estação Ferroviária, bairro Cidade Nova, parte da área central, 2013.	71
Foto 14: Fundo dos galpões e o pátio de manobras em 03/09/2025.	71
Foto 15: Evento de carnaval realizado pela academia em 03/02/2024.....	72

Foto 16: Conjunto de fotografias da área interna da Academia MM Boxe em 19/05/2025.	80
Foto 17: Exterior e interior da academia MM Boxe e os grafites como símbolos em 19/05/2025.	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABUST	Associação Brasileira do Uso Social da Terra
ALL	América Latina Logística
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CPEF	Companhia Paulista de Estradas de Ferro
ENEG	Encontro Nacional de Estudantes de Geografia
FADENP	Fundo de Apoio ao Desporto Não Profissional
FEPASA	Ferrovias Paulista S.A.
IGCE	Instituto de Geociências e Ciências Exatas
LIE	Lei de Incentivo ao Esporte
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MM Boxe	Associação Esportiva Macedo e Macedo's Boxe Rio Claro
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PPAES	Programa de Aperfeiçoamento e Apoio à Docência no Ensino Superior
PEB	Professor de Educação Básica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESP	Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PARTE I	9
INTRODUÇÃO	9
1 - PERCEPÇÕES DAS ENTREVISTAS.....	15
1.1 - Perfil dos entrevistados e dos relatos.....	16
1.2 - Análise comparativa	18
1.2.1 <i>Cidadania</i>	18
1.2.2 <i>Agentes sociais</i>	19
1.2.3 <i>Território</i>	19
1.2.4 <i>Ocupação</i>	20
1.2.5 <i>Recursos financeiros e a sustentabilidade das ações</i>	20
1.3 Síntese interpretativa	21
METODOLOGIA	24
PARTE II	30
CAPÍTULO 1 - AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO E TERRITORIALIZAÇÃO: A CIDADE DE RIO CLARO	30
1.1 Territórios vivos: práticas sociais e a territorialização.....	34
1.2 Agentes Sociais, cidadania e a Produção do Espaço.....	48
CAPÍTULO 2 - A CIDADANIA CIRCULA NAS FORMAS: POLÍTICAS, IDENTIFICAÇÕES E COLETIVISMO	54
2.1 Movimento e ocupação: o boxe como formação política.....	55
2.2 MM Boxe: a prática esportiva como renovação	57
2.3 Disputas e entraves: os obstáculos enfrentados pela academia MM Boxe.....	63
2.4 – Quem pisa no ringue, pisa em qualquer lugar do mundo - As contribuições do boxe para a democratização do espaço urbano em Rio Claro	73
CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIO PERCEBIDO: IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO PARA IDENTIDADE	84
3.1 Representações do espaço-território.....	85
3.2 As expressões de poder no território: disputas do corpo da cidade	92

3.3 Interpretações para a produção do espaço urbano – os agentes sociais ...	94
3.3.1 <i>A decadência do progresso: A influência do capital no espaço urbano</i>	<i>96</i>
3.3.2 <i>Fixos/Infraestruturas como símbolos de poder e cultura.....</i>	<i>98</i>
 CAPÍTULO 4 – DISPUTAS TERRITORIAIS: PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO E O EXERCÍCIO DE DIREITOS.....	101
 4.1 Entre o Concreto e o Coletivo: a responsabilidade social para além da propriedade.....	105
 4.2 Função social da propriedade: do discurso à realidade.....	109
 4.3 Mobilização popular e a transformação do espaço urbano pela função social da propriedade	112
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
 REFERÊNCIAS.....	121
 ANEXOS	126

PARTE I

INTRODUÇÃO

Na cidade se desenvolvem dinâmicas relacionais antagônicas, que envolvem as dimensões espaciais e sociais. Como um centro populacional, as relações de poder existentes neste espaço influenciam tanto o ordenamento dos elementos urbanos como a distribuição dos recursos territoriais (SANTOS, 2022). É nela que se encontram as condições do cotidiano social (CASTRO, 2003) que permitem o entendimento das relações existentes neste recorte espacial.

As representações espaciais são elementos essenciais para a percepção de questões relacionadas à construção da dinâmica urbana e da cidadania, ressaltando a análise geográfica como um meio de compreensão da complexidade que se constrói entre espaço e sociedade. As relações de poder desiguais, criam ambientes de tensões e conflitos à medida que distintos grupos sociais competem por acesso, controle e uso dos recursos, do território e das decisões políticas.

Estar inserido em uma sociedade, concede ao ser humano um conjunto de direitos e deveres que são inerentes ao indivíduo, permitindo que ele construa, habite e transforme o espaço urbano, por exemplo. A cidade se faz assim, um recorte do espaço onde a cidadania se constrói como questão organizacional da vida em coletivo. Qualquer um que a habite, deve poder desfrutar de infraestrutura, recursos e oportunidades que possibilitem o desenvolvimento multidimensional e digno do indivíduo.

A cidadania, enquanto um dos principais conceitos utilizados neste trabalho, se faz crucial para que haja a sensação de pertencimento a um lugar ou mesmo território. É a ferramenta utilizada pelos indivíduos para alcançar demandas e minimizar desigualdades, possibilitando sua participação nas decisões sociais, políticas, econômicas e culturais de maneira coletiva. A participação social é essencial no desenvolvimento e na efetivação de políticas públicas que valorizem o indivíduo, mas priorizem o bem estar social. É por meio de ações coletivas que muitos conflitos são resolvidos, é através da mobilização que muitos espaços se transformam.

Mas desde a inserção do sistema capitalista como forma de organização nas dinâmicas sociais, principalmente depois da Revolução Industrial, as relações humanas passaram a ser mediadas pela produtividade, pelo consumo individualizado e pela competitividade intensa. Como resultado, também interfere em como os

indivíduos habitam o espaço. Essa forma de controle social e simbólico, é evidenciado nas cidades, já que com o avanço tecnológico, o indivíduo tem se tornado alheio a questões comunitárias e coletivas, desarticulando o laço social e prejudicando seu acesso à direitos básicos como educação, segurança e lazer, por exemplo, que dependem de ações integradas entre poder público e sociedade.

Em resposta a esse sistema de fragmentação imposto pelo capitalismo, diversos grupos sociais têm se mobilizado, visando a transformação de suas existências. Através da identificação de demandas reais da comunidade, é possível construir alternativas solidárias que se estruturam como forma de resistência. Dentre as alternativas possíveis, os movimentos sociais se consolidam como ferramenta para concretizar a legitimação dos direitos sociais - que já são garantidos pela Constituição Nacional Brasileira. Desse modo, além de influenciarem políticas públicas, eles também exercem uma força sobre o espaço, viabilizando seu usufruto e em muitos casos, renovando sua função espacial.

Como se sabe, as formas são a história materializada no espaço através do tempo. Muitas delas são herdadas de sociedades que existiram em diferentes tempos, ou seja, talvez elas não cumpram mais a função para a qual elas foram construídas. Dessa maneira, cabe a sociedade contemporânea criar um novo papel para aquela forma, mantendo aquele espaço vivo (SANTOS, 2020).

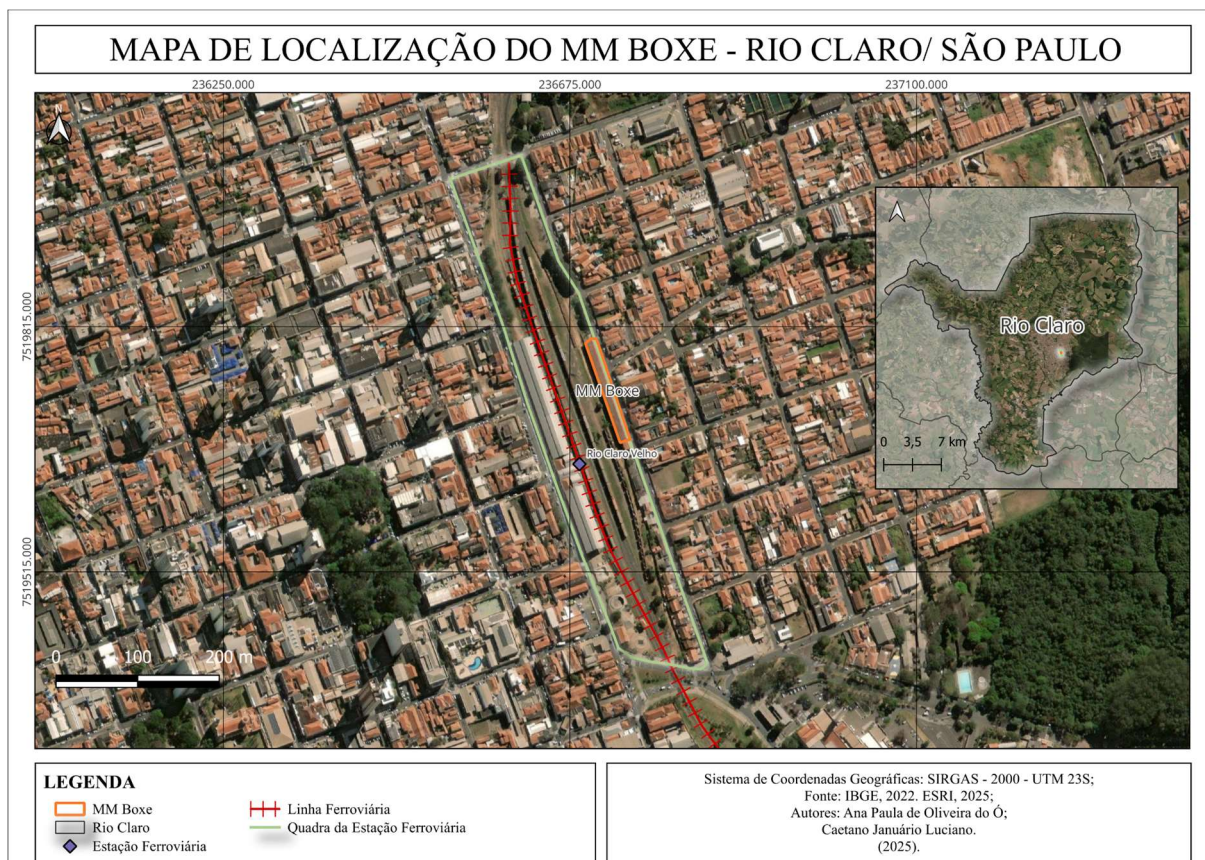
As sociedades possuem diferentes e diversas formas de atribuir sua identidade ao espaço. Atribuir símbolos às formas é uma maneira de promover o sentimento de pertencimento na população, que uma vez acolhida, promoverá maior cuidado e conservação das formas, revitalizando o espaço e refuncionalizando a estrutura.

É na interação entre esses mais variados aspectos da vida social urbana que surge o objeto de estudo dessa pesquisa. A academia de boxe MM Boxe na cidade de Rio Claro no interior do estado de São Paulo se localiza num antigo galpão da ferrovia (ainda existente). A localização da academia se faz essencial no desenvolvimento de suas atividades. Por estar em um bairro central da cidade, próximo ao terminal de transporte coletivo, promove acesso facilitado ao esporte, ao lazer, à cultura e a ações que instigam a participação popular no cotidiano da cidade, fazendo do espaço a identidade da academia e da academia, a identidade do espaço.

Mapa 1:Localização da cidade de Rio Claro no estado de São Paulo.



Mapa 2: Localização da academia MM Boxe na cidade de Rio Claro – SP



A academia existe desde 2003 na cidade, alojada em um dos antigos galpões ferroviários ainda existentes, mas refuncionalizados. Inicialmente, havia o propósito de ministrar aulas de boxe para os funcionários da Guarda Municipal de Rio Claro, que na época exercia o uso sobre o espaço, mas cedeu uma parte para o treinador Marcos Macedo oferecer atividades vinculadas ao boxe. Com o passar do tempo, as atividades promovidas pela academia se tornaram mais diversificadas, indo além da dimensão esportiva, promovendo outros valores sociais e proporcionando ao espaço novos usos. Como exemplo, o projeto social infanto-juvenil¹ desenvolvido pelos membros coordenadores² da academia. O projeto oferece aulas de boxe gratuitas para os estudantes de escola pública que se inscreverem. Ocorrem também a exibição de filmes seguidos de rodas de conversas, abertas para toda a população.

Com isso, percebe-se que a maioria das atividades desenvolvidas

¹ O projeto abrange crianças e adolescentes que possuam entre 10 e 18 anos.

² Atualmente a academia é administrada por dois dos três filhos do treinador Marcos Macedo, Breno Costa de Macedo e Leonardo Costa de Macedo.

passaram a ter um cunho social mais abrangente, se tornando ações que têm transformado as dinâmicas do lugar e de seus elementos.

O coletivo popular existente naquele espaço, tem auxiliado na construção da cidadania e fortalecido o direito à cidade para todos os habitantes com suas movimentações, rompendo a lógica do abandono e da mercantilização espacial, por exemplo. O poder público é um dos agentes principais citados nesta pesquisa, que em escala municipal, possui relação direta com a academia e suas atividades. Já como um dos produtores do espaço urbano, influencia diretamente nos meios de consumo coletivos e nas possibilidades de reduzir algumas desigualdades sociais e espaciais. Contudo, devido a divergência de interesses sobre o território, o poder público deixa de atender as demandas da coletivas, muitas vezes priorizando interesses privados.

A partir desse contexto, esta pesquisa parte do princípio que grande parte da população urbana da cidade de Rio Claro, por vivenciarem várias adversidades, possuem acesso limitado às práticas esportivas e às atividades de lazer e cultura, o que se reflete na restrição do exercício de seus direitos como cidadãos. Os questionamentos basilares e que motivaram a realização desta pesquisa foram: 1. Como as ações da academia MM Boxe incentivam a participação social no cotidiano político da cidade? 2. Qual a efetiva contribuição das ações desenvolvidas pela academia para o exercício da cidadania de seus integrantes e frequentadores? Quais as disputas referentes à territorialidade, que os integrantes da academia encaram na cidade de Rio Claro? Outro fato que chamou a atenção para a elaboração do projeto de pesquisa foi a ausência de pesquisas sobre o MM Boxe na Unesp de Rio Claro, inclusive, considerando o curso de Educação Física.

Assim, tem-se como objetivo geral neste trabalho investigar como a ocupação da academia MM Boxe enfrenta disputas territoriais e institucionais, e de que forma suas ações ampliam o acesso da população local a direitos básicos, em diálogo com os instrumentos de planejamento urbano e políticas públicas. Os objetivos específicos são: 1) Analisar o processo da ocupação MM Boxe e seus respectivos conflitos ligados à utilização e permanência no antigo galpão de armazenagem, pertencente a linha férrea e conseqüentemente, na transformação da função do espaço em que está ocupando; 2) Verificar de que forma as ações ligadas ao MM Boxe, contribuem para o efetivo exercício da cidadania de seus participantes, por meio da resignificação do espaço ocupado; 3) Compreender as relações sociais,

políticas e culturais criadas pela ocupação MM Boxe, ressaltando suas características, resultados e impactos.

A pesquisa faz uso da abordagem qualitativa, fazendo uma análise exploratória-descritiva que evidencia as principais características do fenômeno e estabelece relações com fatores históricos sociais e espaciais. Foi feito o levantamento bibliográfico e de dados para contextualizar e auxiliar na análise, além de uma breve verificação de leis e decretos que regulam o planejamento urbano e a participação cidadã. Para maior confiabilidade, foram realizados trabalhos de campo e entrevistas com as pessoas associadas ao espaço. Por fim, foram elaborados mapas e quadros das informações coletadas para aumentar a percepção e compreensão do tema para o leitor.

As informações da pesquisa estão organizadas em duas (2) partes e quatro (4) capítulos. A divisão em duas partes se fez necessária para facilitar a identificação na pesquisa entre a síntese das informações expostas e a discussão realizada em torno delas. Já os capítulos se distinguem em capítulo 1, intitulado “- Agentes produtores do espaço e territorialização: a cidade de Rio Claro” trata sobre o desenvolvimento e organização da cidade de Rio Claro, destacando a influência de alguns agentes sociais até chegar no objeto de estudo principal, a ocupação MM Boxe. Tem por objetivo, contextualizar o tempo e a história antes da formação da ocupação, para que assim, se construa uma compreensão mais ampla das dinâmicas urbanas e sociais do local.

No capítulo 2 “A Cidadania circula nas formas: políticas, identificações e coletivismo” irá se aprofundar nos processos pelos quais a ocupação passou até chegar nas dinâmicas vividas atualmente pela academia MM Boxe na cidade. O capítulo relaciona discussões realizadas por autores como Henri Lefebvre, Milton Santos e Joice Berth para formar uma reflexão sobre as ações produzidas pela academia e as problemáticas que ela enfrenta para sua existência.

O capítulo 3, intitulado “Território percebido: importância do reconhecimento para identidade” discute-se acerca da maneira como diferentes agentes — Estado, mercado, movimentos sociais e a sociedade civil — disputam e moldam o espaço urbano. O objetivo central dessa reflexão é evidenciar que o espaço urbano não é apenas um suporte físico, mas também um campo de conflitos e negociações, no qual se define quem tem acesso à infraestrutura, aos equipamentos coletivos e às oportunidades sociais. Busca-se mostrar também como a

territorialização pode ser um resultado do exercício da cidadania.

Finalmente, o capítulo 4 chamado “Disputas territoriais: produtores do espaço urbano e o exercício de direitos” traz reflexões sobre como a percepção do espaço remete à forma como os indivíduos e coletividades apreendem e atribuem significados ao ambiente em que vivem, a construção do território evidencia os processos de apropriação e poder que moldam sua configuração e o lugar, entendido como espaço de afeto, se revela fundamental para a constituição da identidade social e cultural, pois é nele que se materializam vínculos afetivos, históricos e simbólicos. O objetivo deste capítulo é relacionar os conceitos para construir uma compreensão mais ampla e crítica das dinâmicas sociais e urbanas.

A disposição dos capítulos apresenta um percurso de reflexões e discussões que possibilita a compreensão gradual do objeto de estudo pelo leitor. Dessa maneira, nas considerações finais, se instituiu um esforço para tentar articular as complexidades das relações que se dão entre o objeto de estudo e o território. A seguir, apresenta-se uma análise comparativa das entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa, parte fundamental para se compreender, desde o início, o posicionamento, as percepções e as experiências daqueles que vivem diretamente o fenômeno estudado. Como exposto na metodologia, essa etapa permitiu identificar nuances nos relatos que indicam como cada entrevistado interpreta o espaço, atribui sentidos ao lugar e se relaciona com as práticas cotidianas que o constituem. Dessa maneira, esta análise no início, fornece um panorama das perspectivas individuais e coletivas, viabilizando uma base sólida para as discussões subsequentes e contribuindo para a construção de uma compreensão mais ampla e aprofundada sobre do objeto de estudo.

1 - Percepções das entrevistas

Com base na discussão apresentada até aqui, é essencial integrar as percepções das pessoas que participaram do processo de investigação. Assim, esta seção apresenta uma análise das entrevistas realizadas, que fortalece e aprofunda os argumentos apresentados ao longo da pesquisa, inserindo no debate as percepções, experiências e interpretações das pessoas que vivenciam diretamente a dinâmica observada. Os relatos dos entrevistados revelam como os processos discutidos neste trabalho, se materializam no cotidiano da academia, evidenciando contradições,

ausências do poder público, formas de resistência e práticas de produção do espaço que dificilmente seriam captadas apenas por fontes secundárias. Dessa forma, as entrevistas oferecem elementos empíricos que dialogam com a teoria, validam os argumentos utilizados, confirmam interpretações e tensionam a leitura. As perguntas que foram realizadas se encontram nos anexos do trabalho e possibilitaram a aproximação com o objeto de estudo e o aprofundamento na compreensão das dinâmicas socioespaciais da academia, como foi destacado na metodologia.

1.1 - Perfil dos entrevistados e dos relatos

O quadro 2 exposto na metodologia da pesquisa, destaca as principais informações sobre os participantes com o intuito de se identificar durante a leitura do trabalho a quem pertence o relato. Nesta subseção é feita uma análise mais descritiva de cada entrevistado, com o objetivo de dimensionar a participação na ocupação/academia, suas falas, observações e práticas. É importante salientar que todos os cinco participantes estão envolvidos direta ou indiretamente com a academia MM Boxe e que, para preservar a identidade dos entrevistados, as informações pessoais foram tratadas de forma geral. As variações de idade, vínculo com o projeto e data de realização das entrevistas é que permitem realizar a distinção das percepções sobre a ocupação do galpão ferroviário e suas implicações socioespaciais.

A entrevista realizada com o integrante da academia, artista digital, 38 anos em 28 de março de 2025, apresentou um olhar sensível e crítico sobre o papel da MM Boxe enquanto espaço de socialização, resistência e transformação urbana. Sua narrativa revela a ocupação como uma forma de cidadania vivida e o território como campo de disputas simbólicas e afetivas, constituído pela presença coletiva e pela ação cotidiana. O discurso do artista digital se insere em uma perspectiva de pertencimento, onde o espaço da academia transcende o aspecto físico e assume contornos políticos e culturais.

Já entrevista feita com o integrante da academia, do instrutor de boxe, 28 anos em 23 de abril de 2025, revelou a profundidade do envolvimento construído ao longo de experiências que unem esporte, resistência e vida comunitária. Seu relato reforça que a MM Boxe é um espaço de pertencimento e transformação, onde o território deixa de ser uma estrutura física e passa a representar uma rede de

significados e relações. O discurso do instrutor articula práticas de solidariedade, organização e luta, que dão corpo a uma cidadania territorializada e coletiva.

A entrevista realizada com o gestor/integrante da academia, professor de boxe, 38 anos em 30 de abril de 2025, ofereceu uma leitura muito mais densa sobre o papel social, simbólico e político da MM Boxe na cidade de Rio Claro. Sua narrativa enfatiza o vínculo afetivo com o território, a importância do coletivo na manutenção do espaço e a resistência cotidiana que sustenta a ocupação, mas sempre enfatizando a fragilidade da organização burocrática da academia. O professor de boxe possui uma visão crítica e engajada da prática esportiva, entendendo-a como instrumento de transformação social e de construção de cidadania no contexto urbano periférico.

Já a entrevista aplicada com o gestor público, 38 anos em 22 de maio de 2024, ligado a secretaria de esportes, possibilitou uma perspectiva institucional sobre o papel do poder público nas dinâmicas sociais, culturais e territoriais que envolvem a MM Boxe e demais projetos esportivos e culturais da cidade. Sua fala destaca tanto os avanços quanto as limitações da atuação das esferas políticas estatais e federais, se concentrando essencialmente nas ações municipais. O entrevistado revelou alguns contextos de tensões entre a gestão pública da cidade e os coletivos autônomos que constroem cidadania fora dos espaços formais geridos pela administração pública.

E por fim, a entrevista feita com o gestor/integrante da academia, professor de boxe, 36 anos em 21 de julho de 2025, relatou de maneira densa a constituição da MM Boxe enquanto um espaço híbrido de esporte, cultura e ação social, onde o território é continuamente reproduzido por práticas de resistência, apropriação e convivência. A fala do entrevistado, articulada à sua trajetória pessoal e familiar, insere a academia dentro de um processo social de construção de cidadania territorializada, no qual o esporte e a cultura funcionam como mediadores de relações e disputas simbólicas.

Podemos observar que todas as entrevistas foram realizadas com homens. Nesse sentido, pode-se relacionar o fato de que historicamente, a prática esportiva foi construída como um campo privilegiado dos homens, enquanto às mulheres sofreram restrições que limitaram sua inserção e participação. No Brasil, as mulheres foram proibidas de participarem de lutas até 1979, com a justificativa de que seus corpos não eram adequados à essas práticas (MOURÃO; SOUZA, 2007). Ainda hoje, mesmo com as transformações que ocorreram na sociedade brasileira ao longo dos anos, percebemos reflexos da discriminação de gênero no meio esportivo. A presença

feminina em modalidades tradicionalmente masculinizadas, como o boxe, carrega as marcas dessa exclusão histórica.

Apesar disso, ao descrever o histórico da ocupação ao longo do texto, fica evidente como as mulheres desempenham papel fundamental na consolidação da academia. A primeira atleta foi uma mulher, e, atualmente, uma das principais competidoras do ranking mundial de boxe também é fruto dessa iniciativa. Em 2025, a academia conta ainda com uma treinadora responsável pelas atividades do projeto social e com atletas do gênero feminino nas categorias cadete e juvenil, demonstrando a crescente presença e protagonismo das mulheres no boxe Rio-clarense. Além disso, a participação das mulheres se destaca nas entrevistas pelo envolvimento nas atividades culturais e educativas.

1.2 - Análise comparativa

A etapa de sistematização das entrevistas foi essencial para a organização e interpretação das informações obtidas. A partir desse processo, emergiram eixos temáticos que sintetizam os aspectos mais significativos das entrevistas, como territorialidade, cidadania, agentes sociais e ocupação. Esses eixos não foram definidos de maneira prévia, eles surgiram naturalmente, resultado da interpretação dos relatos. A partir disso, foi realizada uma categorização que transformou relatos individuais em uma narrativa conjunta que condiciona a compreensão de elementos centrais da pesquisa e que dialogam com a teoria utilizada. Abaixo, segue uma análise transversal das entrevistas realizadas, com base nos conceitos de cidadania, agentes sociais, território e ocupação.

1.2.1 *Cidadania*

Os cinco entrevistados convergiram na compreensão de que a cidadania é uma prática coletiva que emerge da convivência, da disciplina e do reconhecimento mútuo. Nas falas do artista digital (38), do instrutor de boxe (28) e do professor de boxe (36), a cidadania aparece como resultado de vínculos afetivos e da solidariedade cotidiana. Ela permite a inclusão, independente da formalidade burocrática. Se faz no “estar junto”, no aprender regras de convivência e no acolhimento de crianças e jovens. O professor de boxe (38), enfatiza a igualdade e o respeito como base da

participação, destacando a MM Boxe como “escola de vida”, onde a experiência coletiva propicia transformação individual e comunitária. Sob a perspectiva institucional, o gestor público (38), reconhece o papel das políticas públicas do esporte para a inclusão, mas admite limites de escala, continuidade e orçamento, destacando a importância dos coletivos que “ocupam espaços onde o Estado não chega”. Dessa maneira, há o reconhecimento de que a cidadania se territorializa em práticas e vínculos.

A divergência se dá principalmente sobre a questão da legitimação, enquanto para os membros da academia a legitimidade é construída “de baixo para cima”, para o gestor público, a cidadania é também um dever do poder público que configura respeitar as regras, programas e regularidade. Essa tensão, mostra justamente como a MM Boxe opera entre a autonomia comunitária e as mediações públicas.

1.2.2 *Agentes sociais*

Nesse quesito, houve um consenso quanto à horizontalidade existente na gestão da academia MM Boxe. Ambos os membros integrantes descreveram arranjos na organização para uma administração mais colaborativa, ao passo que também buscam a descentralização das decisões. Entretanto, existem limites administrativos como a ausência de instrumentos formais (associação ativa, CNPJ operacional, critérios de remuneração) e conflitos na divisão de responsabilidades. O poder público aparece como agente ambíguo. De um lado, fornece apoios pontuais (bolsas, transporte, pequenas manutenções na estrutura), que são reconhecidos pelos membros do grupo. De outro, os entrevistados relatam inconsistência e insegurança entre as gestões administrativas, processos burocráticos e a insuficiência de políticas estruturantes para esporte e cultura. Diante disso, o gestor público (38), confirma a fragilidade existente e defende a colaboração com os coletivos da cidade, indicando a correlação entre poder público e iniciativas autônomas. A discrepância mais evidente é justamente como os integrantes destacam a autogestão como resposta à ausência do poder público, enquanto o gestor ressalta a necessidade de regularização que propiciaria segurança jurídica e previsibilidade nos fluxos de apoio à academia.

1.2.3 *Território*

O território surge, nas cinco entrevistas, como espaço vivido e identitário, decorrente do uso social. O galpão ferroviário, antes marcado por abandono, ganha representação simbólica por meio de práticas esportivas e culturais, transformando-o em referência de pertencimento e memória coletiva. Tanto o professor de boxe (38) quanto o professor de boxe (36), ambos integrantes da gestão da academia, destacam a inseparabilidade entre academia e o galpão. O artista digital (38) e o instrutor de boxe (28) ressaltam o caráter acolhedor do lugar e sua força na formação de vínculos.

As disputas ocorrem entre legalidade e legitimidade do uso do galpão. A cessão do uso não é garantida por conta de questões como tombamento do prédio, o legado da antiga empresa FEPASA e interações com município. Enquanto o reconhecimento social se afirma pela permanência no local. Nesse contexto, o gestor público (38) adota em sua perspectiva institucional que “se cumpre função social, deve ser preservado”. E aponta ainda para a necessidade de conciliar o interesse público e regularização do uso. O que converge para a percepção de que o território é um bem comum.

1.2.4 Ocupação

Ambos os entrevistados reconheceram a ocupação que a academia realiza como um ato político e simbólico que estimula a vida coletiva. Para o professor de boxe (36) - gestor da academia e o instrutor de boxe (28), ocupar é resistência e sociabilidade. Para o artista digital (38), é reconstrução social e estrutural. Já o professor de boxe (38) - gestor da academia a identifica como uma ação que combina esporte, cultura e convivência. Todos ressaltaram que o zelo no cuidado e na manutenção do prédio (tarefas como limpar, reformar, organizar e sustentar o espaço), além de estabelecer responsabilidade, consolida laços entre os frequentadores. Do ponto de vista do gestor público (38), a ocupação é uma prática legítima quando a função social se cumpre. Mas ele tensionamentos legais que exigem mediação e regras definidas, e propõe uma regularização que mantenha a essência da academia.

1.2.5 Recursos financeiros e a sustentabilidade das ações

É importante destacar que em todas as entrevistas aparecem o desafio da sustentabilidade financeira, por isso, houve a necessidade desta subseção. Os membros da academia ressaltam alguns aspectos importantes nessa problemática

como o número reduzido de alunos pagantes, repasses de verbas públicas com valores insuficientes e alguns conflitos internos por distribuição de trabalho e remuneração. O instrutor de boxe (28) e o professor de boxe (38) – gestor da academia, abordam em seus relatos alguns conflitos financeiros como a viabilidade financeira das atividades propostas e a divisão da renda que a academia arrecada entre treinadores, atletas, manutenções e materiais esportivos.

O professor de boxe (36) – gestor da academia, problematiza a autogestão frente à ausência de apoio financeiro e material do poder público, de maneira simultânea o artista digital (38) enaltece o caráter coletivo das decisões. O gestor público (38), nesse sentido, salienta novamente a importância de colaborações com outros agentes sociais (comércios, instituições privadas) e a requisição de verbas através de leis de incentivo federais, já que o município não dispõe de verba específica para iniciativas como a que a academia propõe, possibilitando assim, maior estabilidade financeira à academia.

1.3 Síntese interpretativa

As comparações realizadas entre as entrevistas, confirmam que a academia MM Boxe se estabeleceu como território de cidadania na cidade de Rio Claro. É um espaço produzido por ações coletivas que articulam esporte, cultura e educação, ressignificando uma herança urbana, a transformando em bem comum. As semelhanças se conectam na defesa da função social da propriedade, na centralidade da autogestão e no reconhecimento do papel de formação que o boxe possui. Já as diferenças se destacam nos pontos relacionados à institucionalização, captação e distribuição de recursos, no apoio e atuação do poder público e em como as atividades propostas pela academia configuram sua identidade (mais esportiva versus mais cultural).

Portanto, há um consenso de que a MM Boxe não opera como empresa nem como uma ONG tradicional. Seu arranjo é dual e sua estabilidade depende de processos da administração pública municipal. Os apontamentos feitos pelos participantes indicam um caminho a ser seguido: a criação de um arranjo que reconheça a ocupação como promotora de formação cidadã e viabilize sua regularização, sem podar o protagonismo coletivo. Nessa perspectiva, a cidadania não é apenas um direito a ser garantido pelo Poder Público, mas uma prática social

que o antecede e o convoca a reger o espaço urbano de maneira ética, democratizando a participação. A seguir, o quadro 3 representa a categorização das entrevistas, acompanhada da síntese das informações comparadas nesta seção.

Quadro 1: Síntese dos relatos dos entrevistados e conclusões.

Categoria	Semelhanças	Diferenças	Conclusões
Cidadania	Se realiza por meio da convivência, disciplina e vínculos afetivos e práticos; formação por meio do esporte.	Legitimidade comunitária; ênfase em políticas e projetos.	Dualidade entre cidadania prática e institucional; territorialização como mediação entre ambas.
Agentes	Coletividade como ponto central; horizontalidade na gestão; redes de apoio informais; autogestão em resposta à insegurança.	Integrantes apontam falta de organização e conflitos financeiros; gestor defende colaborações com agentes econômicos.	Campo relacional com interdependência: coletivos produzem valor público e demandam arranjos de governança.
Território	Galpão como espaço vivido, identitário e de memória; legitimidade pelo uso social; refuncionalização de patrimônio abandonado.	Integrantes enfatizam o pertencimento e a resistência; gestor reconhece função social, mas enfatiza compatibilização legal.	Território como bem comum: disputa entre legalidade formal e legitimidade social pode ser mediada por regularização social.
Ocupação	Ação política e simbólica que transforma negligência em bem comum; manutenção diária do espaço.	Integrantes buscam autonomia e permanência; gestor sugere segurança jurídica sem perda dos objetivos.	Vivência formadora informal, mas passível de institucionalização.

Sustentabilidade	Poucos recursos financeiros; repasses públicos insuficientes; trabalho voluntário; multipapéis dos membros do grupo.	Divergências sobre o valor exato arrecado e sua distribuição entre treinadores e atletas; foco do espaço (esportivo x cultural).	Necessidade de administração da organização financeira e prestação de contas.
------------------	--	--	---

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

METODOLOGIA

Devido à complexidade deste trabalho, foram realizadas diferentes abordagens técnicas para fundamentar a pesquisa. Conforme Gil (2008), a pesquisa científica caracteriza-se como um processo sistemático que busca responder a um problema específico por meio de procedimentos metodológicos definidos. Assim, a escolha dos procedimentos metodológicos a serem realizados, devem estar relacionados com o objetivo da investigação, garantindo a coerência entre as técnicas utilizadas e a resolução da problemática.

Nesse sentido, este trabalho se caracteriza por ser *qualitativo*, com o aspecto *exploratório-descritivo*, onde, na medida que busca proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo - a academia MM Boxe - contribui para a delimitação do problema e para o levantamento de hipóteses iniciais (GIL, 2002). Ademais, busca identificar e registrar as características do fenômeno em análise, organiza dados e informações, permitindo compreender as causas e fatores determinantes que influenciam o objeto de estudo, além de relacionar variáveis e estabelecer conexões entre os resultados obtidos e o contexto mais amplo em que se inserem. No caso deste estudo, compreender como a MM Boxe, mesmo com obstáculos, promove a acessibilidade à direitos aos cidadãos da cidade de Rio Claro e a influência do espaço ocupado pelo grupo para essa acessibilidade.

Dessa forma, a pesquisa se constrói com base na narrativa de indivíduos que são afetados de forma mais aguda pela ausência das estruturas sociais “[...] levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir” (FALS BORDA apud GIL, 2008, p. 31). Para tanto, foram empregados os procedimentos metodológicos descritos a seguir.

A fim de fornecer bases teóricas, identificar conceitos e debates já existentes, foram consultadas bases de dados como o Portal de Periódicos Capes, Scielo Brasil e os sistemas digitais de teses e dissertações da USP, UNICAMP, UNESP, UFPE. Realizado o *levantamento bibliográfico*, foi feita a seleção dos principais autores que sustentam teoricamente a pesquisa.

A partir disso, houve a preocupação de se realizar uma discussão sobre territorialização. Sendo o território um espaço socialmente produzido, atravessado por disputas políticas, econômicas e simbólicas, ou seja, um território usado (SANTOS, 2022, 2021, 2020, 2018, 2011, 2001), há a percepção de que a territorialização é uma

prática social que vai além da materialidade, incluindo os usos e significados do espaço. Nesse sentido, o direito à cidade como exercício ampliado de cidadania (LEFEVBRE, 2001), vinculado aos agentes produtores do espaço e aos processos urbanos (CORRÊA, 1989) são referenciais base que oferecem as problematizações sobre as ocupações, apropriações e usos coletivos do espaço urbano, necessárias à contextualização da pesquisa.

Já para a análise sobre questões relacionadas a cidadania, autoras como Iná Elias de Castro (2003) e Joice Berth (2021) foram incorporadas para auxiliar na reflexão de como instituições e práticas sociais configuram limites e possibilidades para o exercício da mesma. Do ponto de vista normativo, a pesquisa se apoia nas percepções de José Diego Gobbo Alves (2020) para avaliar a efetividade de instrumentos de ordenamento territorial e suas limitações diante da especulação imobiliária.

Sobre como a dimensão de pertencimento e identidade se articula ao longo da pesquisa junto à territorialização, os referenciais utilizados são Maria Clara Cardoso (2017), Diogo Cardoso et al. (2019), Freire e Lacerda (2017), bem como Zanirato e Ribeiro (2006, 2007), que permitem compreender como a preservação (ou sua ausência) sobre as formas está vinculada com a cidadania e os conflitos sobre usos do espaço urbano.

Por fim, autores como David Harvey (2005), Raffestin (1993), Porto-Gonçalves (2006) e Marcelo Lopes de Souza (2004, 2009) fornecem um embasamento crítico sobre a produção capitalista do espaço, o poder e a construção de territorialidades em disputa. Tais obras reforçam a perspectiva de que o espaço urbano não é neutro, mas produto de relações de força que, ao mesmo tempo, limitam e possibilitam a ação cidadã. As orientações de Azevedo et al. (2019) e Guazi (2021) acerca da transcrição e uso de entrevistas foram fundamentais para estruturar a coleta e análise dos relatos, garantindo rigor científico e ético.

Foram realizados *levantamentos de dados primários e secundários*. Os dados primários foram coletados através das observações feitas nos trabalhos de campo ao objeto de estudo e pela realização de entrevistas. Cabe destacar o processo de submissão da pesquisa ao Comitê de Ética pela Plataforma Brasil, para a autorização da execução da coleta dos dados primários. Submetido na data de 10 de junho de 2024, várias alterações foram solicitadas pelo comitê avaliador, o que ocasionou um atraso no cronograma de execução deste processo metodológico. A

versão final foi aceita seis meses depois, em 16 de dezembro de 2024 com o roteiro de entrevistas, Termo de Autorização e Existência de Infraestrutura e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que se encontram nos anexos deste relatório. Para a transcrição das entrevistas foi utilizada a orientação do codebook mostrada no quadro 1 a seguir. A fim de garantir a fidedignidade das informações, o texto transcrito passou por conferência de outra pesquisadora (orientadora), bem como os próprios participantes tiveram um prazo de 10 dias para possíveis apontamentos em relação ao material finalizado.

Quadro 2: Codebook - Padronização de códigos para a transcrição.

Na gravação	Na transcrição
Elementos inaudíveis	Escrever entre parênteses a informação utilizando itálico. Exemplo: (<i>segmento de texto inaudível</i>)
Incerteza sobre o que foi dito	Inclusão da informação entre parênteses e itálico seguida por ponto de interrogação. Exemplo: Eu tinha 20 anos quando fui (<i>trabalhar?</i>)
Conversas sobrepostas que dificultam o entendimento	Escrever entre colchetes a informação utilizando itálico. Exemplo: { <i>segmento incompreensível devido a conversas sobrepostas</i> }
Conversas sobrepostas	Destacar conversas usando colchetes. Exemplo: {conteúdo}
Sons não-verbais	Incluir entre parênteses. Exemplo: (<i>sorriu</i>); (<i>bateu na mesa</i>).
Interrupção abrupta	Finalizar palavra com travessão. Exemplo: Ent-.
Silêncios ou pausas	Incluir reticências entre parênteses. Exemplo: (...)
Ênfase no discurso	Destacar utilizando sublinhado. Exemplo: <u>Isso não é possível!</u>
Reprodução de falas de terceiros	Incluir em aspas usando itálico Exemplo: Então ele disse: “ <i>É legal ver você aqui</i> ”.
Uso de expressão quando se quer dizer outra coisa	Utiliza aspas. Exemplo: O local se “fornece” para essas atividades, quando a intenção foi dizer que o local está aberto

	para as atividades.
Assunto ou comentário que não está ligado à pesquisa	Incluir <i>{trecho omitido: conversa secundária}</i>

Fonte: Azevedo (et.al, 2017), adaptado por Dayana A. Marques de Oliveira e Ana Paula de Oliveira do Ó, 2025.

A pesquisa contou com a participação de cinco (5) pessoas entrevistadas. A fim de garantir o sigilo dos participantes, segue um quadro com a sistematização das principais informações dos entrevistados. Essas informações básicas ajudam a compreender o perfil de cada pessoa que participou desta etapa.

Quadro 3: Características dos entrevistados no período entre março a julho de 2025.

Ordem	1	2	3	4	5
Identificação na pesquisa	Homem, 38 anos.	Homem, 28 anos.	Homem, 38 anos.	Homem, 38 anos.	Homem, 36 anos.
Ocupação	Artista Digital	Instrutor de boxe	Professor de boxe	Gestor Público	Professor de boxe
Bairro que reside em Rio Claro	Vila Paulista	Cidade Nova	Consolação	Cidades Jardim	Cidade Nova
Como atua na MM Boxe	Integrante	Integrante	Gestor Integrante	-	Gestor Integrante
Tempo de participação	2 anos	5 anos	22 anos	2 a 3 anos	22 anos
Data e local da entrevista	28/03/2025 às 8h - Unesp/Rio Claro.	23/04/2025 às 8:30h - Unesp/Rio Claro.	30/04/2025 às 8h - Unesp/Rio Claro.	22/05/2025 às - 9h - Secretária de esportes/ Rio Claro.	21/07/2025 às 9h - Academia MM Boxe
Duração	1h22m35s	1h35m56s	1h46m10s	1h35m56s	1h42m07s

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os roteiros das entrevistas (que se encontram em anexos) foram pensados de maneira que o participante não se restringisse a uma resposta rígida, mas que pudessem se aprofundar sobre o tema de cada questão, mas também permitiu a pesquisadora inserir novas perguntas, reformular enunciados ou aprofundar pontos de acordo com as respostas do entrevistado. Essa flexibilidade é uma característica

central do método, pois permite que a entrevista mantenha uma coerência temática ao mesmo tempo em que acompanha a dinâmica da interação. caracterizando as entrevistas como semiestruturadas (DESLANDES, 2007). As questões foram formuladas de maneira que permitissem a compreensão da relação entre o objeto de estudo - a academia MM Boxe - e o espaço, além de destacar sua relevância para a sociedade local, levando em consideração os “sentimentos, pensamentos, opiniões, crenças, valores, percepções e atitudes do entrevistado em relação a um ou mais fenômenos” (GUAZI, 2021, p. 2).

Além das entrevistas, o trabalho de campo incluiu visitas frequentes ao MM Boxe, sobretudo em ocasiões de festas ou confraternizações. No período de desenvolvimento dessa pesquisa (de março de 2024 até o presente momento) foram feitas 10 visitas, sendo as principais nas festas: Pré-Carnaval, Carna Inboxe, Ressaca de Carnaval, Festa Inboxe e Arraia MM Boxe. Durante estas visitas, além da observação da dinâmica das aulas que acontecem para os alunos pagantes e do projeto social, foram feitos registros fotográficos do espaço ocupado e a realização de uma das entrevistas. Outras atividades propostas pelo grupo foram acompanhadas pelas redes sociais. A sistematização dessas informações buscou garantir a confiabilidade e a consistência das análises posteriores.

Os dados secundários foram obtidos por meio das bases dos órgãos oficiais como a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 2023), o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), e Plano Diretor da cidade de Rio Claro que assegura a função social da propriedade e o direito à cidade, sendo realizada a análise desses documentos jurídicos legais para complementar a pesquisa com uma interpretação crítica da legislação aplicável para conexão com o objeto de estudo. Visitas ao Arquivo Público da cidade de Rio Claro foram realizadas para a seleção de material disponível sobre o histórico da estrutura estudada, além da reunião de informações disponíveis em sites de instituições da Administração Pública Municipal e jornalísticas.

Por fim, os dados levantados foram organizados e representados visualmente por meio da elaboração de mapas, quadros e tabelas. Como instrumento complementar, foram efetuados registros fotográficos nos trabalhos de campo, com a finalidade de ilustrar aspectos relevantes do objeto de estudo. A utilização desses procedimentos visa sintetizar e facilitar a compreensão das informações, além de possibilitar uma análise comparativa e integrada dos resultados obtidos ao longo da pesquisa.

É preciso criação e povo.
Gilles Deleuze

PARTE II

Capítulo 1 - Agentes produtores do espaço e territorialização: a cidade de Rio Claro

A produção do espaço urbano é resultado da ação de múltiplos agentes sociais, econômicos e políticos que, em suas interações e disputas, configuram formas distintas de uso e apropriação do território. Entre esses agentes, destacam-se o Estado, o capital financeiro em suas mais diversas formas, as instituições privadas e a população – dividida em diferentes grupos sociais. Podemos destacar esses agentes por suas práticas cotidianas e movimentos sociais. Cada um deles tenta se apropriar do espaço conforme suas intenções e interesses, dando origem a diferentes processos de territorialização - entendida aqui como o modo pelo qual grupos sociais se apropriam, organizam e atribuem significados ao território. A territorialização, portanto, é simultaneamente um fenômeno material e simbólico, que revela as desigualdades e os conflitos inerentes à vida urbana, mas também as possibilidades de resistência e criação de novas formas de cidadania.

A materialização das cidades é, portanto, o resultado concreto dessas relações de poder e das dinâmicas sociais que se estabelecem no território. A forma urbana, composta por suas infraestruturas, edificações e redes de circulação, reflete as escolhas históricas e políticas de determinados agentes, evidenciando a desigual distribuição de recursos e oportunidades no espaço. Os agentes são então determinantes na construção das cidades e na transformação do espaço urbano. Ainda, como aponta Milton Santos (2020), o território é a expressão visível das práticas sociais que nele se realizam, ao mesmo tempo em que condiciona novas ações, atribuindo-lhe a concepção de *território usado*.

Dessa maneira, as cidades não são apenas criações materiais, mas são também constantes dinâmicas em transformação, nas quais se entrelaçam dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais. Sua materialização revela tanto os efeitos da lógica capitalista, quanto as implicações das políticas urbanas e as formas de resistência e reapropriação do espaço promovidas pelos indivíduos e coletividades que, através de suas ações, reivindicam o direito de participar da construção da cidade.

Nesse contexto, a infraestrutura urbana — enquanto conjunto de fixos — desempenha papel fundamental ao ancorar fluxos de pessoas, mercadorias e informações, consolidando as bases para a reprodução das relações sociais e para a acumulação de capital. Esses processos se conectam com a formação socioespacial histórica das cidades, que por sua vez, tem as dinâmicas econômicas como impulsionadoras do crescimento urbano.

O processo de urbanização que uma cidade passa pode estar relacionado à diversas motivações, e no caso do interior paulista, o desenvolvimento de diversas cidades está ligado especialmente aos serviços e comércios gerados pela produção produtos agrícolas (essencialmente o café) entre o final do século XIX e início do século XX. A produção, escoamento e distribuição desses produtos, provocaram grandes impactos espaciais na região, promovendo um nível de importância significativo para alguns municípios. Logo, aspectos sociais, políticos, culturais e simbólicos vão configurar a organização territorial, para além de sua materialidade.

A formação da cidade de Rio Claro no interior do estado de São Paulo, em específico, tem seu enredo entrelaçado com a história do café. Foi através dele que a cidade se constituiu um polo cafeeiro na época, se tornando um centro de influência para a região. Por meio do café, se estabeleceu a construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí pelo Oeste Paulista (HOGAN, 1986), tornando a cidade de Rio Claro um polo de concentração das produções agrícolas no interior, uma vez que a sede da Companhia Paulista de Estradas de Ferro se estruturou no município, consolidando seu papel como centro de atividades ligadas à ferrovia, como serviços e comércios de manutenção e suprimentos ferroviários.

A ferrovia como um elemento de integração territorial, passou a desenvolver a dinâmica urbano-regional, conectando diversas regiões, especializando lugares econômica e territorialmente, articulando fluxos econômicos e sociais, hierarquizando territórios e refletindo a divisão territorial e social do trabalho, como evidenciado por Matos (apud NUNES, 2025, p. 24)

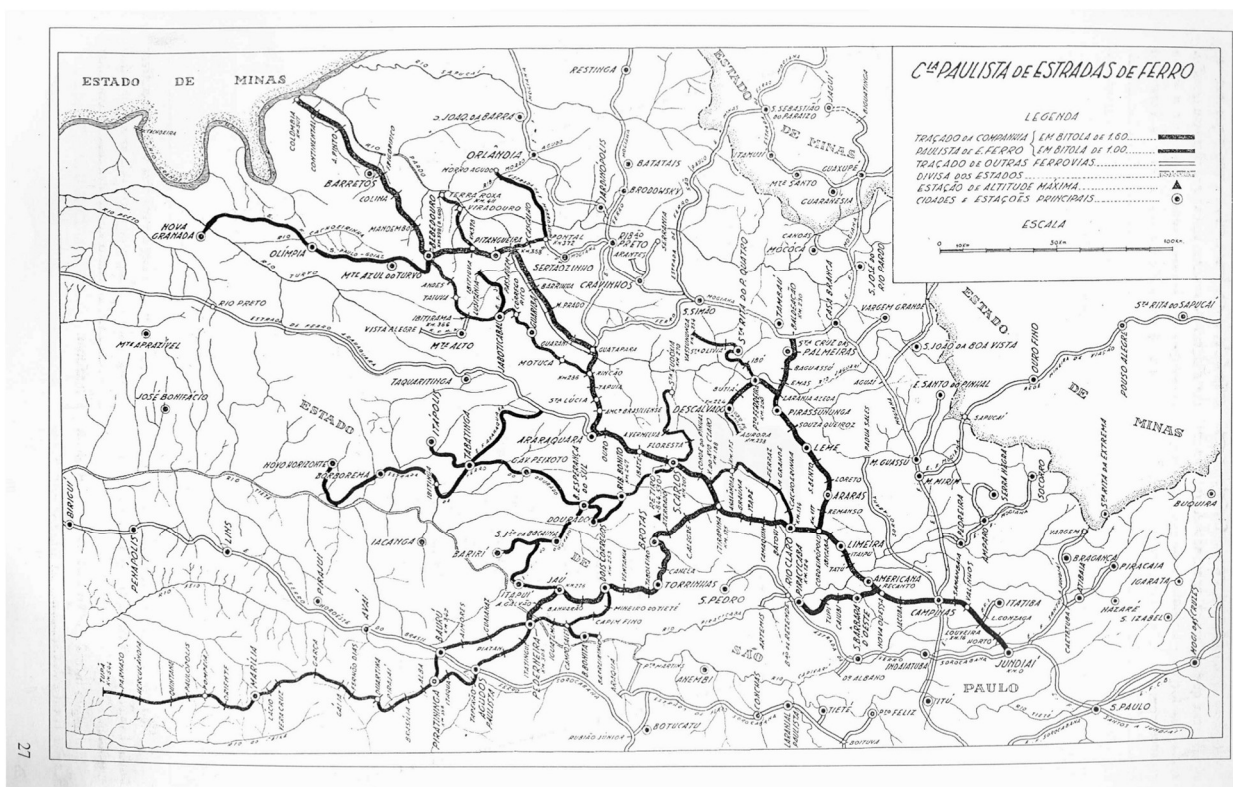
A chegada dos trilhos é quase sempre um marco na história de uma cidade. Com a estrada de ferro, vem todo o aparelhamento que ela exige, especialmente quando a cidade, por alguma razão, é escolhida para a sede de qualquer atividade especial da estrada: armazéns, oficinas, escritório, ponto de cruzamento de trens ou local de baldeação. Tudo isso reflete sobre a vida da cidade, pois constitui mercado de uma atração e estimula

numerosas atividades correlatas, dando ao local mais animação do que as demais cidades.

Essa infraestrutura ferroviária na cidade de Rio Claro, se tornou suporte para práticas esportivas, culturais e comunitárias e atualmente abriga a Academia MM Boxe de luta. antes associada à lógica da produção e do transporte de mercadorias, adquire novos sentidos ao se tornar suporte para práticas esportivas, culturais e comunitárias. Antes, associada à lógica da produção e do transporte de mercadorias, adquiriu novos sentidos ao se tornar suporte para práticas sociais e de resistência para o uso coletivo da cidade.

Sua implementação no território da cidade de início, promoveu o desenvolvimento local, viabilizando uma área central que suprisse as necessidades ferroviárias. A imagem abaixo apresenta o mapa das linhas férreas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, por volta das décadas de 1950 e 1960, no estado de São Paulo, que demonstra a proporção territorial à época e sua importância para fluxos econômicos e sociais.

Figura 1: Registro histórico da localização da rede ferroviária no Estado de São Paulo em 1954.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Rio Claro (consulta em 2025).

Assim, conforme os trilhos de trem foram sendo implementados, demandas relacionadas à essas ferrovias também foram surgindo. A população então, passou a se estabelecer em áreas próximas aos trilhos para que assim pudessem compor o desenvolvimento da infraestrutura e da indústria na época (HOGAN, 1986). Nesse contexto, a ferrovia representava para a sociedade um símbolo de modernidade, ao introduzir o regime de trabalho assalariado e, com isso, atrair indivíduos para os centros urbanos em busca de estabilidade econômica e melhores condições de vida, permitindo maior acessibilidade e utilização de recursos, o que aumentou a circulação de pessoas e mercadorias, atraindo mais investimentos.

Percebe-se, que a dinâmica de produção capitalista constituiu um elemento estruturante do processo de urbanização, manifestando-se desde suas origens por meio da atuação de agentes econômicos que, ao se firmarem regionalmente, estabeleceram vínculos diretos com o Estado para garantir seus interesses.

Em decorrência dos processos de produção e escoamento de produtos, além do deslocamento de pessoas, vilas e galpões de armazenagem foram construídos para dar suporte às novas necessidades materiais, ligadas à linha férrea e à vida operária. Reestruturou-se o espaço no contexto econômico-social, expandindo a área urbana da cidade, com efeitos territoriais. Observamos assim a construção de uma realidade geográfica, que se fundamenta conforme a integração entre fixos e fluxos, sendo o fixo meio de movimentação dos fluxos (SANTOS, 2006).

Com o decorrer do tempo, a economia ligada ao café sofreu mudanças, passando por altos e baixos e atingindo diretamente os elementos que estavam relacionados com sua produção. Com a crise econômica mundial de 1929, o setor cafeeiro no Brasil foi atingido brutalmente, enfrentando uma queda vertiginosa na demanda internacional. Essa conjuntura, associada à crise política e social interna, provocou mudanças inevitáveis na estrutura produtiva do país e na organização do espaço geográfico, promovendo mudanças estruturais entre cidade e campo.

Ainda nesse contexto, de acordo com Santos (1993), com o fortalecimento das indústrias em detrimento das atividades rurais, as cidades passaram a desempenhar papéis distintos na divisão territorial do trabalho. Enquanto a industrialização acelerou o processo de urbanização, as regiões ligadas à economia do café sofreram com a reestruturação econômica, perdendo sua importância diante da modernização, mais uma vez, aprofundando o processo de divisão territorial do trabalho.

Mesmo com o declínio do sistema ferroviário, a presença de aparatos estruturais para seu funcionamento promoveu a estruturação de bairros que se enraizaram pela criação de memórias e relações específicas com o lugar. Logo, mesmo com a desativação de trechos e a redução de transportes ferroviários em muitas cidades, inclusive em Rio Claro, seus vestígios materiais (estações, trilhos, galpões) e imateriais (festas e narrativas) conservam o simbolismo da ferrovia como parte da cultura de identidade local. Dessa maneira, a ferrovia se consolidou como patrimônio histórico e social representando uma herança viva que conecta o passado ao presente e, muitas vezes, integra as políticas de acesso para a comunidade.

Atualmente, o complexo ferroviário existente na cidade de Rio Claro ainda funciona e é administrado pela empresa Rumo. Ele está dividido em algumas partes principais: a oficina de vagões, o antigo pátio de manobras e um galpão anteriormente destinado ao armazenamento do café (CARDOSO, 2023). Nos dias de hoje, a empresa realiza a logística de transporte de diversos produtos e faz a manutenção de trens de carga ainda em atividade em território nacional. No entanto, o entorno dos trilhos passou por transformações significativas com a mudança da lógica econômica e do surgimento de novas demandas sociais. Atualmente, os antigos galpões ferroviários são ocupados, essencialmente, por serviços públicos e iniciativas populares como a academia MM Boxe.

1.1 Territórios vivos: práticas sociais e a territorialização

Na discussão anterior, constatamos como a configuração do espaço é resultado da interação constante entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, propostos por Santos (2020). Os sistemas de objetos — constituídos pelas infraestruturas, edificações, vias e demais elementos materiais — não existem de forma autônoma, mas são organizados e dispostos segundo as ações realizadas por indivíduos, empresas e instituições. Essas ações utilizam e transformam os objetos, concedendo a eles novos significados e funções. Assim, a disposição dos sistemas de objetos no espaço reflete e, ao mesmo tempo, condiciona as ações humanas, compondo um movimento contínuo de produção e reprodução do território.

Nesse processo dinâmico, manifesta-se a territorialização, entendida como o modo pelo qual as pessoas, tanto de forma individual como em grupos sociais, se apropriam do território e o reconfiguram a partir de suas práticas cotidianas e relações

de poder. Essa articulação da população para se apropriar do espaço e exercer seus direitos, evidencia como a luta por acesso aos recursos da cidade, se faz através da organização e da afirmação de identidades sociais. A compreensão dessa articulação é fundamental tanto para uma perspectiva crítica do território, quanto para a formulação de políticas que reconheçam o espaço como campo de criação de sentidos e não apenas como suporte físico da vida social.

O espaço, como uma instância da sociedade, expressa a forma como os agentes se organizam e vivenciam o território. Nessa perspectiva, as diversas técnicas de produção, resultam em diferentes divisões territoriais do trabalho (SANTOS, 2020), estruturando e definindo funções e especializações atribuídas a cada porção do espaço. Dessa maneira, a perda de função ou a refuncionalização das estruturas está diretamente ligada às estratégias de valorização ou desvalorização do espaço, uma vez que se desenvolvem conflitos inerentes à lógica capitalista sobre ele.

Uma vez que essa lógica busca constantemente reorganizar e controlar o espaço de acordo com seus interesses, o território passa a ser definido conforme as necessidades de circulação, produção e consumo. Esse processo faz com que objetos, infraestruturas e arranjos espaciais sejam substituídos, modernizados ou ressignificados para atender as novas demandas econômicas. Mas o território também se compõe pelas práticas cotidianas e demandas sociais, além das diversas formas de existência humana. Assim, o território não apenas abriga essas disputas, ele também expressa as resistências dos indivíduos que nele vivem, afirmando a territorialização pela ação sob a materialidade.

Nesse contexto, a reapropriação de objetos, infraestruturas e formas urbanas por grupos socialmente marginalizados é fundamental, pois dá base para a construção de novas territorialidades e identidades coletivas. Ao ocuparem espaços abandonados ou subutilizados, esses grupos não apenas lhes atribuem novas funções, mas também afirmam práticas sociais que redefinem o território e fortalecem sentidos compartilhados de pertencimento.

Nesse processo de reapropriação, o encontro entre o “novo” e o “velho”, ou seja, a combinação de objetos herdados com objetos e/ ou técnicas recém criadas, a partir das interações entre fixos e fluxos (SANTOS, 2020), evidencia a relação de “causa e efeito” do social sobre o material e vice e versa (OLIVEIRA CRUZ, 2012). Logo, o presente é resultado do processo histórico, político e econômico “[...] conjunto

de todas as coisas, arranjadas em sistema, que formam a configuração territorial [...]”. (SANTOS, 2021, p.84).

A atuação seletiva do Poder Público pelo território é frequentemente orientada pelos interesses econômicos e acaba privilegiando algumas áreas em detrimento de outras no território urbano. Isso contribui especialmente, para a valorização imobiliária e concentração de serviços. Ao passo que, o capital privado investe em áreas com maior potencial econômico, reforçando a concentração de equipamentos urbanos e oportunidades em espaços que já são privilegiados. Esse processo é determinante para a urbanização, que se realizará de forma fragmentada e excludente, expressando as desigualdades tanto na paisagem como nas condições de vida dos habitantes.

Vale destacar que mesmo sob essas condições, o processo de urbanização é tido como modernizador. Proveniente da industrialização, que não ocorreu de maneira ordenada e criou disparidades regionais. Como consequência, houve a migração dos trabalhadores do campo para a cidade, reorganizando o espaço urbano e alterando a formação socioespacial brasileira (SANTOS, 2018). A dinâmica promovida a partir dessa mudança socioespacial, revela as disputas entre os agentes produtores do espaço urbano e a complexidade da vida em coletivo.

Dessa maneira, podemos afirmar que a cidade também é um elemento vivo, capaz de possibilitar novos arranjos espaciais. Ela se reinventa através de práticas e conflitos e se destaca como um espaço em constante construção que influencia nas formas de viver de seus habitantes.

A aceleração da urbanização no decorrer do século XX fez que a cidade passasse a ser compreendida como um tecido vivo, composto por edificações e por pessoas, congregando ambientes do passado que podem ser conservados e, ao mesmo tempo, integrados à dinâmica urbana. Ela tornou-se um nível específico da prática social na qual se vêem paisagens, arquiteturas, praças, ruas, formas de sociabilidade; um lugar não homogêneo e articulado, mas antes um mosaico muitas vezes sobreposto, que expressa tempos e modos diferenciados e viver (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006, p.253).

Como um tecido vivo, a cidade se faz também pelas ações dos agentes urbanos, de seus habitantes e da disputa simbólica e material pelo espaço. Suas formas, usos e significados não são estáticos, mas resultam das interações e tensões entre agentes que reivindicam o direito de definir e ocupar o espaço urbano. É nesse

contexto que emergem os movimentos sociais urbanos. A partir das desigualdades e contradições inscritas na produção da cidade, eles contestam a apropriação seletiva dos recursos urbanos e denunciam as injustiças socioespaciais, atuando como grupos que constroem significados, defendem direitos e ressignificam do território, sendo essenciais para redemocratizar o espaço urbano.

Os movimentos sociais exercem o papel de tensionar a lógica hegemônica de produção e acumulação capitalista tornando o espaço cada vez mais coletivo. Nesse sentido, reconhecer os movimentos sociais como resistências populares capazes de redefinir relações de poder e promover o direito à cidade, representa uma forma concreta de se construir a cidade baseada em justiça social.

A partir disso, apresentam-se diferentes grupos (em número de pessoas, pautas e escala de atuação) como formas de resistência. A exemplo, os coletivos sociais, que também se formam através da articulação entre indivíduos que compartilham dos mesmos interesses, necessidades e princípios, e operam tanto no campo material (ocupação, intervenção, uso do espaço) quanto no campo simbólico (disputa de narrativas, produção de sentidos, identidade territorial), mas em uma urbana local. Geralmente, também estão organizados de maneira horizontal e autônoma. Atuam promovendo práticas colaborativas, que fortalecem o sentimento de pertencimento do indivíduo ao espaço, em meio a contextos de conflitos urbanos. Ou seja, possuem em sua base a cooperação e a coletividade. Já os movimentos sociais (citados anteriormente), costumam ter uma organização mais formal e consolidada, além do histórico de mobilização contínua pela reivindicação de pautas bem estabelecidas (SOUZA, 2004).

Portanto, muitos embates entre diferentes agentes urbanos, se desenvolvem contra a apropriação excludente do espaço que o capital faz. Essas formas de resistir são enfrentamentos diretos às desigualdades imposta à população. Ocupações urbanas, movimentos por moradia, protestos e mobilizações em defesa de direitos sociais básicos são algumas das estratégias usadas por essas resistências para nivelar o consumo do espaço pelos grupos sociais mais vulneráveis.

Em Rio Claro, o movimento negro construiu ao longo de décadas, espaços de representatividade e sociabilidade em resposta ao racismo estrutural e ausência do Poder Público, como é o caso da Associação Tamoio. Assim também são com as escolas de samba do município (Unidos da Vila Alemã - UVA e GRASIFS) que

exercem uma resistência simbólica, reafirmando identidades periféricas e construindo o senso de coletividade através da cultura popular.

A partir das ações coletivas, passa-se a questionar a função de propriedades urbanas dentro da dinâmica socioespacial. O uso social justo e inclusivo do solo urbano retoma a cidade como obra (LEFEBVRE, 2001). Nesse sentido, espaços urbanos apropriados de maneira coletiva, agregando simbolismos e legitimam a função social da propriedade. São pelas demandas populares que os cidadãos ressignificam e se reapropriam de áreas urbanas, refuncionalizando formas.

A trajetória urbana da cidade de Rio Claro evidencia como a refuncionalização das formas desempenha papel central na produção e transformação da cidade. A ferrovia propiciou a construção de diversas atividades comerciais e de serviços entorno da estação ferroviária, estabelecendo uma área central na cidade. Os objetos e infraestruturas herdados foram continuamente reinterpretados conforme às novas dinâmicas sociais, culturais e produtivas e mantém ainda hoje, as principais atividades comerciais e de circulação de pessoas do município, integrando a estação de transporte público coletivo³ (terminal de ônibus), serviços municipais (atende fácil, serviço de parcelamento de dívidas, ouvidoria, arquivo público municipal, entre outros) e estabelecimentos comerciais (lojas de varejo), como mostra a foto 2 a seguir.

³ Atualmente a antiga estação ferroviária abriga o terminal de transporte público coletivo (estação de ônibus), além de outras iniciativas sociais.

Foto 1: Serviços atuais no entorno da antiga estação ferroviária em 07/01/2025.



Fonte: Acervo da autora.

A estrutura ferroviária permanece em funcionamento até os dias de hoje, na cidade. Como consequência, também há serviços ligados a este setor se desenvolvendo. A empresa Rumo Logística, que administra a malha ferroviária em vários estados do Brasil, também opera às atividades do setor na cidade de Rio Claro. Cabe destacar aqui que, o pátio de manobras de vagões de trens está localizado entre essa rede de comércios e serviços e os antigos galpões de armazenagem (vide foto 13). A realização das manobras dos vagões é essencial para a manutenção dos mesmos, mas esse trabalho atravessa uma das principais vias de circulação da cidade, localizada na área central,⁴ afetando o cotidiano urbano. Quanto a isto,

⁴ A empresa Rumo mantém suas atividades concentradas na área central da cidade de Rio Claro, já que é onde estão localizados pontos de entroncamentos das linhas dos trens para a realização da manutenção de vagões.

conforme alguns estudos e a imprensa local, há projetos em andamento relacionados à transferência e reestruturação das oficinas ferroviárias dentro do município, devido à necessidade de melhoria de integração entre as funções urbanas e os sistemas de transporte ferroviário (REVISTA FERROVIÁRIA, 2022).

Devido a divergências entre a classificação de uso da oficina e os usos previstos para a área no plano diretor, estão em curso negociações para a realocação das instalações para outra área, processo com previsão de ser concluído até o ano de 2025. A nova área prevista seria o Jardim Guanabara, local onde anteriormente encontrava-se a estação Rio Claro-Nova, junto à atual rota de passagem dos trens da linha Santa Gertrudes – Itirapina (CARDOSO, 2023, p.32).

A empresa Rumo Logística detém o controle dessa linha férrea desde 2015, após a aquisição pela América Latina Logística (ALL), empresa que possui a concessão original da Malha Paulista desde 1998. Em 2020, a concessão da Malha Paulista foi renovada por mais 30 anos para a empresa, permitindo que a Rumo continue operando-a até 2050. Segundo informações jornalísticas, essa renovação está condicionada a investimentos na infraestrutura ferroviária, incluindo melhorias que afetem diretamente a cidade de Rio Claro (JORNAL CIDADE, 2024).

Percebemos assim, que os acontecimentos relacionados à ferrovia sempre atraíram investimentos para a região ao longo da história da cidade, e atualmente ainda se fazem importantes em seu planejamento. Campoy e Silva Schicchi mostram como os trilhos orientaram a dinâmica de ocupação e expansão urbana, desenvolvendo um eixo econômico sobre o território, conforme mostram

Em Rio Claro, o crescimento urbano atingiu um ritmo acelerado após se tornar sede da Cia. rio-clarense de Estradas de Ferro, em 1882. Iniciou-se um comércio mais ativo e diversificado na área central, seguido da implementação das oficinas durante a administração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), em 1892. O comércio e os serviços que surgiram entorno deste novo núcleo urbano e das oficinas da CPEF, visavam atender à ferrovia e aos operários e imigrantes [...]. Atualmente o conjunto ferroviário em Rio Claro abrange uma área construída de 9.458 m², em um terreno de 55.834 m², cobijado pelo setor imobiliário por sua localização e extensão territorial (CAMPOY; SILVA SCHICCHI, 2021, p.9).

A ferrovia é um elemento que auxiliou na integração da cidade de Rio Claro à outras regiões, assim como aconteceu em outras cidades do interior paulista.

Mas também desempenha atividades em outros bairros do município, como o Jd. Guanabara.

Atualmente, as estruturas férreas recordam o papel que a cidade já possuiu na história da produção de café e outros produtos agrícolas, durante a expansão da economia paulista no final do século XIX e início do século XX, exemplificando como cada sociedade, com suas diferentes lógicas de organização econômica e social, e a cada momento histórico, ditam os significados de elementos e suas formas de uso, os concretizando como rugosidades (SANTOS, 2020).

Com a setorização e privatização da ferrovia, conforme as mudanças na economia brasileira, muitas das estruturas ferroviárias foram abandonadas, resultando num descuido de muitas das áreas ligadas aos trilhos, conforme destaca Nunes (2015)

[...] as privatizações do sistema ferroviário nacional, pelas empresas que obtiveram a concessão do uso, não se interessaram em manter as edificações utilizadas para o transporte de passageiros e outras estruturas que não se relacionavam diretamente com o transporte de cargas, são evidenciadas, hoje, pelo abandono dos espaços ferroviários (NUNES, 2015, p.9)

Logo, as estruturas que sofreram com o abandono, passam a ser de interesse de ocupação pela população e pelo poder público, num esforço para resgatar áreas marginalizadas e integrá-las ao cotidiano urbano. Milton Santos em "A Urbanização Brasileira" destaca que essa resignificação não é apenas uma resposta ao abandono material, mas também uma tentativa de recuperar o valor social do espaço, promovendo maior equidade no uso da cidade e melhorando a qualidade de vida urbana. Ainda sob essa perspectiva, Henri Lefebvre em "O Direito à Cidade" destaca que a reivindicação feita pelos cidadãos, de participar ativamente da produção do espaço urbano, também se faz pela sensação de pertencimento e pelas possibilidades de transformação da cidade, que pode torná-la mais inclusiva e funcional. Portanto, a percepção da cidade e dos espaços por seus habitantes é essencial na valorização dessas áreas.

A preservação e a refuncionalização dessas formas, também são responsáveis por garantir a continuidade da memória histórica do papel da cidade, além de retomarem a acessibilidade dos habitantes aos espaços urbanos. Dessa forma a população pode reocupar espaços significativos, em que "[...] os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade" (ZANIRATO, 2007, p. 137), e os tornam patrimônios culturais da cidade.

A infraestrutura da ferrovia e suas formas adjacentes consolidam um legado à cidade, onde “Conservá-lo é uma forma de garantir o testemunho e referencial, não apenas de seu valor arquitetônico e histórico, mas dos valores culturais, simbólicos, de sua representatividade técnica e social” (ZANIRATO, 2009, p. 138).

Uma das ferramentas utilizadas para a preservação de elementos históricos é o processo de tombamento. Ele garante um aproveitamento funcional da estrutura, preservando ao mesmo tempo seu valor histórico. Em Rio Claro, a estação ferroviária passou pelo processo de tombamento entre 1982 e 1985, conforme Oliveira (2010)

[...] o processo foi aberto por solicitação do Deputado estadual José Felício Castelhana, em 1982, ligado a Rio Claro – que já havia proposto o tombamento de vários antigos hortos florestais da Cia. Paulista. O caráter local da solicitação foi reforçado por abaixo assinado de algumas dezenas de munícipes, incorporado ao processo em agosto de 1985. Foram realizados estudos técnicos que resultaram na caracterização da sua representatividade como exemplar singular, “em estilo eclético, diferente da maioria de influência inglesa”, conforme Maria Regina Mattos. Além disso, o detalhado informe histórico de Ema Saez, ressalta a importância da estação por estar associada com a introdução do café na região. Nova avaliação arquitetônica feita por Patrimônio e Cultura Material Maria Ramalho, em março de 1984, ratificou o valor arquitetônico neoclássico da edificação. O processo foi aprovado pelo Conselheiro Mário Savelli, fundamentado nos mesmos argumentos (OLIVEIRA, apud NUNES, 2015, p. 68).

Ao ser tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) pela resolução 64 de 14 de novembro de 1985 (CONDEPHAAT, 2025), devida sua relevância histórica e arquitetônica, a ferrovia adquiriu um papel simbólico relacionado à memória e a história da cidade. Ela se tornou parte essencial da identidade urbana de Rio Claro. Esse processo reflete a dialética entre permanência e transformação, confirmando que “As formas asseguram a continuidade do tempo, mas o fazem através da sucessão de eventos, que mudam o seu sentido” (SANTOS, 2020, p. 156). Assim, diversas formas herdadas do período ferroviário permanecem materializadas na paisagem, expressando a continuidade de objetos técnicos que atravessam temporalidades distintas na produção do espaço urbano.

Ainda, neste sentido, cabe a reflexão de forma-conteúdo (SANTOS, 2020), já que muitas das estruturas ferroviárias não possuem as mesmas funções do

passado, evidenciando que não existe só a forma, nem só o conteúdo. Um é pelo outro a forma mais adequada de sua realização

A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2020, p. 103).

Constatado como as estruturas acolhem novas funcionalidades, e outras significações dialéticas entre passado e presente, as fotos mostradas a seguir, revelam como o antigo edifício dos galpões de armazenagem da ferrovia tem se mantido na estrutura urbana, com registros que remontam, no mínimo, ao ano de 1992 e se estendem à atualidade. Podemos reparar como o prédio passou a abrigar outros tipos de iniciativas no cotidiano da cidade. Em um primeiro momento, a Orquestra Sinfônica municipal e dos ferroviários e posteriormente⁵ a academia de boxe MM Boxe, o Barracão da Solidariedade⁶, a Companhia Passarilhar⁷, além de casas residenciais.

Foto 2: Registro histórico do exterior dos Armazéns Culturais na cidade de Rio Claro, sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Rio Claro (consulta em 2025).

⁵ Não foram encontrados dados sobre as datas de instalação de cada iniciativa citada nesta pesquisa.

⁶ O Barracão da Solidariedade é um espaço coordenado pela secretária de Fundo Social de Solidariedade do município de Rio Claro que oferece a doação de vestimentas para a população.

⁷ A Companhia Passarilhar é um coletivo que oferece aulas de arte circense na cidade.

Foto 3: Registro histórico do interior dos Armazéns Culturais na cidade de Rio Claro, sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Rio Claro (consulta em 2025).

Foto 4: Academia MM Boxe em 07/01/2025.



Fonte: Acervo da autora.

Foto 5: Barracão da solidariedade em 07/01/2025.



Fonte: Acervo da autora.

Foto 6: Companhia Passarinhar em 01/08/2025.



Fonte: Acervo da autora.

Foto 7: Orquestra Sinfônica Municipal e Orquestra dos Ferroviários - SMUAF, em Rio Claro, 07/01/2025.



Fonte: Acervo da autora.

Foto 8: Academia de Jiu-Jitsu 01/08/2025.



Fonte: Acervo da autora.

Foto 9: Área residencial ao lado dos trilhos ferroviários 07/01/2025.



Fonte: Acervo da autora.

Observamos como as estruturas urbanas, ao longo do tempo, passam a abrigar novas funcionalidades, acumulando símbolos, significados e memórias que refletem tanto a permanência quanto a reinvenção das formas no espaço. Esses objetos herdados, quando ressignificados pelas práticas sociais, influenciam diretamente a percepção e a experiência dos habitantes da cidade, compondo aquilo que Santos

(2020) denomina de viver comum — o cotidiano compartilhado que emerge das interações entre materialidades e ações. Nesse processo, confirma-se a ideia de Corrêa (1989) de que são os agentes sociais, em suas múltiplas escalas e intencionalidades, que fazem e refazem continuamente a cidade, atribuindo novas funções aos antigos objetos, transformando a paisagem urbana e produzindo territorialidades que expressam tanto conflitos quanto possibilidades de convivência e criação coletiva.

1.2 Agentes Sociais, cidadania e a Produção do Espaço

Visto algumas das disputas, processos e sentidos de apropriação do território pelos diferentes grupos sociais, se faz importante discorrer também sobre como o Poder Público – em suas diferentes escalas de atuação – atua como um mediador da organização do território. Sendo ele fundamental na proposição e execução de políticas públicas, regulamentações e investimentos que orientam e condicionam os possíveis usos do território. No decorrer desta pesquisa, há um esforço para evidenciar que o acesso aos espaços da cidade – o direito à cidade – vai além de transitar entre as estruturas físicas construídas em seu território, ele implica na participação ativa, na construção, transformação e gestão da cidade.

Nesse sentido, a cidadania urbana se concretiza na medida em que os indivíduos têm garantido o acesso à serviços públicos, espaços de convivência, mobilidade e meios de expressão social e política. O Poder Público, que é composto por representantes dos diversos grupos sociais, é o responsável por formular, implementar e regular formas que viabilizem o exercício da cidadania pela população como um todo. Mas, o que tem acontecido, é a uma influência poderosa da globalização neoliberal sobre os representantes políticos, resultando em restrições e até mesmo omissão por parte do Estado em cumprir princípios e direitos garantidos pela Constituição Federal. Essa influência limita a cidadania ao poder de compra dos indivíduos, reduzindo a cidade a um espaço de circulação de capitais e como um produto a ser consumido.

Ao aprofundar a lógica mercantil sobre o espaço urbano, o sistema capitalista colabora com a fragmentação socioespacial, resultando na desigualdade de acesso ao território, aos seus recursos, serviços e oportunidades. A fragmentação

se expressa, dessa maneira, na separação física e funcional entre os diferentes grupos sociais dentro da cidade

[...] Ou seja, os lugares também se especializaram funcionalmente, à medida que transformações estruturais foram se dando a nível da sociedade; o espaço foi sendo produzido socialmente para atender esta nova realidade — a de uma economia com forte base no desenvolvimento industrial (SPOSITO, 1988, p. 53).

Embora fisicamente existentes para todos, o tempo e o espaço são socialmente excludentes, e asseguram privilégios a determinados agentes, como destacado por Santos “Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou pelo menos, privilégios de uso” (SANTOS, 2001, p. 14). A fragmentação, então, não é apenas física, mas também social e simbólica, produzindo uma cidade em que grupos distintos vivenciam realidades urbanas profundamente diferentes, onde o espaço é comum, mas os usos são diferentes e o tempo é simultâneo, mas as possibilidades de experienciá-lo variam conforme a posição social dos grupos.

Nesse contexto, é essencial que o Poder Público atue como promotor e mediador da justiça social, assegurando mecanismos que auxiliem na garantia de direitos. Para que isso aconteça, é necessário o reconhecimento das disparidades históricas e geográficas existentes na construção das cidades brasileiras. Só assim é possível orientar a formulação de políticas públicas que se comprometam com a reparação para os grupos historicamente marginalizados e efetivem de fato a equidade. Portanto, para que a cidadania urbana seja de fato plena, é necessário também, articular um enfrentamento às origens das desigualdades para além de universalizar acesso à espaços ou serviços.

O Poder Público, como a instância responsável por representar o interesse coletivo, é o único agente legitimado para criar, regulamentar e efetivar políticas públicas, gerindo eticamente os recursos financeiros públicos. Mas, como destacado por Villaça (2010) o Estado é na verdade, mediador entre os interesses do capital e a organização do espaço. A partir disso, toda pessoa terá um valor atribuído a si, conforme sua localização no espaço

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição (SANTOS, 2011, p. 161).

Nesse contexto, faz sentido que estratégias de ordenamento do território urbano surjam, na tentativa de igualar o acesso a todos os habitantes. O planejamento urbano, por exemplo, se desenvolve em resposta a uma urbanização acelerada, visando proporcionar uma certa racionalidade sobre o uso do solo urbano. Mas, também apropriado pela lógica capitalista, “o planejamento é uma fachada ideológica, não legitimando ação concreta do Estado, mas, ao contrário, procurando ocultá-la” (VILLAÇA, 2010, p.191). Assim, o Plano Diretor, como principal instrumento de planejamento urbano, reflete os conflitos sobre o uso e consumo da terra urbana (OLIVEIRA CRUZ, 2012). A cidadania passa então, a ser condicionada pelas formas que o planejamento é concebido e implementado.

As obras de infraestrutura passam a assumir centralidade na agenda urbana, pois são consideradas essenciais para sustentar a produção e a circulação de mercadorias. Em contrapartida, obras voltadas ao uso cotidiano da população, especialmente aquelas relacionadas à habitação, ficam em segundo plano ou são negligenciadas pelo poder público. É importante destacar que embora o setor imobiliário tenha apresentado crescimento expressivo ao longo dos anos, esse avanço não se traduz em políticas habitacionais de caráter social (SANTOS, 2018), reforçando desigualdades e afastando a possibilidade de acesso à moradia digna para grande parte da população. A cidade passa a ser então, além de um espaço de produção, um espaço a ser consumido, mas em ambos, os agentes imobiliários possuem forte influência (VILLAÇA, 2010).

Ainda nesse cenário, apesar de ter uma vasta representatividade e forte influência, nenhum dos agentes econômicos, possui com exclusividade o poder político. Logo, a seletividade de investimentos feitos pelo Poder Público sobre o território se destaca pelas disputas de classe no espaço urbano. Como abordado anteriormente, ao alocar recursos para áreas economicamente consolidadas, outras partes da cidade permanecem desassistidas ou recebem intervenções pontuais.

Diante da ausência ou insuficiência de ações, por parte dos representantes políticos, os indivíduos passam a construir coletivamente maneiras de responder às próprias necessidades, transformando suas experiências em práticas de reivindicação

e mobilização. Esse vínculo, reúne os indivíduos em grupos que contestam as práticas capitalistas, reivindicando transformações estruturais no modo como o espaço urbano é socializado. Essas pessoas reivindicam não apenas políticas públicas redistributivas, mas também o reconhecimento de sua condição como sujeitos de direitos. Assim se firmam potências, que provocam “[...] efeitos sociais, devidos à pressão das massas, onde o individual não morre e se afirma.” (LEFEBVRE, 2001, p. 116.), promovendo a reapropriação do espaço e de acesso aos serviços negados à população.

São os arranjos feitos entre poder público e sociedade civil, por meio do planejamento urbano, capazes de romper com o padrão de privilégio dado ao capital. Ao incorporar a participação social na definição das prioridades urbanas, esses arranjos ampliam a capacidade de incidência dos grupos historicamente marginalizados, deslocando o foco das decisões do interesse estritamente econômico para as demandas coletivas. Logo, a cidadania como questão prática de organização da vida em sociedade (CASTRO, 2003), permite que qualquer indivíduo que habite a cidade e que desfrute de sua infraestrutura, se desenvolva de forma multidimensional e digna. Dessa maneira, o conjunto de medidas e intervenções promovidos pelo poder público impacta diretamente em como as pessoas usufruem e se relacionam com os espaços urbanos.

O território então revela, tanto as possibilidades como as limitações da organização urbana. É nesse ponto que as práticas jurídicas — expressas pelas leis, instrumentos urbanos e mecanismos de participação institucional (SANTOS, 2011) — surgem como ferramentas fundamentais para legitimar reivindicações e transformar o espaço vivido. No Brasil elaborou-se a Constituição Federal Brasileira, que direciona a conduta do cidadão dentro de nosso país, definindo direitos e deveres básicos para uma existência humana mais igualitária dentro do território nacional. É fundamental salientar que a Constituição promulgada em 1988 é conhecida como “Constituição Cidadã” justamente por incluir o debate sobre cidadania frente a um contexto nacional de visível desigualdade entre seus habitantes. Sobre esses direitos e deveres, a constituição brasileira define em seu artigo 6º

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, art. 6º, s.p.).

Ao estabelecer os princípios fundamentais que orientam a organização política, é nítida a importância da Constituição na estruturação da sociedade brasileira. Mais do que um conjunto de normas jurídicas, a Constituição funciona como o pacto que define os direitos e deveres dos cidadãos, os limites do poder estatal e as bases para a convivência democrática. Educação, saúde, moradia, transporte, cultura e lazer são necessidades básicas de cada cidadão, e devem ser supridas em seu cotidiano social. Esses direitos só se efetivam através de serviços, infraestruturas e equipamentos específicos, como escolas, hospitais, estações e terminais de transporte coletivo, centros culturais, entre outros. Esses elementos não são apenas suportes materiais, mas como condições para que a população exerça sua cidadania de maneira plena.

Para garantir que esses direitos se efetivem com maior rapidez e eficiência, os estados, municípios e Distrito Federal ganharam maior autonomia, descentralizando serviços, seja por meio de investimentos diretos, parcerias intergovernamentais ou mecanismos de gestão integrada. Nesse cenário, os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, abordam a política urbana e estabelecem como premissa a função social da cidade

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes. [...] Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (BRASIL, 1988, arts. 182º e 183º).

Assim se concretizou a lei 10.257 - Estatuto da Cidade de 10 de julho de 2001, incluída treze anos após a formulação da Constituição Cidadã, visando efetivar a função social da propriedade urbana e garantir uma gestão democrática do solo urbano. Percebe-se que um extenso tempo se passou até a integralização dessa lei a Constituição. Isso se deve a vários fatores, entre eles, a resistência de pessoas ligadas ao capital financeiro e as mudanças no cenário político. Por outro lado, esse avanço não se efetivaria sem a pressão e participação popular. A mobilização e pressão dos movimentos sociais e entidades, contribuíram para solidificação do Estatuto e para a reforma urbana. É um marco regulatório fundamental para o planejamento e organização das cidades, que estabelece diretrizes para um

desenvolvimento urbano que prioriza o bem-estar social e o uso dos espaços de forma mais igualitária. Essa lei fortalece o Plano Diretor, estipulado na Constituição, o tornando obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes (BRASIL, 1988).

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001, art. 1º, parágrafo único).

Dessa maneira, a função social passa a orientar o uso da propriedade urbana, estabelecendo que o direito à propriedade depende do atendimento de sua finalidade social. O que significa que proprietários de imóveis em território urbano, possuem o dever de utilizá-los conforme as diretrizes contidas no plano diretor da cidade, evitando sua ociosidade ou subutilização.

O Estatuto da Cidade passa a ser um dos principais instrumentos utilizados no Planejamento Urbano. Ele viabiliza que os espaços das cidades sejam socializados em todo seu potencial, uma vez que é na cidade que se constroem as relações de poder, mas também de pertencimento e identidade. São nessas oposições que se constroem outras formas de viver e produzir a cidade. Os enfrentamentos à lógica capitalista, se dão também pela reapropriação e transformação do território pelos movimentos sociais populares, que reivindicam a cidade como um espaço de convivência e de cidadania.

Capítulo 2 - A Cidadania circula nas formas: políticas, identificações e coletivismo.

O território, enquanto construção histórica e social, apresenta múltiplas possibilidades de uso, que refletem a diversidade de agentes e de interesses que se dão sobre ele. A partir disso, vimos como as formas espaciais não são elementos neutros. Elas carregam valores, funções e intencionalidades de acordo com contexto que as produziram. Contudo, na medida que a sociedade se transforma, as formas também passam a abrigar novos significados e práticas, revelando como o território pode ser reinventado.

O mesmo objeto pode, então, ser simultaneamente elemento de interesse comercial, estrutura de políticas públicas ou referência simbólica para grupos que buscam afirmar identidades e modos de vida. Dessa perspectiva, as possibilidades que se tem de viver a cidade, entrelaçam a materialidade e a ação sobre o território. Discursos e ações ocupam formas e pessoas e se concretizam de maneiras inventivas e até ambíguas, demonstrando a complexidade dos processos de produção e apropriação do território.

Os discursos – entendidos como as narrativas, ideologias e interpretações – não são elementos abstratos, mas práticas concretas que moldam a maneira dos agentes se relacionarem com o espaço. Nesse contexto, os grupos sociais marginalizados ou excluídos, frequentemente desempenham atividades que ressignificam objetos, infraestruturas e porções do território conforme seu viés de resistência, revelando como a cidade pode ser reinterpretada. Portanto, as práticas sociais podem contestar, deslocar ou reforçar sentidos, tornando o espaço urbano um campo de negociação constante, onde as formas, ao mesmo tempo que dão suporte, também são produto da dinâmica urbana.

Podemos inferir, portanto, que o exercício de práticas e discursos pelos indivíduos, grupos, organizações ou entidades, permite além da reivindicação, a institucionalização de seus direitos. São eles que ampliam e desenvolvem o repertório sobre o planejamento em esferas formais. A participação é, assim, o processo pelo qual cidadãos, entidades, organizações ou instituições realizam a democracia (RAMÍREZ e WELP apud PATERNIANI, 2013). Ao se organizarem coletivamente, os cidadãos passam a se reconhecer enquanto comunidade e a transformar suas necessidades em luta.

Identificamos que é justamente assim que “a cidade se manifesta como um grupo de grupos [...]” (LEFEBVRE, 2001, p.66), com diferentes contextos e intenções. Nesse sentido, neste capítulo será apresentado o arranjo feito pelo grupo da academia MM Boxe, que ocupa o antigo galpão ferroviário no centro da cidade de Rio Claro. Serão destacados alguns obstáculos e as estratégias de resistência e luta formuladas pelo coletivo, que se desenrolam no cotidiano da academia e são apontadas por alguns dos integrantes por meio das entrevistas realizadas (conforme a metodologia apresentada no início da pesquisa), resultando em reflexões sobre a interdependência dos elementos na totalização da cidade e seus significados particulares para cada lugar.

Para o desenvolvimento desta parte da discussão sobre o objeto de estudo, a exposição das informações é realizada em outro tom. Um tom mais pessoal, com base na experiência vivida. Essa mudança se justifica pela necessidade de evidenciar a experiência da pesquisadora ao longo dos estudos junto ao objeto de estudo, evidenciando algumas inquietações e problemáticas sobre a complexa relação entre o grupo e o território. Também permite a aproximação do texto ao contexto real em que os fenômenos ocorrem, revelando aspectos que dificilmente seriam captados apenas pela linguagem formal. Nesse momento, a memória se faz elemento fundamental para constituir a narrativa sobre o objeto de estudo, utilizada como uma ferramenta social “[...] capaz de se articular em processos criativos do presente. Processos estes políticos, coletivos e sem fim” (SOARES, 2018, p. 17).

2.1 Movimento e ocupação: o boxe como formação política

A representação é também ação.

Morgenstern.

Ao ser convidada para uma festa junina, numa academia de boxe localizada ao lado dos trilhos de trem, fiquei curiosa para conhecer esse entroncamento entre um equipamento público e uma equipe de boxe. Ao chegar no local percebi um espaço cheio de símbolos e propósitos. Tudo que acontecia ali estava além de um festejo. Ali se desenvolvia uma dinâmica que integrava particularidades com o todo. Ou seja, os objetivos que o grupo ligado a academia se propõe a alcançar, estão intrinsecamente ligados às demandas sociais da população local e se realizam

por meio de ações que atribuem ao prédio outro papel. Tudo que se realizava naquele espaço era a base de luta. As aulas de boxe, as fotos, os grafites. A própria festa tinha a finalidade de arrecadar fundos para os atletas participarem de competições, ou ainda, comprar lanches para as crianças que fazem parte do projeto social.

Passada a festa, ainda curiosa sobre o funcionamento do espaço, me matriculei na academia para fazer algumas aulas de boxe. Participei durante dois meses, duas vezes por semana de aulas que aconteciam no período da noite (das 19h às 20h no ano de 2023) às terças e quintas-feiras. Ao longo das aulas, além de adquirir habilidades relacionadas a este esporte de contato, também pude observar a rotina de atividades, a variação de professores e de pessoas que participavam das aulas. Me inserir fisicamente nas atividades da academia, me fez elaborar uma percepção intensa sobre o papel que a mesma possui para a cidade. Foi essa vivência que deu base para a construção do meu projeto inicial de pesquisa, onde algumas nuances das práticas que aconteciam ali, despertaram um sentimento de pertencimento em relação ao tema.

O lugar apresenta múltiplas relações que podem formar a territorialidade. Todos os seus elementos são ricos em significados solidários sobre território, corpo, ações e acesso. Essa interrelação me convidou a pensar a cidade de Rio Claro e a participação social no cotidiano urbano, em como as pessoas que frequentam aquele espaço possuem uma outra visão sobre o todo e como as práticas que a academia produz promovem uma vivência alternativa da qual o capitalismo impõe, como destaca Soares (2018, p.21) “[...] revela pistas fundamentais sobre suas próprias maneiras de habitar o mundo”. Diante disso, fazer parte da cidade para mim, atravessava justamente compreender o porquê daquelas pessoas promoverem tantas coisas e sua relação com a cidade, sendo o prédio o mediador.

Com toda sua singularidade, a academia se imprime na paisagem local, expressando a ressignificação através de territorialidades marginalizadas. Destaco esse ponto pois a prática do boxe, se constitui por tensões sociais e políticas que revelam as contradições e desigualdades nas questões de gênero, classe, raça e o sentido de valores como a disciplina, a ética e a responsabilidade. Mas, também se estabelece como instrumento de resistência social, promovendo o direito à cidade através da prática esportiva que oferece oportunidades de lazer, saúde, educação e profissionalização.

Dentro do contexto urbano e dos processos históricos que o constituem,

essa prática produz experiências singulares e carregadas de significados para as pessoas envolvidas, ao mesmo tempo que forma a percepção coletiva e identitária que emerge nesses lugares. A ocupação realizada pela academia MM Boxe no antigo armazém ferroviário, é reflexo da precariedade das infraestruturas disponíveis à população socialmente mais vulnerável da cidade, que por conta da contradição estrutural da cidade capitalista, depende muitas vezes, de espaços improvisados para reinventar o exercício da cidadania.

Ao se apropriarem do prédio, o grupo ligado a academia, além de propiciar a convivência comunitária, populariza a discussão sobre pautas essenciais a vida urbana como o racismo, a homofobia e a acessibilidade. Essas pautas (entre outras) fomentam a participação popular e ampliam a conscientização sobre as limitações impostas pelo sistema às populações com menor acesso a recursos e serviços. A academia se dispõe a realizar esses debates com a população local, desenvolvendo a consciência de que “Entre todas as coisas que nos afirmam como cidadãos e cidadãs, está o reconhecimento das dinâmicas políticas que se definem no meio físico, no nosso território” (BERTH, 2023, p.93). Esse reconhecimento permite que o grupo apresente o boxe como expressão viva de territorialização, ressaltando como o desenvolvimento do boxe na sociedade, é também fruto das desigualdades e resistências que se expressam no cotidiano, formulando um campo de disputas simbólicas e sociais (SOARES, 2018).

A partir disso, a história da academia será contextualizada pela trajetória de alguns entrevistados diretamente envolvidos com a academia (vide metodologia), por bibliografia relacionada ao espaço e pela ocupação realizada no equipamento urbano e suas condições.

2.2 MM Boxe: a prática esportiva como renovação

A academia MM Boxe foi criada em 2003 pelo professor de boxe Marcos Macedo, que ao oferecer aulas de boxe para a guarda municipal da cidade, teve sua instalação mediada pela instituição. Na época, a guarda municipal geria todo o pavilhão⁸ ferroviário que serviu de armazém para os produtos que eram transportados nos trens, e com a oferta das aulas “Logo apareceram pessoas interessadas, entre

⁸ O pavilhão inteiro mede 1838 m² (CARDOSO, 2023), e a MM Boxe ocupa parte do galpão, com aproximadamente 100 metros de extensão por dez metros de largura (SOARES, 2018, p.122).

estas, Nazaré, uma mulher que trabalhava na Guarda Civil Metropolitana e gostaria de aprender para lutar em competições” (BRENO MACEDO apud SOARES, 2018, p. 122).

Assim, uma parte desses armazéns foi disponibilizada para abrigar os treinos de boxe. Chamamos de ocupação a relação que os integrantes da academia têm com o galpão neste trabalho, já que conforme pesquisa e nas próprias entrevistas, não há nenhum tipo de documento que garanta a cessão do uso do espaço para a academia e também não há pagamento de tarifas de água, luz ou aluguel por parte do grupo para nenhuma instituição (seja pública ou privada) “A gente não paga água, não paga luz nem aluguel, mas, por outro lado, ajudou a revitalizar um espaço que estava totalmente abandonado, colocando vida através do boxe, atraindo crianças e moradores do bairro para conhecerem” (BRENO MACEDO apud SOARES, 2018, p. 123).

Há também o entendimento de que a ocupação realizada pelo grupo está além do galpão, ela se expande a outros grupos, agentes, entidades e coletividades da cidade, “em eventos, memórias e situações que vão se descortinando, incorporando-se e se diferenciando” (PATERNIANI, 2013, p. 1). Os membros tanto da academia quanto da frente cultural, estão conectados diretamente à outras iniciativas que se desenvolvem em Rio Claro como à 2-8-8 Crew⁹, o Instituto Tatu Bola¹⁰ e Black June ¹¹Produções.

A academia ganhou a relevância que tem atualmente, para além das competições esportivas de boxe, por incorporar em sua essência dinâmicas que divergem da forma que academias comuns de boxe executam suas atividades. Inspirados pelo *Palestra Popolare*¹², a academia usa o boxe como instrumento de combate a valores fascistas e preconceitos que se encontram na sociedade brasileira, além de permitir que os cidadãos tenham livre acesso às suas atividades.

Primeiro que lá não tem uma catraca. Entra quem quer. Você vai entrar ali e você vai ser acolhido. Então, para você pertencer a um lugar, você tem que

⁹ É uma equipe de som e de seletores de música jamaicana no vinil, no formato Sound System Jamaicano. É pioneiro na cidade e realiza eventos e discotecagem em vinil desde 2013 em Rio Claro (Mapa Sound System Brasil, 2025).

¹⁰ Instituição que oferece aulas gratuitas de algumas modalidades esportivas e realiza ações culturais e sociais na cidade.

¹¹ Grupo responsável pelo festival Black June que acontece na cidade de Rio Claro anualmente.

¹² Palestras Populares ou em tradução Academias Populares, são academias que oferecem atividades esportivas (como o boxe) com valores populares ou gratuitamente. Elas usam o processo de ocupação e autogestão em formas, prédios ou espaços abandonados, como recurso para criar espaços autônomos em seu funcionamento e administração (SOARES, 2018, p.126).

ser acolhido. Esse é o primeiro. Você pode ir ali ver o treino, alguém vai chegar, vai conversar com você. O segundo, eu acho que é o lugar, é o espaço físico em si, aquele prédio, aquela localização, a energia daquele prédio, a construção em si. Terceiro, são os ideais que estão ali. De não ser um produto à venda, de não ser um negócio, das coisas fluírem. Quarto, as pessoas que vão ali, vão organicamente construindo isso (Trecho da resposta¹³ em entrevista realizada professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 38 anos - em 30 de abril de 2025).

Diante disso, é necessário destacar que a academia, pela disposição estrutural do prédio, tem suas portas abertas diretamente para a rua, como mostra a foto 3 (encontrada no capítulo 1 desta pesquisa) e se destaca na foto a seguir. Essa característica permite que pedestres que andam em frente ao prédio (ou por trás), observem as atividades que acontecem no interior da estrutura. É um aspecto que causa curiosidade nas pessoas, instigando-as a conhecerem o local. Outro elemento que chama atenção sobre a academia (também evidentes nas fotos mencionadas) é sua identidade visual. As intervenções artísticas como os grafites e lambe-lambes destacam a fachada do galpão, mesclando a arte urbana contemporânea à antiga estrutura ferroviária.

Foto 10: Fachada da parte de trás da academia MM Boxe em 19/05/2025



Fonte: Acervo da autora.

Esses aspectos, junto à outras que serão apresentadas, são heranças da

¹³ Resposta à pergunta: Quais elementos que fazem o MM Boxe trazer essa sensação de pertencimento tanto pra você, mas também para outras pessoas?"

época em que os galpões eram utilizados para o armazenamento e circulação de mercadorias que chegavam ou saíam nos trens. A integração dos trilhos junto a urbanização devia ser funcional e facilitar as manobras dos trens (FREIRE, 2017).

Como argumentado anteriormente, o espaço não é apenas um cenário passivo onde as atividades humanas ocorrem, mas é também, moldado pelas práticas sociais e técnicas socioculturais empregadas que o constroem, dando forma à estrutura de um lugar. Como relatado por um dos entrevistados, a academia sempre funcionou desta maneira, com as portas abertas como um convite para as pessoas entrarem e reconhecerem o espaço. Com o passar do tempo o grupo conseguiu ampliar o espaço estrutural da academia, anexando outras partes dos galpões ao seu arranjo.

A gente aumentou o galpão que a gente tinha. Hoje a gente tem três portas, né? A MM Boxe são três portas do galpão. A gente começou com duas e depois pegou mais uma parte de um outro galpão. Ele tinha um muro que era bem perto do ringue, ali tinha um muro e tinha um outro galpão e aí a gente pegou essa parte desse galpão também e é isso: vinte e dois anos, vinte e dois anos nesse espaço. (Trecho da resposta em entrevista realizada com professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 38 anos - em 30 de abril de 2025).

É importante destacar que apesar de o galpão ter o seu uso dividido entre várias iniciativas, como já foi abordado no capítulo anterior, a academia MM Boxe se reporta à Secretária de Esportes da cidade, diferentemente do Barracão da Solidariedade que tem relação com a Secretaria do Fundo Social de Solidariedade. Essa lógica de gestão, onde a responsabilidade administrativa é dividida entre várias secretarias, permite o uso diversificado da estrutura, mantendo-a como um equipamento público multifuncional. Além disso, cria um sistema de custeio compartilhado, onde a responsabilidade orçamentária é repartida, diluindo o impacto financeiro em cada setor.

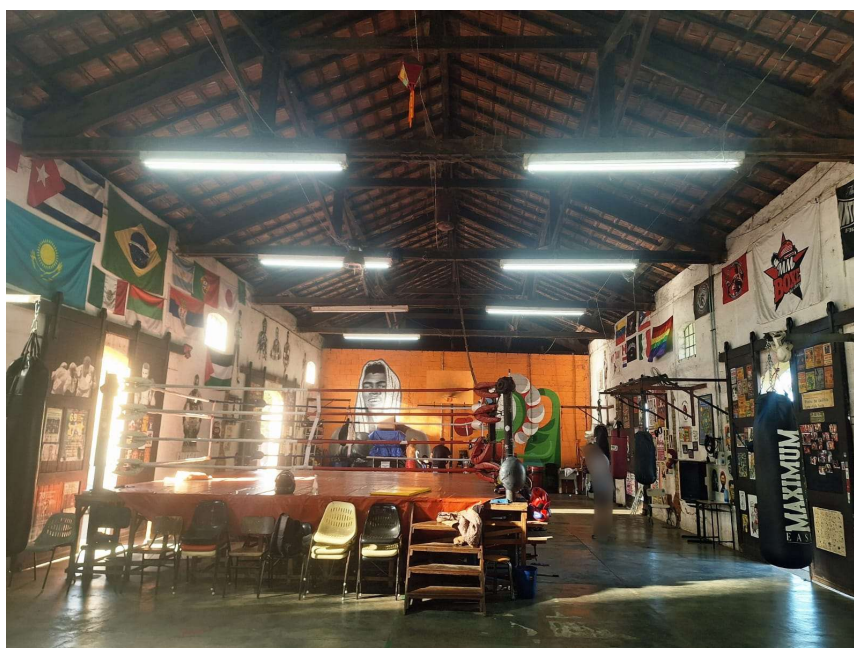
Dessa maneira, a relação com o Poder Público tem ligação com a repartição do espaço entre várias secretarias municipais, onde cada atividade proposta é de responsabilidade de uma competência, que visa executar funções socioculturais específicas, priorizando sempre o viés social. Isso, por sua vez, é desafiador, uma vez que cada secretaria dispõe de um orçamento definido de acordo com as prioridades do plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pelo orçamento anual (CONTI, 2023), o que se reflete numa distribuição desigual de recursos e restringe os investimentos que são feitos no espaço urbano. Vale reiterar

que o orçamento de cada secretária é distinto e depende da área de atuação. Assim, a execução de projetos depende de um planejamento interno e da disponibilidade de recursos financeiros ao longo do ano.

Essa articulação se deve ao tombamento do pavilhão como patrimônio histórico pela Condephaat, apresentado no capítulo anterior. Desde então, sua gestão é de responsabilidade pública, restringindo o uso desse equipamento urbano a atividades que preservem seu valor arquitetônico, cultural e simbólico para a cidade. Logo, o uso comercial deste espaço é incompatível com sua preservação, já que geralmente, empreendimentos voltados à lucratividade realizam adaptações estruturais para maior funcionalidade ou atratividade, o que compromete a integridade histórica do prédio. Isso também se reflete no acesso da população ao edifício, que uma vez privado, têm sua entrada restrita ao local, descaracterizando sua função social.

Nesse sentido, a academia atribui vários elementos ao galpão que representam seus ideais. Eles são tanto materiais como simbólicos, como o ringue e os grafites, como mostra a foto a seguir. Ambos refletem a resistência social e cultural do espaço, atribuindo um significado coletivo. Essa dimensão favorece os encontros e a construção de identidade. Ao compartilharem suas demandas, os indivíduos acabam criando uma narrativa comum que fortalece o vínculo da comunidade com o espaço. Eles interagem e se reconhecem, formando a sensação de pertencimento ao lugar.

Foto 11: Interior da academia MM Boxe em 08/08/2025.



Fonte: Acervo da autora.

As trocas estabelecidas nesse conjunto de interações favorecem a formação política e cultural dos indivíduos, fortalecendo os vínculos construídos entre eles e os lugares, emergindo “sentidos opostos preponderantes e fundamentais na análise da apreciação dos lugares, que diante das transformações dos espaços sociais, se contrapõem ou se aproximam dos discursos carregados com ideias modernizadoras ou preservacionistas” (CARDOSO, 2017, p. 90).

No caso da academia MM Boxe, o grupo afirma sua presença por meio da expressão de seus símbolos e interesses, promovendo identificação política e cultural com o prédio. Ao entrelaçar esses elementos, a academia incentiva a participação dos habitantes em suas atividades, além de contribuir com a ressignificação do espaço. Ao combinar as dimensões políticas e culturais com o esporte, os idealizadores da academia, realizam uma ocupação que transformou o galpão, redefinindo sua função e consolidando vínculos que ultrapassam a dimensão material do lugar. Dessa forma o espaço é apropriado por um conjunto de relações sociais de afirmação e resistência, que atribuem valor e sentido às práticas cotidianas do grupo, consolidando-o como espaço de cidadania por meio da territorialização da forma. É por meio da ocupação do galpão que o grupo exerce um processo reivindicatório que pressiona o poder público a reconhecer as demandas e práticas sociais.

Nesse sentido, destaco que as outras atividades realizadas nas outras repartições dos galpões, são desenvolvidas por outras secretarias e nesta pesquisa, não há dados sobre a cessão do uso do espaço para o desenvolvimento de seus trabalhos no prédio. Cabe reiterar ainda, que o espaço ficou por muito tempo abandonado pelo Administração Pública Municipal, e que a presença da academia MM Boxe e de outros projetos, resultam da resistência da ocupação, já que por conta do caráter histórico do edifício, há desafios tanto em relação a verba quanto em relação a estrutura. Portanto, a ocupação se fez também uma estratégia de conservação do prédio, na medida em que mantém vínculos entre passado e presente. O galpão deixou de ser apenas uma testemunha arquitetônica e passou a condicionar experiências espaciais no contexto urbano. Dessa maneira, a ocupação MM Boxe atua como forma de proteção e valorização do espaço, assegurando sua relevância social.

2.3 Disputas e entraves: os obstáculos enfrentados pela academia MM Boxe

Como em outras ocupações, a academia MM Boxe, também expressa as desigualdades socioespaciais. Suas atividades e práticas, reconfiguram o uso da forma e assim, desenvolvem complexas relações entre grupos sociais, formas urbanas e poder público. Ao longo dos vinte e dois anos de existência da academia, além da promoção de aulas esportivas de boxe, a academia passou a adotar um papel politicamente ativo em suas práticas. Como vimos, a influência dos movimentos antifascistas italianos sob os integrantes da academia, inspirou a prática de um boxe autônomo, que contesta as dinâmicas tradicionais de poder que operam sobre a cidade. Portanto, a academia é gerida pelos próprios integrantes do grupo. São eles que cuidam da estrutura, da organização das aulas e da arrecadação financeira, transformando a prática do boxe em ação de fortalecimento comunitário, identidade e resistência.

Mas existem bases essenciais necessárias para a continuidade do trabalho de qualquer projeto autônomo, que ultrapassem a boa vontade de seus idealizadores. Apoio coletivo, estabilidade financeira mínima, organização administrativa, adaptação constante aos contextos políticos e sociais, além de simbolismos para os participantes, são os elementos que permitem a resistência das atividades no espaço através do tempo.

É uma loucura e a gente tá lá há vinte e dois anos. É uma coisa que a gente não para pra pensar muito, porque é tanta coisa que a gente tem que se preocupar em fazer, mas é algo que realmente a gente deveria ter uma atenção maior [...] A verba destinada ao esporte, entra outras questões também. O próprio secretário de esporte pode ser um cara bem intencionado, mas a política pública voltada para o esporte é zero, né? Então é muito difícil trabalhar com isso. E aí acaba que as ajudas que tem são poucas, e por um outro lado isso foi bom porque ele foi forçando a gente a autogestão também. Então, ele vai forçando você a se virar, depender menos do poder público e se autogestar (Trecho da resposta¹⁴ em entrevista realizada com professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 38 anos - em 30 de abril de 2025).

Nesse contexto, em relação a parte financeira, as secretarias dispõem de

¹⁴ Resposta à pergunta: “Em algum momento vocês foram consultados ou participaram de algum processo de elaboração de política pública nesses vinte e dois anos?”

uma verba rígida para realizar investimentos, como mostrado anteriormente. A academia MM Boxe têm suas ações vinculadas a Secretária de Esportes Municipal, então, espera-se a destinação de algum valor para as atividades que a academia realiza. No decorrer das entrevistas, ambos os participantes confirmaram que a academia recebe uma verba da secretária de esportes, mas que esse valor tem variado conforme mudam os mandatos políticos. Atualmente a gestão da academia recebe o Fundo de Apoio ao Desporto Não Profissional (FADENP) do município, que é a renda principal garantida para o grupo. Conforme informações obtidas nas entrevistas, o valor desse apoio era de R\$ 11.000,00 reais por mês, durante dez meses do ano. Após as eleições ocorridas em 2024, já em janeiro de 2025 houve um corte de 40% sobre esse valor. É essencial destacar que esse valor é dividido entre seis treinadores e quinze atletas atuantes na academia e em competições, como apurado em entrevista “A prefeitura ajuda, mas acho que entra uns dez mil reais por mês pra dividir pra todo mundo. A equipe tem, não sei se vou saber dizer, mas a gente tem seis treinadores, e pelo menos, mais uns quinze atletas, algo assim. Não dá para nada se dividir num mês” (Trecho da resposta¹⁵ em entrevista realizada com instrutor de boxe da academia - homem, 28 anos - em 23 de abril de 2025).

O gestor público ligado à secretaria de esportes da cidade, aborda esse ponto em sua entrevista “[...] eu tenho 4 milhões e pouco de recursos no ano aqui [...] eu tenho quarenta modalidades. O boxe só tem aquele espaço, eu tenho setenta espaços.” (Trecho da resposta¹⁶ a entrevista realizada com o gestor público em 22 de maio de 2025). Cabe colocar que nesse momento, refletíamos sobre as políticas públicas existentes, que dão acesso às verbas para a execução de melhorias nas atividades realizadas e também para as estruturas que abrigam os projetos que a secretaria de esportes incentiva. Ele também discorreu sobre a importância da participação da academia em editais de leis de incentivo como a Aldir Blanc e a Paulo Gustavo. O gestor destaca essas leis relacionadas a área cultural, pois a academia produz eventos nessa área em seu espaço e não é preciso CNPJ para receber as verbas advindas dessas políticas. Já para se candidatar a lei federal de incentivo ao esporte (LIE - lei nº 11.438/06), que permite que recursos de renúncia fiscal sejam aplicados em projetos e manifestações desportivas e paradesportivas (BRASIL, 2006), é preciso ter um vínculo jurídico de ao menos um ano de existência, e no caso

¹⁵ Resposta à pergunta: “Desde quando a academia recebe apoio da prefeitura?”

¹⁶ Resposta à pergunta: “A secretária de esportes não recebe nenhuma verba estadual ou federal?”

da academia, não se estabeleceu ainda essa relação, devido o prazo exigido.

[...] a gente tem uma outra coisa, que é um defeito nosso, que é essa questão de se organizar institucionalmente. Então, por exemplo, a gente tá falando aqui de um trabalho de vinte e dois anos, e que hoje se você falar assim: eu tenho cem mil reais para te dar, eu preciso de uma conta da associação da MM Boxe para depositar, eu não sei falar pra vocês (Trecho da resposta¹⁷ em entrevista realizada com professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 38 anos - em 30 de abril de 2025).

Assim se estabelece mais um obstáculo para o desenvolvimento das atividades da academia. Por não haver um vínculo burocrático definido, a questão financeira se torna complexa. O recebimento de verbas por meio de órgãos oficiais públicos é limitado ao auxílio do FADENP e a disponibilidade de transporte na Secretária de Esportes para as competições, o que deixa a academia dependente de apoios financeiros externos para promover suas ações. Há o oferecimento de aulas de boxe pagas para tentar equilibrar as contas, mas a captação de verbas por esse meio, não é suficiente. O auxílio de empresas privadas e comércios locais, editais, doações ou patrocínios também não são constantes, o que os torna insuficientes, afetando o planejamento e execução de projetos a médio e longo prazo. Essa condição é mais um elemento de vulnerabilidade da ocupação, que impõe alguns limites à autonomia da academia e afeta sua atuação tanto de maneira individual quanto coletiva.

É muito doido que assim, a MM Boxe não é uma empresa, não é uma academia, não é uma franquia. É complicado porque nesses anos que eu geri a academia, na minha gestão, vamos dizer assim, de 2012 até 2017, a academia era minha fonte de renda também. Então, a academia sempre funcionou dessa maneira. A gente sempre deu aula de graça, sempre com apoio da prefeitura ou sem apoio. A gente sempre teve um horário que é o horário do projeto social, que é o horário para a molecada ir treinar, sempre! E nos outros horários, a gente sempre cobrou a mensalidade (Trecho da resposta¹⁸ em entrevista realizada com professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 38 anos - em 30 de abril de 2025).

Os integrantes da academia passaram então a produzir eventos que ajudem a arrecadar verbas tanto para a manutenção do espaço, como para a compra de materiais utilizados nas aulas, pagamento dos professores e participação dos atletas em competições locais, regionais e nacionais. Nesse sentido, é interessante destacar que além da prática esportiva, é a realização desses eventos que sustentam

¹⁷ Resposta à pergunta: “Em algum momento vocês foram consultados ou participaram de algum processo de elaboração de política pública nesses vinte e dois anos?”

¹⁸ Resposta à questão: “Como que é o processo de tomada de decisões no espaço da MM Boxe?”

a função social do espaço e fortalecem a identidade coletiva, reforçando o papel da ocupação como produtora de cidadania.

Assim surge a Frente Cultural InBoxe, resultado de demandas sociais da cidade e também da academia, no desenvolvimento cultural da cidade e pela resistência do espaço. A formação desse coletivo se dá com o intuito de organizar e planejar eventos culturais e sócio-políticos que acontecem na academia, destacando as pautas relacionadas a diversidade cultural, esportista, educação e cidadania. Nesse ponto, um dos integrantes do grupo, ressalta a origem da frente cultural junto ao espaço da academia como uma necessidade da população local

[...] a Frente Cultural surgiu porque a gente começou a fazer alguns eventos aqui e convidar artistas para se apresentar. Ou os artistas se convidaram, na verdade foi isso. As primeiras iniciativas culturais aqui foram de pessoas que treinavam aqui [...]. Eu vejo de uma maneira muito orgânica, quase que uma demanda da cidade recaiu sobre nós. Uma ausência de espaços desburocratizados para fazer eventos. De espaços onde os artistas e as pessoas se sintam em casa, se sintam bem, se sintam seguros. (Trecho da resposta em entrevista realizada professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 36 anos - em 21 de julho de 2025).

Esse aspecto complementa o entendimento da dinâmica adotada pela academia, já que reforça a compreensão de que, há sim um auxílio público municipal direcionado a academia, mas não é específico e nem suficiente para abarcar os custos de todas as atividades que são realizadas pelos integrantes da MM Boxe. O argumento é o de que, como a Secretária de Esportes da cidade viabiliza o ensino de cerca de 30 modalidades esportivas (PREFEITURA DE RIO CLARO, 2025), a verba recebida é repartida entre todos os projetos dessas modalidades como o Handebol¹⁹, o Ciclismo²⁰, o Tênis de Mesa, o Vôlei²¹ e o basquete oferecido através do Instituto Tatu Bola.

Alguns descompassos de informações sobre as verbas foram verificados na apuração das entrevistas. Um exemplo é o trecho apresentado anteriormente onde o instrutor de boxe da academia afirma que o auxílio recebido é de dez mil reais por mês atualmente, o que diverge da informação do integrante do grupo, também entrevistado, de que houve um corte de 40% no valor que era recebido de onze mil reais. Isso evidencia a limitação da organização financeira da ocupação, também

¹⁹ Projeto Crescer Handebol Rio Claro.

²⁰ Ciclismo ABEC Rio Claro.

²¹ Associação Mapa Vôlei Rio Claro.

citada em entrevista por um gestor da academia.

Obviamente essa vulnerabilidade também se reflete na estrutura do prédio. Como destacado anteriormente, a estrutura é um legado da época cafeeira, onde houve grandes investimentos em trilhos de trens. Com as transições políticas e econômicas, ocorreram as desativações de várias linhas e estações ferroviárias, resultando no abandono dessas estruturas por um período de tempo. No caso dos galpões de armazenagem ferroviários em Rio Claro, o que pode ser apurado sobre esse processo, foi de que houve a tentativa de renovar o uso da estrutura com o estabelecimento de Armazéns Culturais, como foram chamados, vide registros das fotos 2 e 3 já apresentadas. A atividade desenvolvida que podemos ver pela foto, é a realização de uma Orquestra Sinfônica amparada pela antiga Fepasa, que ocupou algumas repartições dos galpões na época. Infelizmente, não há dados confiáveis para a verificação da data deste evento, não podendo ser confirmado o tempo em que os galpões ficaram abandonados.

Embora não haja dados precisos para realizar uma reconstrução dos fatos num primeiro momento, alguns eventos registrados em notícias, trabalhos acadêmicos e pelas entrevistas realizadas nesta pesquisa, nos permite realizar algumas considerações sobre determinadas decisões e ações que passaram a dar outros rumos para os galpões. Foi em 2003 que o professor de boxe Marcos Macedo, ao se mudar para a cidade de Rio Claro, começou a oferecer aulas de boxe em uma academia de jiu-jitsu. Nessa academia, aconteceu o encontro entre ele e uma mulher chamada Nazaré Brito, que era uma Guarda Civil Municipal carateca, que passou a treinar boxe como parte de sua rotina de exercícios. Desde então, o professor Marcos Macedo passou a incentivar que ela participasse também das competições de boxe. Esse acontecimento foi crucial para a história da academia, já que na época, a gestão do pavilhão que abriga os galpões, estava sob responsabilidade da Guarda Civil Municipal (SOARES, 2018). A partir disso, a instituição da Guarda Civil cedeu uma área do prédio para a realização dos treinos da Nazaré, junto ao professor Marcos Macedo, para as competições, mas deixando firmado o combinado de que outros guardas também deveriam ser treinados nessa luta.

Foi nesse espaço da academia Pessoa, no ano de 2003, que a gente começou a dar as aulas de boxe. O meu pai dava as aulas de sábado, se eu não me engano, e de segunda e quarta ele deixava um treino e a gente replicava. Teve uma guarda que treinava junto, ela fazia jiu-jitsu. Era uma carateca que treinava o boxe. Ela começou e ela era muito atlética, muito

coordenada e essa coisa de competir. Meu pai sempre teve isso de competir. Então nunca era só uma atividade só por fazer. Ele sempre queria levar as pessoas para lutar, para competir. Aí a Nazaré começou a competir boxe. Como ela era a guarda municipal, a guarda municipal até então era naquele espaço onde é a MM Boxe e ela, teoricamente, ocupava todos os galpões ali. Então tinha a parte logística, talvez a parte de guardar armamento, de guardar as viaturas, era tudo ali. E num desses espaços eles construíram o ringue, basicamente, que é o ringue que está lá até hoje. Deixaram um espaço para a gente fazer as aulas com a Nazaré. Então basicamente, a academia foi montada para a Nazaré treinar e a gente também... Uma das propostas era que a gente daria aula para a Nazaré e para outros guardas (Trecho da resposta²² em entrevista realizada com professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 38 anos - em 30 de abril de 2025).

Esse contexto é importante, pois evidencia outras funções que os galpões já tiveram, diferentes da proposta que a academia MM Boxe realiza hoje. Dessa forma, precisou haver um remanejamento de vários elementos internos do galpão para que as aulas de boxe pudessem ser realizadas.

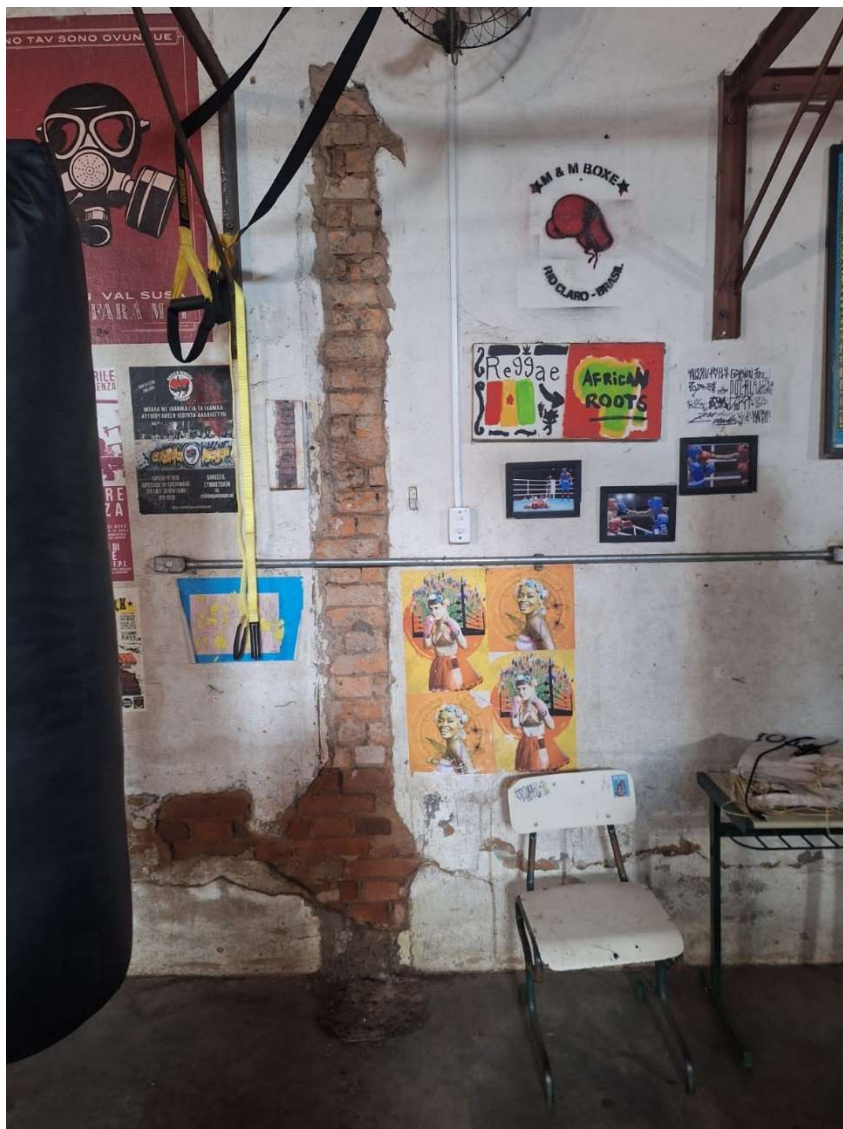
Basicamente, começou assim. A guarda saiu, a gente continuou, foram saindo outros, foram tendo outras ocupações dentro de outros galpões. A gente aumentou o galpão que a gente tinha. Hoje a gente tem três portas. A MM Boxe são três portas do galpão. A gente começou com duas e depois pegou mais uma parte de um outro galpão. Ele tinha um muro que era bem perto do ringue, ali tinha um muro e tinha um outro galpão e aí a gente pegou essa parte desse galpão também e é isso: vinte e dois anos, vinte e dois anos nesse espaço (Trecho da resposta²³ em entrevista realizada com professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 38 anos - em 30 de abril de 2025).

A foto 4, apresentada anteriormente, exhibe as *portas* mencionadas na entrevista. Já a foto 12 a seguir, mostra com nitidez os vestígios do muro, também citado, que separava as partes do galpão, mas que foi incorporado pela ocupação.

²² Resposta à pergunta: "Como que é seu histórico? Como que você chega no boxe? Como você chega na MM Boxe?"

²³ Trecho da mesma resposta já citada na nota 22.

Foto 12: Vestígios do muro que separava partes do galpão em 21/07/2025.



Fonte: Acervo da autora.

Apesar dessas reconfigurações conforme seu uso, a estrutura física se mantém a mesma. O tombamento do edifício é um critério importante para que seja mantida essa estrutura, além do valor histórico, cultural e arquitetônico do espaço. O que não quer dizer que manutenções não precisem ser realizadas no prédio. Inclusive essa é uma das pautas levantadas pelos entrevistados. Por sua natureza informal e não institucionalizada, a academia não arca com custos regulares associados ao funcionamento do espaço, como contas de água, energia elétrica, aluguel ou impostos. Mas como a estrutura é bastante antiga, manutenções corretivas são necessárias constantemente, além das adaptações que o espaço precisa para o oferecimento das aulas de boxe.

Como a relação entre Poder Público e a ocupação é complexa, principalmente em relação aos recursos orçamentários, são os membros da academia que acabam arcando com os custos da realização dessas manutenções. Logo, essa verba também sai da arrecadação que a academia recebe ao longo do mês como citado em entrevista “Então o dinheiro da mensalidade era o meu salário. E eu usava esse dinheiro e ia investindo também na academia, comprava luva, comprava material, comprava o que precisava” (Trecho da resposta em entrevista realizada com integrante da gestão da academia - homem, 38 anos - em 30 de abril de 2025). Há ainda outras dificuldades relacionadas à vulnerabilidade da infraestrutura dos galpões, como limitações de espaço e acústica, a inexistência de pontos de água suficientes e a disponibilidade de apenas um banheiro para o atendimento de todas as oficinas e eventos que se desenvolvem no pavilhão (CARDOSO, 2023).

Ao mesmo tempo, essa ausência de despesas formais, se torna uma condição que permite a continuidade das atividades realizadas pelo grupo, mesmo nesse contexto de restrição de recursos financeiros. Observamos assim, uma relação marcada pela contradição: de um lado, o poder público reconhece a relevância social das iniciativas desenvolvidas no espaço, mas de outro, encontram-se barreiras legais e financeiras para sustentar essas iniciativas, tornando sua existência vulnerável.

Outro aspecto relevante é a relação entre o espaço da academia e a rotina ferroviária que se mantém na cidade. Como os galpões faziam parte de todo um aparato de suporte aos trens, existe ainda uma relação direta com as atividades férreas. O pátio de manobras de trens fica entre o atual terminal de ônibus (antiga estação ferroviária) e os galpões, conforme foto 13 a seguir. Isso dá a academia acesso aos trilhos do trem, pelas portas dos fundos do galpão, como mostra a foto 14.

Foto 13: Estação Ferroviária, bairro Cidade Nova, parte da área central, 2013.



Fonte: Arquivo Público de Rio Claro, adaptado pela autora.

Foto 14: Fundo dos galpões e o pátio de manobras em 03/09/2025.



Fonte: Acervo da autora.

A empresa Rumo Logística, administradora dos trilhos na cidade, mantém

ativo o uso desse pátio de manobras dos trens até os dias de hoje. Como o pátio é muito próximo aos galpões, todas as atividades que são executadas no mesmo, também atravessam a rotina da academia. Em termos práticos, a movimentação constante das composições, além de afetar os deslocamentos dos cidadãos, provocam barulhos intensos, vibrações no solo e oferecem riscos à segurança dos passantes da área, já que a proximidade com as manobras aumenta os riscos de acidentes.

Em paralelo, a academia utiliza esse espaço dos fundos dos galpões quando realiza eventos, deixando livre a circulação de pessoas entre a academia e o pátio. A foto 15 a seguir, exhibe essa movimentação.

Foto 15: Evento de carnaval realizado pela academia em 03/02/2024.



Fonte: Acervo da autora.

Essa circulação de pessoas nos eventos produzidos pela academia também é uma questão, pois a empresa alega que a presença de pessoas externas pode interferir na rotina de trabalho, atrapalhar fluxos operacionais e comprometer a eficiência das atividades desenvolvidas. E para além disso, qualquer incidente envolvendo terceiros pode gerar responsabilidades jurídicas e comprometer a imagem institucional da empresa.

Dessa forma, observamos que a relação entre a ocupação e as instituições

da cidade é multifacetada, pois envolve diferentes esferas de poder, interesses e dinâmicas sociais. De um lado o Poder Público que burocraticamente serve à sociedade geral – que é composta em sua maioria por grupos sociais marginalizados – e deve se responsabilizar por ações que promovam o bem estar social e assegurem o acesso da população a serviços e direitos básicos, mas que pela sua própria maneira de mediar, acaba intensificando conflitos já existentes com os cidadãos. E do outro lado, uma instituição privada que também está inserida nesse cenário, tanto na condição de proprietária de parte da área ocupada, quanto como agente econômico que interpreta a ocupação como um obstáculo de seus interesses.

Há ainda outros agentes envolvidos, em diferentes escalas e esferas, que oferecem suporte material, político e simbólico à academia, mas também burocratizam as atividades relacionadas ao uso e à gestão do espaço urbano, sob a justificativa de garantir a ordem territorial, reforçando desigualdades e se transformando em um mecanismo de exclusão. Essa multiplicidade de relações revela a complexidade do fenômeno e o modo como a ocupação se articula em uma rede de disputas, negociações e resistências, refletindo as tensões e possibilidades próprias da vida urbana.

2.4 – “*Quem pisa no ringue, pisa em qualquer lugar do mundo*” - As contribuições do boxe para a democratização do espaço urbano em Rio Claro

Além de evidenciarem diferentes faces das relações entre os agentes que produzem o espaço urbano, as ocupações também se estabelecem como representantes da transformação nas dinâmicas urbanas, sob a forma de resistência e reivindicação do direito à cidade. Ao se apropriarem de áreas abandonadas ou esquecidas pelo planejamento oficial, as ocupações promovem novos significados e introduzem práticas coletivas que revitalizam o território. Assim, suas contribuições não se limitam ao aspecto físico, mas abrangem dimensões simbólicas, culturais e sociais, tornando-se elementos fundamentais para compreender como a cidade se reconstrói continuamente a partir das ações e interações de seus habitantes.

No caso da academia MM Boxe, pode ser observado que suas práticas e ações diárias, contribuem não apenas para a preservação do espaço ocupado, mas também cria laços de cooperação entre os frequentadores da academia - e dos

²⁴ Nota sobre o subtítulo: Trecho de entrevista com instrutor de boxe, membro da academia MM Boxe, 28 anos.

eventos - fortalecendo a mobilização social na e reafirmando a cidade como um território vivo, em constante disputa e reinvenção.

Atualmente, no quesito esportivo, a academia se encontra em um nível elevado de reconhecimento. Nesses vinte e dois anos de existência, a MM Boxe se consolidou como referência local e regional ao desenvolver um trabalho técnico consistente na formação de atletas de boxe, a diferenciando de outras academias, que possuem uma metodologia de ensino mais individualizada por exemplo. Seu comprometimento com o coletivo, acompanhamento pedagógico e valorização da trajetória de cada indivíduo, possibilita uma formação completa que envolve tanto o desempenho esportivo quanto o desenvolvimento pessoal de seus frequentadores e integrantes. Um dos integrantes da gestão, relata em sua entrevista o empenho dos membros no começo da academia, para a consolidação da respeitabilidade do espaço

[...] começamos a competir, a viajar, a ir na secretaria de esportes falar do projeto, falar da sua importância, mostrar que a gente estava ganhando as competições lá em São Paulo. Então foi crescendo pouco a pouco, [...] com o passar do tempo já em 2008, 2009, a gente conseguiu algumas bolsas municipais, com foco principalmente numa competição que se chama Jogos Abertos do Interior, que é uma competição muito importante para a nossa história também, e para o esporte do interior, de Rio Claro. No final das contas, acaba abraçando o esporte nacional como um todo. (Trecho da resposta em entrevista realizada com professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 36 anos - em 21 de julho de 2025).

A seriedade dos treinamentos, o engajamento dos instrutores e a participação constante em competições contribuíram para consolidar a reputação da academia, que passou a ser reconhecida não apenas como um espaço de prática esportiva, mas como um centro formador de talentos e de referência na modalidade, como destacado pelo instrutor de boxe

Nós somos uma das principais equipes do Brasil, a principal aqui da região e do estado do São Paulo também. Consequentemente do Brasil, porque São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro são as principais capitais do boxe no país. A gente disputa sempre os primeiros lugares e dentro do estado a gente também está sempre entre os primeiros lugares, a gente tenta sempre trabalhar... A gente é um exemplo no cenário esportivo, vamos dizer assim. A gente toma conta de um quadro importante dentro da Seleção Brasileira. Temos dois atletas na Seleção Permanente. A Seleção Permanente tem uma equipe que fica alojada, não é como o futebol que convoca quando vai ter jogo. Eles deixam os caras lá concentrados e treinam diariamente eles. Tem esses dois. O Léo acabou de sair de lá, ficou sete anos como treinador da Seleção Brasileira de Boxe. Nós já tivemos vários atletas na Seleção Brasileira também. Já fizemos parte de uma porcentagem importante lá dentro. Nesse momento, a gente tem uma categoria de base também, de

treinamento de uma seleção não permanente, que a gente também está com um atleta. Então, nós estamos sempre no meio desse ciclo dos atletas de ponta, podemos dizer assim. Sempre somos convocados, sempre tem uma base com pelo menos um atleta nosso lá. (Trecho da resposta em entrevista realizada com o instrutor de boxe da academia - homem, 28 anos - em 23 de abril de 2025).

Essa consolidação, reforça o papel do boxe como instrumento de ascensão social e de construção de identidade, transformando a MM Boxe em um símbolo de excelência e persistência dentro dessa modalidade esportiva. A academia conta hoje, com dois atletas de alto nível reconhecidos mundialmente que são Jucielen Romeu e Jhonatan Conceição, ambos frutos do projeto social promovido pela academia desde de seu início. A pugilista Jucielen Romeu conquistou vários títulos importantes em sua trajetória, como o título de campeã Sul-Americana e Pan-Americana em 2023, além de ser tetracampeã brasileira. Em 2019, ela também conquistou o vice-campeonato Pan-Americano e competiu em duas edições dos Jogos Olímpicos, onde na última edição, chegou às quartas de final (ALMA PRETA, 2025). Já Jhonatan Conceição competiu em categorias amadoras e conquistou a medalha de prata no Campeonato Brasileiro de Boxe em 2015, e a medalha de bronze no torneio “55th Belgrado Winner”, realizado na Sérvia (PALMEIRAS, 2017). Recentemente, o atleta fez sua iniciação em lutas de boxe profissional pela Outboxing, e tem se mantido invicto (O DIA, 2025). Ambos são citados nas entrevistas como grandes sucessos da academia “A Jucielen, um dos maiores exemplos, dispensa comentários, é de projeto social, atleta olímpica da seleção brasileira” (Trecho da resposta em entrevista realizada com o gestor público - homem, 38 anos - em 22 de maio de 2025); “[...] o grande trunfo do projeto social, onde surgiram os atletas e o negócio virou mesmo, foi quando a gente realizava treinos no Jardim Guanabara, que é de onde vem a Jucielen, o Jhonatan e alguns outros bons atletas de Rio Claro.” (Trecho da resposta em entrevista realizada com o professor de boxe - homem, 36 anos - em 22 de maio de 2025).

Tem um atleta na equipe profissional, que é o Tico Conceição, também já fez parte da seleção, teve uma trajetória bem grande dentro do esporte, já participou de mundiais, já participou de Olimpíadas como quadro complementar, já foi medalhista em competições continentais. No Amador ainda tem a Jucielen Cerqueira, que na semana retrasada, foi campeã mundial de boxe em Foz do Iguaçu. Ela é campeã pan-americana. Ela é vice pan-americana, campeã sul-americana, já participou de vários mundiais, ficou em quarto lugar em duas Olimpíadas, a de Tóquio e a de Paris. É uma das principais colocadas no ranking para ser medalhista olímpica. (Trecho da

resposta em entrevista realizada com o instrutor de boxe da academia - homem, 28 anos - em 21 de abril de 2025).

Podemos inferir então, que a academia, ao se consolidar como referência na modalidade esportiva de boxe, desempenha um papel de visibilidade para a cidade em âmbito esportivo. O que pode ter contribuído para o reconhecimento da cidade de Rio Claro como Cidade Americana do Esporte no ano de 2025. Para se obter o título, são feitas análises que envolvem critérios sociais, técnicos e de administração esportiva (RIO CLARO, 2025). Nesse contexto, retoma-se uma das características fundamentais da academia desde sua criação: o desenvolvimento do projeto social. Como observamos, os principais atletas da MM Boxe são êxitos do projeto social conduzido pela academia.

O projeto social atende o público infanto-juvenil (entre 8 e 18 anos de idade), estudantes de escola pública gratuitamente. Geralmente, é um público em situação de vulnerabilidade social, marcados por restrições socioeconômicas, que ao terem essa possibilidade de praticar boxe, encontram no projeto não apenas um espaço de iniciação esportiva, mas também uma oportunidade de desenvolvimento pessoal, disciplina e projeção competitiva. Atualmente, o projeto conta com cerca de 40 crianças inscritas, como destaca o instrutor de boxe “[...] nos amadores a gente tem cerca de quinze contando todo mundo e no projeto social a gente deu uma limpada agora, então deve ter entre trinta e quarenta, mas de pessoas que iam e voltavam tinham aulas que dava cinquenta alunos.” (Trecho da resposta em entrevista realizada com o instrutor de boxe - homem, 28 anos - em 21 de abril de 2025).

É extremamente importante ressaltar nesse ponto, que o boxe é um esporte que historicamente se desenvolveu pelos grupos sociais de minorias. Em diversos contextos, a modalidade foi incorporada por populações negras, migrantes, trabalhadores precarizados e jovens periféricos, que encontraram no esporte um instrumento de ascensão social e fortalecimento identitário. Seu caráter de baixo custo, a facilidade de adaptação a espaços reduzidos e o forte senso comunitário que ele emprega, favorece sua prática entre a população mais vulnerável.

O mundo do boxe envolve uma emaranhada e complexa trama política-social, juxtapondo masculinidades conflitantes e contraditórias, significados sobre racismo e violência, disciplina e sacrifício, espaços urbanos e fronteiras simbólicas, resultando em dinâmicas históricas singulares e carregadas de significação para as pessoas envolvidas. (SOARES, 2018, p. 21).

As entrevistas evidenciam esse fato do pugilismo ser praticado historicamente, por grupos que enfrentam condições de desigualdade social. Dentre as entrevistas, destaca-se o seguinte relato

Novamente entra isso que eu estava te falando da cultura do boxe. O boxe culturalmente ele é de um povo de baixo. Ele é dos oprimidos, dos excluídos, dos fu****, dos imigrantes, dos pretos. Dependendo da época da história, vai ser do judeu, vai ser do cigano, vai ser do cara que está encarcerado. Vai ser o boxe dessa galera. Dos latinos, dos pretos nos Estados Unidos. Ele é das minorias! [...] o boxe, ele chama a galera preta, chama a galera da periferia. Um cara que entra aqui e vê o tanto de referência que tem no espaço. A maioria das grandes figuras que estão pintadas nas paredes é gente preta ou latina. Então, rola uma identificação grande, né? Porque culturalmente ele tem o lado de que é um esporte duro. Precisa ser de alguém que já apanha na vida para apanhar em cima do ringue e achar normal. Basicamente é isso. E aí a gente, em termos de espaço, esse é um ponto que a gente faz questão de fortalecer mesmo, que é fazer essa autorreferência tanto para nós, então você vê muito das nossas imagens lá, fotos da Juci, do Jhonatan, do Baby Bull, do Maguilinha, da Pantera, dos nossos atletas, dos nossos treinadores, e da cultura do boxe no geral. (Trecho da resposta em entrevista realizada com o professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 36 anos - em 21 de julho de 2025).

Logo, por ser praticado pelo “*povo de baixo*” como citado pelo entrevistado, situações de preconceito e estigmatização se tornem recorrentes no cotidiano da modalidade no Brasil onde “a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negroides” (NOGUEIRA, apud SOARES, 2018, p.49). Por estar associado a jovens negros, moradores de periferias e trabalhadores precarizados, o boxe muitas vezes é interpretado a partir de estereótipos que reduzem os indivíduos, desvalorizando suas trajetórias.

Isso se reflete também no projeto social, onde as crianças e adolescentes que participam retratam essas desigualdades sociais. A exemplo, um caso que aconteceu com alguns frequentadores do projeto social, comentado por um dos entrevistados

Teve um episódio inclusive, que a gente tem muito problema com o pessoal que usa crack atrás da MM, nos vagões da rua, que é um problema seríssimo. Que a gente tem que botar para correr os caras de lá, porque a polícia não vai lá atrás. Só que eles passam na frente da academia toda hora pra ver se dá enquadro em alguém. Dito e feito, teve um dia que eles pararam cinco garotos do projeto social e deram enquadro. Um dos professores²⁵ saiu que nem uma bala de dentro do lugar para intervir [...]. E assim, a polícia fez o enquadro porque um deles imitou uma sirene. (Trecho da resposta em

²⁵ No trecho da entrevista citado acima, o entrevistado identifica um dos integrantes da academia MM Boxe pelo nome, no trabalho foi ocultado em função do anonimato.

entrevista realizada com integrante da academia, artista digital - homem, 38 anos - em 28 de março de 2025).

Esse acontecimento evidencia o que alguns autores apontam como mecanismos de reprodução de desigualdades espaciais e sociais, nos quais determinadas práticas, corpos e territórios são deslegitimados dentro do tecido urbano. Assim, mesmo sendo um esporte reconhecido e socialmente transformador, o boxe e seus praticantes permanecem atravessados por discursos discriminatórios que refletem as hierarquias estruturais que moldam tanto a cidade quanto as oportunidades que esses grupos terão acesso. A seguinte fala complementa:

Então o sistema reserva isso para esse corpo periférico, negro, não branco, pardo. Com o boxe você vem e coloca uma outra lógica. Você fala assim "não mano, você vai viver do seu talento, vai viver da sua saúde, vai viver do seu corpo, de uma forma digna, vai ganhar elogios, aplausos, vai viajar, vai entrar no avião". É muito isso. É uma resistência, isso é resistir. É remar contra a maré, viver do esporte no Brasil é remar contra a maré, já começa por aí. E aí a questão do espaço, do jeito que a gente faz as festas, do jeito que a gente tenta manter o cuidado com o espaço, eu também vejo como uma forma de ir contra a lógica que domina, vamos dizer assim. Nós acabamos fazendo o contrário. Isso é resistir a um movimento que empurra a gente para um lado. (Trecho da resposta em entrevista realizada com o professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 36 anos - em 21 de julho de 2025).

Portanto, tanto o boxe como a ocupação, atuam de forma a viabilizar para esses grupos, oportunidades que lhes são sistematicamente negadas. O projeto social infanto-juvenil desenvolvido pela academia, cria um espaço de formação e vivências alternativas na cidade, que representa a participação dos indivíduos no processo de territorialização e efetiva a função social da propriedade. O projeto também viabiliza o acesso dos participantes a área central da cidade, já que muitos deles são de bairros periféricos da cidade. Nesse sentido, é importante que os participantes possam observar as dinâmicas que ocorrem nessa área, já que é no centro onde se localizam infraestruturas e serviços estruturantes para o pleno exercício do direito à cidade, e estar no centro, significa apropriar-se de oportunidades, fluxos e possibilidades.

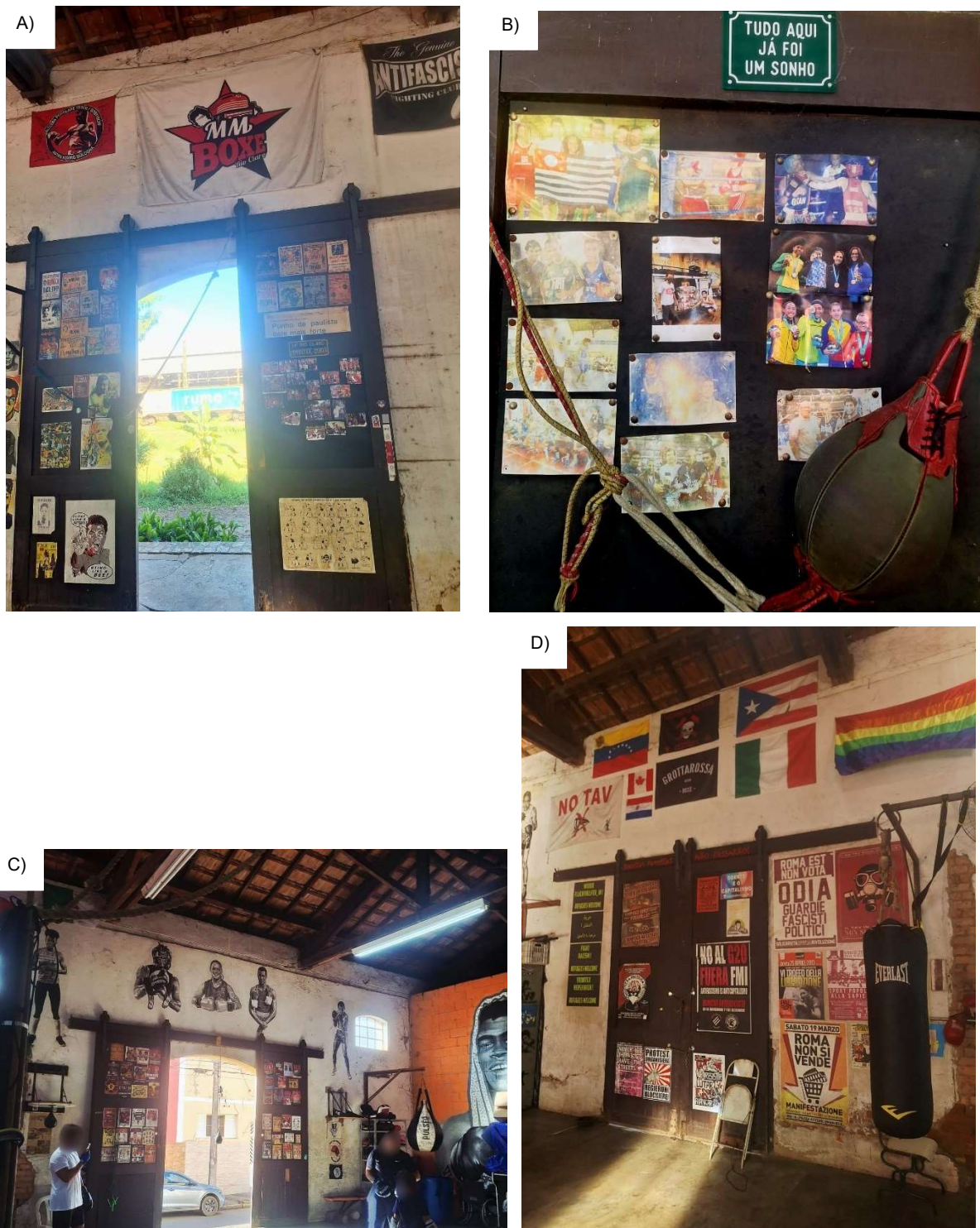
Foi com o intuito de ampliar as potencialidades do projeto que surgiu a Frente Cultural Inboxe, como mostrado anteriormente. O prédio ocupado pela academia, se mostrou em espaço acolhedor para seus frequentadores e viabilizou que, mesmo a população que não se identifica com as atividades se sinta convidada a conhecer.

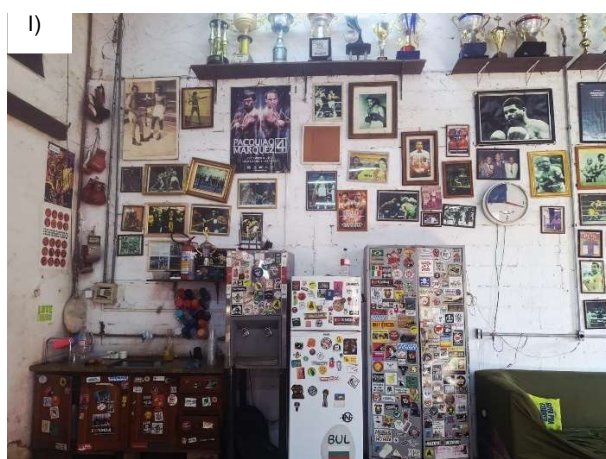
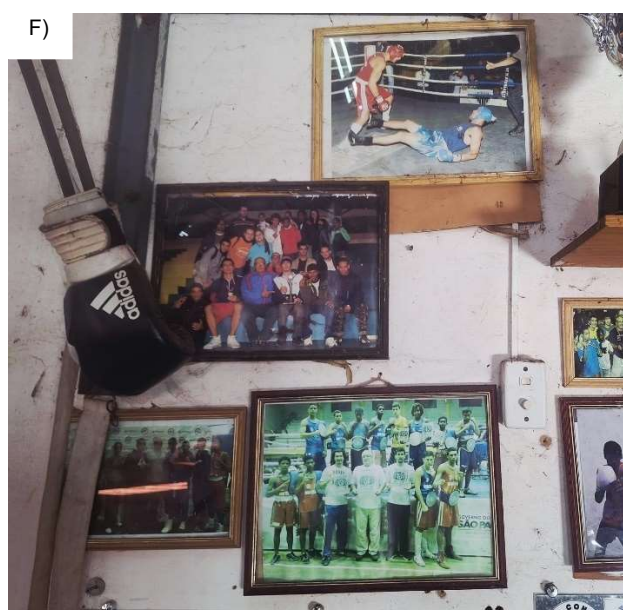
Um espaço desse, com uma ideia libertária, eu diria progressista, antiproibicionista, também atrai as pessoas. O público passa a querer frequentar e tomar o espaço como seu, para poder fazer uns eventos assim. Isso foi uma das coisas que chamou os eventos culturais aqui. [...] Foi só crescendo, porque as pessoas viram como aqui era um ótimo lugar para fazer eventos, para fazer festas, para fazer confraternizações. (Trecho da resposta em entrevista realizada com o professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 36 anos - em 21 de julho de 2025).

Assim, o conjunto de ações – culturais, educativas e políticas - realizadas pelos membros da academia, transformam o espaço em uma construção coletiva, de maneira que as pessoas se sintam acolhidas e queiram colaborar com o espaço de alguma forma. Essa participação se materializa de diferentes formas: por meio de doações de materiais ou apoio financeiro, pela aceitação dos valores e princípios que orientam o grupo, pela colaboração na manutenção diária do espaço ou pela organização de atividades e eventos comunitários.

Como já foi apresentado, a academia mobiliza fortemente a dimensão simbólica, visível tanto nas intervenções presentes nas paredes externas — como pinturas e lambes — quanto no interior do galpão, onde fotografias registram a trajetória de atletas, professores, membros do grupo e aspectos da própria história da cidade. Essa estética construída coletivamente, reforça a identidade do espaço e evidencia sua função social enquanto território de memória, pertencimento e coletivismo, contribuindo para a preservação do prédio, mas também para a formação de lugares que valorizem as trajetórias sociais e culturais desses grupos mais vulneráveis. Na sequência, alguns registros fotográficos que contribuem com a visualização das autorreferências citadas nas entrevistas e dos símbolos que representam os valores da academia, ressaltando a dimensão simbólica e espacial do prédio.

Foto 16: Conjunto de fotografias da área interna da Academia MM Boxe em 19/05/2025.





Da esquerda para a direita: (A) porta dos fundos onde aparecem registros fotográficos e cartazes; (B) porta dos fundos onde aparecem registros fotográficos dos atletas e professores, cartazes e bandeiras; (C) registros fotográficos dos atletas expostos na porta e saco de pancadas; (D) porta dos fundos com cartazes, bandeiras e sacos de pancadas; (E) e (F) porta dos fundos onde aparecem registros fotográficos dos atletas e professores; (G) ringue, bandeiras e pinturas de mulheres boxeadoras nas paredes; (H) ringue, saco de pancadas, paredes com troféus, registros fotográficos dos professores,

atletas e frequentadores da academia, bandeiras e cartazes; (I) e (J) paredes com troféus, registros fotográficos dos professores, atletas e frequentadores da academia, bandeiras e cartazes.

Fonte: Acervo da autora.

Ainda sob a perspectiva simbólica, um dos entrevistados destaca a organicidade na composição do espaço

Se você pegar um vídeo, uma foto, era tudo branquinho, lisinho. Era bem diferente. Isso é uma coisa que só o tempo pode proporcionar também. Não dá pra você começar um negócio... isso é doido também. Por exemplo, a Corner, que é uma academia chique que têm em São Paulo [...] cria e se pensa na estética visual, faz um grafite ali, pega um monte de pôster, cola e do dia para a noite se cria um negócio. Um produto. E a MM Boxe ela não é construída assim. É como você pegar uma criança até ela chegar na vida adulta. Você não pega e faz um adulto: “ó, tá aqui, um adulto. Ele já tem as opiniões dele...”, você vai vivendo. A MM Boxe talvez, ela seja um ser vivo também, ela vai vivendo. Então, a vivência na Itália, sem sombra de dúvidas, é o que traz um teor político muito forte para a academia. Muitos cartazes são da Europa, de movimentos sociais que tem por lá, que são muito mais fortes que no Brasil. [...] E aí vão sendo colados os cartazes do boxe, as bandeiras. As bandeiras são uma coisa que eu tentei fazer, que são dos países que eu ia e trazia as bandeiras. Tem várias bandeiras. Tem as bandeiras dos países, tem a bandeira do LGBTQIA+, tem os cartazes de boxe e assim vai se construindo. Aos poucos vai se fazendo isso. Temos um contato com um artista visual da Argentina que faz um desenho legal, então trouxemos pra cá e colamos. Tem os grafites... É isso, é construção. E, sem dúvida, é importante! Eu estive na Bulgária, Leste Europeu, e foi doido chegar perto de um estádio de futebol e ter suástica para tudo que é lado. E eu estou falando coisa de cinco, seis anos atrás, que talvez hoje esteja ainda mais forte. Mas foi um negócio que me chocou! É chocante. E talvez para um fascista ou pra alguém que pensa diferente, o cara pode se sentir acolhido de estar ali naquele espaço. Então se você é gay ou de uma minoria e vê uma coisa que te representa, você pode se sentir acolhido ou pode se sentir afrontado também. (Trecho da resposta em entrevista realizada com professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 38 anos - em 30 de abril de 2025).

Dessa maneira, constatamos que a ocupação é uma construção coletiva. Ela se materializa através da articulação entre os diferentes frequentadores da academia, que ao compartilharem suas necessidades, estratégias e práticas cotidianas, produzem formas específicas de uso e significação do espaço. Essa coletividade se expressa nas decisões sobre a gestão do edifício, nas atividades desenvolvidas pelos seus membros e na maneira que o grupo utiliza seus ideais para ocupar o galpão.

Além disso, são realizadas palestras e rodas de conversa abertas ao público na ocupação, nas quais se discutem temas como o acesso ao ensino superior, o enfrentamento ao assédio por meio do boxe e a estrutura racista que organiza a

sociedade brasileira. Esses encontros contribuem para fortalecer a identidade coletiva do grupo e reafirmando a relevância do espaço enquanto território de construção social.

A representatividade simbólica é então, fundamental para afirmar identidades. Para essas pessoas ver seus corpos, narrativas e experiências refletidos em espaços e práticas coletivas constitui não apenas um gesto de reconhecimento, mas um mecanismo de enfrentamento às estruturas de exclusão que marcam suas vidas. Isso permite que as minorias disputem posições de fala e legitimem sua presença em espaços públicos, além de contribuir para reconfigurar imaginários sociais e romper com padrões hegemônicos que determinam quem deve ser valorizado.

O percurso dos atletas e membros do grupo, transparece efetividade das ações realizadas pela academia, demonstrando que investimento contínuo em práticas esportivas de base, aliado a uma metodologia de ensino comprometida com a inclusão e o acolhimento, é capaz de revelar talentos e consolidar trajetórias vitoriosas. Assim, a ascensão desses boxeadores à condição de destaque regional, nacional e até internacional não se limita ao mérito individual, mas reflete a potência transformadora de uma iniciativa social que articula esporte, cidadania e territorialidade.

Por todos os elementos e características mostradas até aqui, podemos afirmar que a configuração da ocupação nunca é estática: cada pessoa que passa pela academia concede novos elementos, arranjos, usos e dinâmicas que refletem a circulação e as ações de diferentes grupos e indivíduos. Logo, o que compõe a ocupação em determinado momento pode não ser o mesmo que a caracteriza em outro, pois sua materialidade e simbologia se formam através das ações e interações entre aqueles que a ocupam em seus ciclos, mas de modo contínuo. Assim a ocupação MM Boxe se constitui uma territorialização viva do espaço, no qual molda, mas também é moldada pelas temporalidades e experiências diversas.

Capítulo 3 - Território percebido: importância do reconhecimento para identidade

A compreensão de uma ocupação exige considerar a percepção do espaço como dimensão fundamental na construção do território e na constituição de identidades coletivas. Dessa maneira, quando grupos sociais se apropriam de um determinado local e passam a produzir nele práticas cotidianas, relações de convivência e formas específicas de uso, eles transformam esse espaço em território, como é o caso da academia MM Boxe. Nesse sentido, o espaço para além de um recorte geográfico ou um recurso físico, se torna também uma dimensão viva, que é sentida, percebida e vivenciada pelas pessoas e faz parte da formação identitária da população.

A construção do território, por sua vez, se relaciona com a apropriação que o indivíduo faz do espaço, ou seja, das relações que se estabelecem por meio do exercício do poder individual ou coletivo, que permitem a construção e a transformação de espaços. Dessa maneira, o território é marcado simultaneamente por conflitos e resistências dos agentes sociais. Essas vivências, produções e representações construídas no espaço pelos agentes sociais, demonstram uma constante transformação do território, marcado pela luta por reconhecimento de direitos e acesso a espaços, infraestruturas e serviços urbanos.

A cidade ganha centralidade nesse processo como categoria de análise da sociedade, devido ao seu contingente populacional. Ela é o recorte do espaço geográfico no qual as interações sociais são intensificadas e se materializam as múltiplas dimensões da vida coletiva. Ela é fundamental na constituição da identidade de seus habitantes, pois oferece referências espaciais e culturais para a formação individual e coletiva, além de articular fluxos regionais de circulação de mercadorias, pessoas, informações, capitais e simbolismos, que revelam tanto as potencialidades quanto as desigualdades inerentes à organização socioespacial.

Com base nessas observações, neste terceiro capítulo são apresentadas análises que articulam informações sobre a organização territorial e as ações dos diferentes agentes espaciais envolvidos na produção do espaço. A discussão parte do reconhecimento de que o território é resultado de práticas sociais, políticas e econômicas que se entrelaçam e se manifestam de maneira desigual na cidade. Assim, construímos uma reflexão sobre os modos pelos quais diferentes grupos

sociais se apropriam do espaço, refletindo interesses, disputas e estratégias que moldam continuamente a experiência urbana.

3.1 Representações do espaço-território

Para se desenvolverem as sociedades dependem de um lugar no espaço, de um contexto no tempo e dos recursos ali dispostos. Assim, estabelece-se uma relação de interdependência entre múltiplas dimensões da existência humana — econômica, social, política, cultural e material — que se articulam para conformar modos de vida e formas específicas de organização territorial. O espaço não atua apenas como cenário, mas como condição e produto das práticas que nele se realizam, influenciando tanto as possibilidades de ação dos indivíduos quanto as dinâmicas coletivas que estruturam a cidade.

As espacialidades resultantes das relações sociais ao longo da história, permitem uma nova perspectiva sobre a construção do espaço e seu uso. A relação homem-natureza condiciona a realidade vivida. A mutualidade entre os diversos elementos faz surgir interações complexas entre as coisas naturais e as coisas artificiais (SANTOS, 2021). Logo, o espaço é composto pela articulação entre os recursos disponíveis na natureza e objetos técnicos criados pelo homem - sejam eles econômicos, sociais e culturais - que se integram para formar uma totalidade dinâmica.

Dessa maneira, a percepção da totalidade das coisas, resultante dessa interação entre recursos, elementos e objetos, nos permite compreender os elementos necessários à vida em coletivo materializadas no espaço. É importante destacar que é por meio de ações que acontece o “novo” sobre o que já existe

Se de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2020, p. 63).

Nesse sentido, explorar diferentes escalas das dinâmicas dessas interações, nos permite vislumbrar a multiplicidade de processos e formas que estruturam a realidade, materializada no espaço ao longo do tempo pelo processo de totalização do espaço (SANTOS, 2020), sendo o espaço “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2020, p. 21), que nos

permite assimilar a intencionalidade por trás das intervenções feitas pelo homem no espaço natural, causando sua apropriação e transformação que se refletem em consequências sociais.

Dessa maneira, o homem ao se apropriar do meio natural, por meio da técnica, manifesta suas necessidades materiais, imateriais, sociais, culturais e afetivas. Criando para si um lugar para manifestar seus comportamentos, valores e crenças. O fato de poder movimentar-se, proporciona ao ser humano o poder de refazer-se de maneira social e espacial, refletindo na produção e no consumo daquele espaço, conforme os recursos naturais oferecidos, na intencionalidade das ações exercidas e na temporalidade existente. O espaço se põe então como “resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2020, p.106).

É através da materialização das ações - pelas técnicas e pelas formas - que podemos observar e entender o sistema de objetos desenvolvidos pela ação humana - se firmando como o sistema de ações. São as técnicas, dentro desse sistema de ações que permitem o desenvolvimento de aspectos da vida cotidiana. São elas que condicionam elementos fundamentais como produção, circulação e consumo no espaço geográfico, produzido historicamente pelas sociedades. Assim, o espaço se configura pela complexidade das interações entre objetos (formas) e ações (conteúdo) no passar do tempo.

Sob essa perspectiva, Harvey (2005) destaca que o espaço geográfico é estruturado ao longo da história por cada sociedade. Ou seja, cada forma de organização constrói uma nova dimensão espacial, resultando em uma interpretação em relação ao mundo. É através das diferentes percepções do mundo que buscou-se memorizar no espaço, um tempo da realidade e cultura vivida, que se transformaram em aspectos identitários. Assim, os processos que constroem o espaço também são econômicos, políticos e culturais. Uma vez que esses processos são instrumentos de apropriação, eles também se inscrevem como arranjos de poder dentro da própria sociedade e conseqüentemente, do espaço, resultando em diferentes territorialidades.

Considerando que os atores situam-se em um campo espaço-temporal e possuem uma posição absoluta e relativa no espaço, passam a manter ligação com o território por meio das territorialidades, não esquecendo das tessituras, dos nós e das redes. Desse modo, os atores podem ser o indivíduo, uma organização (empresa) ou o Estado que, a partir das relações de poder, formulam estratégias de ação no território, considerando a relação

espaço-temporal para o desenvolvimento de sua produção. (CICHOSKI, 2020, p. 146).

Fica evidente que o espaço acompanha a evolução das sociedades. Ele é um recurso de tradução ao longo do tempo histórico e também condição para reprodução dos homens. O território então, se constitui como um produto das contradições e conflitos gerados pelo homem. Ele é definido pelas relações de poder, oferecendo uma outra compreensão da realidade social vivida. Cabe ressaltar que a *ordem* orienta a representação de um território, já que organiza o espaço social seja pela delimitação de fronteiras ou pelos recursos econômicos e sociais oferecidos pelo espaço.

Assim, o território²⁶, para além de um espaço físico delimitado, ganha forma a partir das práticas, ações e usos – as territorialidades - realizadas pelos grupos sociais que o habitam. Sob a perspectiva de Raffestin (1993), pode-se acrescentar ainda que as territorialidades estão sujeitas às variações do tempo, e não possuem relação com algum tipo de ordem. Ou seja, as territorialidades são processos dinâmicos, sempre em transformação. Elas não seguem uma lógica fixa, permanente ou previamente determinada, elas são na verdade fluídas e adaptáveis, constantemente refeitas pelas experiências e relações que acontecem no espaço. Dessa maneira, podemos utilizar as territorialidades como instrumentos para identificar as relações de poder projetadas no espaço (SOUZA, 2009).

Nesse processo, é possível compreender como certos grupos conseguem afirmar seus modos de vida enquanto outros são excluídos ou silenciados. Assim, ao reconhecerem que seus territórios, sejam físicos, simbólicos ou políticos, são constantemente atravessados por forças que os marginalizam, essas pessoas são impelidas a se mobilizarem para reivindicar direitos que já lhes são garantidos pela constituição. Portanto, cria-se um cenário em que a organização coletiva deixa de ser uma escolha e passa a ser uma necessidade. Através do reconhecimento de ideais e das desigualdades enfrentadas, se formam coletivos capazes de transformar o espaço e as dinâmicas de poder que se desenvolvem sobre ele.

É por meio dessas relações que se redefinem os usos de espaços. Elas promovem uma reconfiguração social e simbólica do território. Dessa maneira, a

²⁶ Conforme Santos (2020), o território é simultaneamente condicionado e condicionante das práticas sociais, pois resulta de processos históricos, técnicos, políticos e econômicos acumulados, ao mesmo tempo em que influencia e orienta as ações dos diferentes agentes no presente.

apropriação do uso de formas urbanas pelos grupos socialmente excluídos, para a mobilização social, coloca o indivíduo como protagonista na luta pela ampliação do exercício da cidadania (OLIVEIRA; OLIVEIRA DO Ó; SANTIAGO, 2024, p.360). As formas, produtos de determinadas técnicas em dado momento, passam a ser instrumentos de disputas entre os agentes sociais.

Para que se coloque em prática uma ordem na vida em coletivo, são necessários acordos que intervenham e mediem a forma como na qual os cidadãos são atingidos pelas desigualdades, muitas vezes impostas em suas vidas. Esses acordos constituem a base sobre a qual se constroem formas de cooperação, solidariedade e responsabilidade entre os indivíduos, criando condições para que se amenize as desigualdades que marcam a experiência urbana. À medida que a população identifica necessidades comuns e reconhece desafios, esses indivíduos passam a se articular em entidades políticas, que num primeiro momento, foram essenciais para a delimitação de limites geográficos que estabeleciam o controle sobre os recursos naturais da terra. Posteriormente, esses representantes passam a mediar também os fluxos de produção/circulação de mercadorias e pessoas, além de intervirem na estruturação de planos de segurança que permitem aos indivíduos se protegerem e se sentirem seguros em suas habitações.

Assim surge o Estado (com a representação de Estado-Nação), encarregado de estruturar, regular e mediar as dinâmicas espaciais e sociais. Embora, no discurso, se apresente como um agente neutro diante dos diversos interesses sociais, na prática, frequentemente as decisões estatais tendem a favorecer grupos com maior poder financeiro e político, viabilizando a acumulação e se tornando mais um reproduzidor das classes, aprofundando as desigualdades sociais.

A segmentação do espaço, em um primeiro momento, seguia a disposição de recursos naturais - como os rios - que são fundamentais para a existência humana. Com a fixação das pessoas em determinadas áreas do espaço, se estruturam a produção e a organização da vida em sociedade, onde o espaço passa a refletir as relações que nele se desenvolvem, como as hierarquias sociais e suas disputas. Gottmann (2012, p.523) destaca que “os componentes naturais de qualquer território foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político”. É dessa maneira que se fez a conexão político-social necessária à existência da territorialização.

Com a necessidade do planejamento para uso e distribuição de recursos, à medida que os Estados se consolidaram, as cidades também se estabeleceram. A sociabilidade entre os indivíduos construiu uma vida em comum, que foi dotada de símbolos e simbolismos que agregaram características culturais a seus habitantes e ao território.

A manutenção do poder do Estado sobre a cidade vem do exercício do trabalho por todos seus habitantes, logo a delimitação de áreas que centralizavam as atividades econômicas ou a produção agrícola, foi essencial para a configuração das cidades, assim como exemplificado pela história da cidade de Rio Claro. Nesse contexto, surge a divisão do trabalho que “produz e repõe uma hierarquia que se expressa claramente em termos espaciais” (ROLNIK, 2004, p. 21). Logo, a cidade se confunde com a centralização do poder que por sua vez, causa a diferenciação social, já que a divisão do trabalho se expressa no território por meio da materialização dos privilégios das classes dominantes.

É importante mencionar que a Constituição de 1988 promoveu uma descentralização de funções administrativas e políticas do Estado como federação, fomentando a autonomia dos estados e fortalecendo o papel dos municípios. Esse processo afetou diretamente a gestão de espaços urbanos, já que nem todas as cidades têm o mesmo acesso a verbas ou a mesma capacidade de administração. Esse processo evidenciou padrões de concentração, disputas de poder e tendências na distribuição de recursos, o que influencia na implementação de políticas públicas, por exemplo.

O território passa a ser testemunha de diferentes relações de poder e por consequência, das múltiplas divisões do trabalho que se consolidaram de acordo com a formação socioespacial ²⁷ existente. Logo, podemos observar os processos sociais e geográficos utilizando a divisão do trabalho que imprime ao lugar uma função dentro desta dinâmica. A diversificação da natureza e do trabalho se deu através da ação de produzir que atribui movimento, função e conteúdo ao lugar (SANTOS, 2020), interferindo na organização da sociedade, mas também gerando novas formas de produção que resultaram em novas divisões do trabalho.

²⁷ Nesta pesquisa, a formação socioespacial se faz uma categoria teórico-analítica que permite compreender a complexidade das dimensões envolvidas e sua integração em uma totalidade dinâmica, conforme DEGRANDI e SILVEIRA (2011).

A divisão do trabalho, portanto, se reflete nos padrões de apropriação do território. De maneira geral, ela é essencialmente determinada pelas necessidades capitalistas que se refletem nos mais diversos elementos das paisagens urbanas. Essa divisão não é mais apenas econômica, mas também geográfica. Ou seja, a disposição geográfica dos processos, arranjos e objetos relacionados aos modos de produção, será chamado de divisão territorial do trabalho.

Dessa maneira, existem pessoas, entidades e instituições que produzem e efetivam as dinâmicas sociais sobre o território. Alguns são protagonistas como o Estado (como Estado-nação ou entidade), as instituições econômicas e os diferentes grupos que fazem parte da sociedade. Cada um desses agentes (CASTRO, 2003) disputam continuamente o território e mobilizam recursos políticos, financeiros e institucionais diferentes para moldar as dinâmicas espaciais segundo seus interesses (CORRÊA, 1989), como mencionado anteriormente. O território passa então, a refletir as tensões entre os agentes que competem pela capacidade de ordenar o espaço e usufruir das territorialidades.

No conjunto dessas interações, existem conflitos que estão intrínsecos às diferentes condutas adotadas por cada agente. As diferentes perspectivas sobre o uso do solo causam embates sociais, políticos e culturais, classificando hierarquicamente as relações de poder. Em Rio Claro, por exemplo, a implementação da ferrovia para agilizar a circulação de produtos agrícolas, acelerou o processo de urbanização da cidade, que trouxe consigo também uma ocupação espacial acelerada, que acompanhada da implementação das atividades capitalistas, afastou os trabalhadores mais vulneráveis para áreas periféricas da cidade, ampliando a segregação socioespacial.

Nesse contexto, a delimitação de um território pode ser realizada por uma infinidade de estratégias. Os limites podem ser visíveis ou não, concretos ou simbólicos, naturais ou artificiais. É importante ressaltar que esses limites se constroem e também se refazem simultaneamente, mantendo relações de interdependência com as ações e intenções envolvidas. Ou seja, cada intervenção - seja política, econômica, social ou cultural - só ganha sentido porque se articula com outras práticas que a antecedem, a sustentam ou dela dependem.

Embora cada agente tenha um grau de atuação sobre o território, são as ações de origem política e por consequência, as formas que se derivam destas que tendem a permanecer no espaço. Isso acontece porque, é através do Poder Público

que se estabelece uma delimitação do território e uma mediação na distribuição de recursos que permitem o desenvolvimento social. Quando se trata do espaço urbano, a gestão municipal desempenha um papel decisivo na definição de quem acessa determinados serviços e recursos, bem como na forma como esse acesso se concretiza. Além disso, o município é o ente federado mais imediato à população. Suas ações são essenciais para garantir direitos básicos a seus habitantes, entretanto podem aprofundar os processos de exclusão social e desigualdade. Ainda nesse sentido, as ações oriundas da esfera econômica, principalmente aquelas conduzidas por agentes do mercado imobiliário e do setor de capital financeiro, apesar de intensas e relevantes para a configuração territorial, se dissolvem com maior facilidade, já que são guiadas por interesses de valorização e lucratividade e não se associam de maneira geral, as necessidades reais da sociedade.

Conclui-se que, apesar do Estado ser essencial e ser o agente protagonista quando se trata de gestão territorial, ele não é único. Os agentes econômicos (como o mercado imobiliário) e sociais (como os movimentos sociais) participam ativamente da construção e transformação espacial. Suas estratégias de apropriação e uso do território, dinamizam o espaço e redefinem fluxos, ocupações e funções urbanas. Logo, na ausência do Poder Público, os agentes sociais se apropriam das formas urbanas disponíveis, produzindo usos e significados que respondem às necessidades imediatas do cotidiano.

Portanto, a ocupação realizada pelo grupo MM Boxe, proporcionou a ressignificação da forma, materializando não só a academia de boxe, mas um lugar de participação social ativa que promove o acesso a direitos básicos a toda população na cidade de Rio Claro. Os encontros propiciados pelas aulas de boxe, promoveram uma identificação entre os frequentadores que se conectaram em um coletivo, desenvolvendo uma relação simbólica com o espaço e com a cidade. Ao propiciarem atividades em diversos âmbitos sociais como estratégia de visibilidade e resistência social, se efetivam territorialidades alternativas que desafiam a lógica de poder posta aos indivíduos e as estruturas espaciais urbanas.

Percebemos assim, que é através das interações entre os componentes sociais próprios do território - sejam eles elementos naturais, artificiais, materiais, imateriais, vivos ou inertes - que se evidenciam as potencialidades e as fragilidades do território. A academia MM Boxe, ao conceber outras maneiras de estar no mundo a seus membros, integrantes, atletas, professores e frequentadores, representa o

potencial da conscientização política do indivíduo. Ao oferecer atividades esportivas e culturais que buscam mobilizar os habitantes da cidade e estimular seu protagonismo como cidadão, a ocupação se coloca como agente de transformação social.

3.2 As expressões de poder no território: disputas do corpo da cidade

As cidades se constituem expressões concretas das dinâmicas políticas, sociais e econômicas que estruturam a vida em sociedade. Logo, a sua organização depende da centralidade e estratégia dos agentes. Elas representam fisicamente uma estrutura social que engloba uma diversidade de grupos populacionais. Elementos políticos, econômicos ou culturais, exercem papéis estratégicos no controle de recursos do território. Dessa forma, sua delimitação é multifacetada e envolve diversos fatores. Além de representarem o que já foi, também expressam relações imediatas e diretas que acontecem no agora, entre os grupos que compõem a sociedade. Ela é construída e reconstruída para a produção e reprodução dos seres humanos, constitui uma obra coletiva da história (LEFEBVRE, 2001).

Nesse sentido, surgem alguns questionamentos sobre como e por que alguns grupos não podem vivenciá-la plenamente. Quem usufrui de benefícios na cidade? Quais são os processos que envolvem os grupos sociais mais vulneráveis? Quais demandas sociais devem ser priorizadas? A partir disso, se faz necessária a discussão sobre as funções dos lugares no território, a história da população que nele habita e sobre as disputas e conflitos entre Poder Público, sociedade civil e agentes do capital que moldam os modos de vida.

Como mostrado anteriormente, a produção do espaço não é neutra, e impõe hierarquias funcionais e simbólicas entre os lugares. Por exemplo, áreas com maior concentração de atividades econômicas, atraem mais investimentos, serviços e indivíduos, o Poder Público passa a instalar infraestruturas para a circulação de bens e de pessoas nessas áreas. O aumento de habitantes passa a expandir as fronteiras da cidade - sejam elas territoriais ou culturais - modelando o espaço urbano. Mas o inverso também ocorre, sem investimentos financeiros, instalação de infraestruturas e recursos territoriais limitados, a dinâmica socioeconômica é afetada, reforçando a segregação socioespacial e a marginalização de grupos com pouco poder econômico e político.

Embora o Poder Público seja o responsável por mediar conflitos e garantir o uso social do território, tem suas ações sincronizadas aos interesses dos agentes econômicos - como as grandes incorporadoras imobiliárias - priorizando investimentos e obras que valorizem interesses particulares e convenientes. Dessa maneira, o território urbano, apesar de coletivo, passa a ser um bem consumido de maneira desigual pela população. A valorização seletiva de certas áreas, os processos de especulação imobiliária e as decisões estatais que privilegiam interesses privados resultam em uma cidade fragmentada, onde o acesso à moradia digna, infraestrutura e equipamentos públicos não é distribuído de maneira equitativa. Diante deste cenário, a luta pelo acesso ao território é inevitável.

A reação dos grupos sociais historicamente excluídos a essas práticas, se tornam formas de resistência que desafiam a lógica capitalista e reivindicam o direito à cidade como prática concreta. As ações empregadas por esses grupos passam a construir novas territorialidades e também contestam as hierarquias espaciais impostas a eles. Suas práticas de resistência evidenciam como a cidade pode ser ressignificada e reapropriada.

A estrutura e a forma da cidade passam a ser frutos da ação contínua dos agentes e dos diferentes graus de poder existentes sobre o território. O Poder Público, mesmo com o papel de mediador e regulador dos interesses coletivos, além de promotor da justiça social sobre o território, atua frequentemente em sintonia com os interesses do capital, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais. No entanto, as práticas de resistência exercidas pelos grupos sociais marginalizados, evidenciam como a cidade pode ser ressignificada e reapropriada. Com ações que provocam a sensação de pertencimento ao lugar, se realiza o direito à cidade e o exercício da cidadania.

Portanto, a resistência social surge como resposta às desigualdades e às formas de exclusão que permeiam o território urbano, constituindo um movimento essencial para a reapropriação da cidade por aqueles que historicamente tiveram seus direitos negados. Ao reivindicarem espaços e serviços, os grupos marginalizados reafirmam seu pertencimento àquela conformação espacial, removendo barreiras simbólicas e físicas que limitam o exercício pleno da cidadania. A conexão entre políticas estatais e interesses dominantes contribui para a manutenção de desigualdades, restringindo a efetividade dos direitos urbanos. É sob esse contexto que a resistência social ganha ainda mais relevância: ela tensiona estruturas já

consolidadas, possibilita perspectivas democráticas e evidencia que a construção de uma cidade mais justa depende da capacidade coletiva de desafiar e transformar as relações de poder que moldam o território. A cidade, nesse sentido, além de elemento físico que possibilita as interações entre os agentes sociais, se torna produto das disputas que os envolvem, cada qual mobilizando estratégias próprias para definir os usos e sentidos do espaço.

3.3 Interpretações para a produção do espaço urbano – os agentes sociais

Como mostrado anteriormente, os agentes possuem e exercem poderes em diferentes níveis e escalas, resultando em uma multidimensionalidade de elementos e sistemas, que se põe ao centro das relações onde “o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (RAFFESTIN, 1993, p.7). Cada um desses agentes atua de maneira específica na construção do espaço urbano, influenciando diretamente a organização do território e o acesso aos seus recursos.

Para Corrêa (1989) o espaço é produzido pela ação intencional de diversos agentes sociais - proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos. A discussão complementa-se com a dimensão política dessas ações, onde os agentes não apenas participam da produção territorial, mas o fazem de forma desigual, ocupando posições de poder distintas no interior das relações sociais (CASTRO, 2005). Essa distinção é importante pois, demonstra o contraste entre os graus de poder e a intensidade da influência de cada agente sobre o território.

Nesse contexto, o Poder Público Municipal é um agente essencial para a dinâmica das cidades, pois é a esfera de governo mais próxima da população e, portanto, a que tem mais conhecimento das demandas territoriais e sociais que caracterizam a cidade. É esse agente que detém o poder central da administração territorial, e conseqüentemente possui a função de promover infraestrutura para o estabelecimento da circulação de bens, pessoas e informação.

Em Rio Claro por exemplo, do ponto de vista esportivo, a gestão do município realizou estudos nos bairros para entender a demanda das modalidades esportivas de cada área, dessa forma pode-se evitar a aplicação de recursos que sejam de baixa efetividade, conforme relatado pelo gestor público em entrevista

Como eu falei, o aumento que a gente teve no handebol, no vôlei, no tênis de mesa, no skate vem disso. O skate, de zero alunos, zero pessoas, zero polos, conseguimos estruturar atualmente três polos, mais de trezentos alunos em todos os polos, no Lago Azul tem uns cento e vinte, cento e trinta. No Guanabara está com cem mais ou menos e lá no outro está com cinquenta. Então temos entre duzentos e cinquenta, trezentos alunos. Porque a gente foi entender a demanda. Outros governos colocaram uma pista de skate no Bom Retiro, era toda deteriorada, toda inutilizada para o skate. [...] fomos e fizemos a melhoria do espaço. Hoje skate lá é febre. Então, se o poder público tivesse pensado lá atrás nisso. Porque não adianta colocar uma pista de skate e não ter estrutura, não ter um professor. [...] Então a gente faz essas pesquisas regionalizadas com funcionários que moram no bairro. (Trecho da resposta em entrevista realizada com gestor público ligado a secretaria de esportes - homem, 38 anos - em 22 de maio de 2025).

Sob essa perspectiva, cabe ainda destacar a seguinte fala do gestor, em resposta à pergunta sobre sua trajetória profissional, que se relaciona diretamente com as demandas esportivas da cidade, logo, com a academia MM Boxe

[...] aí se descobre que a Secretaria de Esporte do Estado é a que tem menos recursos financeiros. O Ministério do Esporte é o que tem menos recursos. Você vê que pela cultura, tanto em âmbito estadual quanto federal, existem as leis Rouanet, Paulo Gustavo, Aldir Blanc. Já para o esporte, você não recebe recurso estadual e federal. Aí, você vai falar com um deputado, ele diz que prefere mandar recursos para a educação, ou para a saúde, ou prefere mandar para o asfalto. É a politicagem brasileira, né? (Trecho da resposta em entrevista realizada com gestor público ligado a secretaria de esportes - homem, 38 anos - em 22 de maio de 2025).

Destaca-se também, a alteração do plano diretor da cidade para que ocorra a transferência das oficinas ferroviárias da área central para o bairro Jd. Guanabara (na periferia da cidade). Para essa mudança, foi necessária a classificação do bairro para *zona para uso sustentável industrial*, liberando o centro para uma circulação mais integrada entre as áreas da cidade (GRUPO RIO CLARO, 2019). Tanto o relato acima, quanto as informações sobre a mudança no plano diretor, evidenciam como a destinação de verbas financeiras feita pelo poder público, reflete dinâmicas de poder e interesses - frequentemente particulares - que extrapolam muitas vezes, as necessidades coletivas.

Percebemos como recai sobre o poder público a responsabilidade de estabelecer normas e legislações que assegurem condições adequadas para a produção, o uso e o consumo do espaço pelos diferentes agentes sociais. Ele deve atuar como mediador, regulador e facilitador das dinâmicas urbanas. Nesse contexto, é crucial que a gestão pública seja composta por representantes de diversos grupos

sociais, com o intuito de tornar a distribuição de recursos mais justa e equitativa para toda a população.

Mas, dado o histórico do desenvolvimento político no Brasil, as pessoas que têm acesso e participam da gestão pública, frequentemente são de classes mais altas, que herdaram acesso privilegiado ao capital e à educação, e geralmente estão vinculadas a famílias com tradição política. A representação marcante dessa classe social em espaços políticos, se reflete em políticas públicas que conservam seus privilégios e dificultam o acesso a direitos básicos para a população pobre. Essa dinâmica torna a atuação do Poder Público complexa e ambígua em muitos casos.

Ao considerarmos o papel do Poder Público na sociedade capitalista, notamos que sua ação é marcada principalmente pelas alianças construídas com proprietários de terras e meios de produção (CORREIA, 1989). Essa associação, facilita a reprodução do capital e promove condições que reforçam as hierarquias sociais. Os níveis político-administrativos dentro do Poder Público, já mencionados anteriormente, operam o discurso democrático de diferentes formas, o que também interfere na efetividade de ações democráticas, conforme os interesses envolvidos.

O sistema capitalista, dessa forma, orienta as ações do Poder Público ao demandar o controle de fluxos, a organização das cadeias produtivas e a redução de custos. No âmbito urbano, isso se reflete na mercantilização da cidade, que ganha cada vez mais importância na escala do consumo, investimento e lucro, se tornando também instrumento na reprodução das desigualdades (LEFEBVRE, 2001).

Como parte de um conjunto de ações globais sobre o espaço, a cidade de Rio Claro também apresenta uma série de desigualdades sobre o território como reflexo dessa mercantilização. A localização de equipamentos de lazer e cultura na cidade, ou mesmo a relutância da empresa Rumo Logística em mudar sua sede de atividades para uma localização mais afastada da área central por exemplo, evidencia o processo do capital de investir em áreas já valorizadas pela administração pública, resultando em uma configuração desigual do espaço geográfico, onde as decisões econômicas e políticas não são tomadas nos lugares em que são vivenciadas as realidades da população.

3.3.1 A decadência do progresso: A influência do capital no espaço urbano

Percebemos como a lógica do capital sobre o espaço urbano redefine continuamente a cidade, mas nem sempre em benefício do coletivo. Sob a influência de investimentos privados, da especulação imobiliária e das dinâmicas de mercado, o urbano passa a ser produzido segundo critérios de rentabilidade, e não de justiça social. A ferrovia instalada na cidade de Rio Claro no século XIX, é um exemplo. Ela acelerou a urbanização e posteriormente a industrialização da região. Atualmente, suas oficinas ocupam uma área privilegiada quanto a infraestruturas de circulação, pavimentação e iluminação pública. Enquanto isso, áreas que não estão no eixo da ferrovia tem suas demandas negligenciadas, ou sofrem uma espera muito maior por melhorias urbanas. Diante disso, observamos como a urbanização tornou-se uma ferramenta para favorecer os interesses econômicos. Todo esse processo implica na exploração da maior parte da população em detrimento de privilégios para alguns grupos sociais, resultando na diferenciação de classes.

Esses processos ampliam e aprofundam a fragmentação do território, uma vez que, para atender às demandas do capital, os lugares passam a se especializar de acordo com suas vantagens políticas, técnicas ou naturais, resultando na divisão territorial do trabalho (SANTOS, 2020), além de criar assimetrias espaciais, perpetuando as desigualdades sociais, como mostrado anteriormente. Essa diferenciação entre os lugares se reflete nas paisagens das cidades por meio de sua arquitetura, da mobilidade e da distribuição de equipamentos e infraestruturas de serviços essenciais como abastecimento de água, saneamento básico, transporte, educação, cultura e saúde. Esses elementos físicos são fundamentais para essa dinâmica, pois são assegurados pela Constituição Federal de 1988 para garantir a dignidade da vida humana. Quando esses investimentos são concentrados em pontos específicos do território, eles ampliam a acessibilidade, melhoram a qualidade de vida e atraem atividades econômicas, aumentando o valor de uso e de troca desses lugares, o que se converte em uma valorização imobiliária.

Esse processo, porém, reforça desigualdades, pois áreas que não recebem tais investimentos permanecem estagnadas, enquanto aquelas contempladas se tornam polos privilegiados, revelando como a distribuição seletiva de infraestruturas constitui uma estratégia de produção e diferenciação do espaço urbano. A falta de acesso à saúde e educação, por exemplo, atinge diretamente a qualidade de vida da população mais pobre, pois se o indivíduo não tem acesso a esses serviços, seu desenvolvimento estará limitado a um ciclo social marginalizado.

No que diz respeito ao planejamento urbano e à gestão das cidades, como destaca David Harvey (2005) o neoliberalismo se consolidou como um projeto político-ideológico que reorientou as funções estatais, se manifestando na privatização de serviços públicos, na flexibilização de regulamentos urbanos e na mercantilização das cidades. A lógica neoliberal impõe ao Poder Público a racionalidade econômica às políticas públicas. Assim a organização do território urbano se dá conforme as classes sociais, mantidas pela divisão social do trabalho. A influência de cada agente sobre o território, retrata a diferenciação entre os lugares, que resulta em uma separação territorial física entre os grupos sociais.

Quando diferentes áreas oferecem níveis contrastantes de infraestrutura, serviços, segurança e oportunidades, cria-se uma cidade dividida entre espaços de privilégio e espaços de precariedade. Essa marcação atinge diretamente a sensação de pertencimento do indivíduo, pois a cidade passa a oferecer experiências fragmentadas e desconectadas, dificultando a construção de identidades urbanas coletivas. Os indivíduos perdem a possibilidade de construir intimidade e laços afetivos com o espaço vivido, reduzindo a participação social diante da força da globalização. Isso se reflete na perda de memória e identidade das pessoas com os lugares, o que resulta numa ruptura material e simbólica entre os componentes do espaço urbano. Os lugares se tornam impessoais, transitórios e hostis, enfraquecendo a capacidade política dos grupos que a habitam.

3.3.2 Fixos/Infraestruturas como símbolos de poder e cultura

As marcas deixadas pelas relações de poder nas organizações sociais, são compostas por valores culturais e econômicos, que acrescentam diferentes funções e significados aos lugares e aos objetos produzidos. As estruturas e formas herdadas de sociedades anteriores por exemplo, proporcionam a representação de um tempo passado na paisagem, permitindo que o presente seja observado sob uma nova perspectiva. Essas construções fixadas no território, sejam elas públicas ou privadas, expressam as maneiras como o espaço é ocupado e transformado conforme os valores sociais praticados pelos indivíduos. Dessa maneira, as formas - naturais ou construídas - que são herdadas do passado, manifestam-se como rugosidades no tempo presente (SANTOS, 2020) e estão ligadas às diversas manifestações do trabalho e da cultura sobre a paisagem ao longo do tempo, se tornando condição para

a construção do novo. Esses fixos (SANTOS, 2020) também representam as diferentes técnicas da divisão do trabalho, colaborando com a especificação de cada território.

Podemos dessa forma perceber como fábricas, galpões, ferrovias, praças, bairros ou áreas de comércio constituem marcas visíveis das atividades econômicas e culturais que moldaram determinada sociedade em um dado período. Cada forma é, portanto, um testemunho da interação entre técnica, trabalho e vida social, atuando como registro material das práticas que organizaram o espaço. Como vimos, a ferrovia é elemento importantíssimo para o desenvolvimento da cidade de Rio Claro. Atualmente, mesmo não tendo a mesma relevância, as estruturas ferroviárias permaneceram como formas de resistência no território, promovendo maior sociabilidade entre os habitantes, através de iniciativas culturais públicas desenvolvidas nessas estruturas.

Com o tombamento dos galpões, atividades de interesse coletivo tiveram de ser realizadas. As leis municipais de Rio Claro nº 204/2024 e nº 3806/2007, estabeleceram via Plano Diretor a função social da propriedade e a necessidade de garantir a participação da população na gestão e uso de áreas de interesse cultural e de lazer (CONDEPHAAT, 2025). Dessa maneira, a refuncionalização da estrutura envolve a criação de áreas de lazer e cultura acessíveis à população da cidade. Sendo assim, iniciativas esportivas e culturais são oferecidas nas várias repartições existentes nos galpões. Essa dinâmica ocorre por um esforço de preservar um patrimônio histórico vinculado a identidade urbana da cidade o reintegrando ao cotidiano urbano através da reapropriação social do espaço.

Como foi mostrado no capítulo 1, algumas iniciativas fazem o uso informal da estrutura, como é caso da academia MM Boxe. Mas, ainda que essa ocupação não possua formalmente a cessão do uso, ela confere à essa forma urbana um novo sentido funcional. A ocupação viabiliza então uma refuncionalização, desenvolvendo uma simbologia social que concebe uma reapropriação das estruturas. Esses antigos galpões ferroviários que marcam a paisagem, ao serem reapropriados por atividades comunitárias e coletivas, ressignificando o uso do território.

No caso da academia MM Boxe, vimos que se constrói uma identidade a partir do reconhecimento da coletividade, que é essencialmente representada pela simbologia. Por meio de trajetórias, princípios, valores e crenças em comum, os membros da academia desenvolvem uma relação com a forma que altera seu papel

no espaço urbano. A realização de práticas esportivas, educacionais e culturais pela academia, viabilizam a conservação da estrutura e também transformam a vivência da cidade, promovendo outra interação com a paisagem urbana.

Nesse sentido, compreender o espaço urbano como produto das múltiplas interações sociais implica reconhecer que objetos fixos — embora concretos — carregam intencionalidades, memórias e disputas. Eles se tornam marcas de uma organização social como elementos que expressam poder e representatividade cultural, destacando a dimensão social do espaço e orientando uma constante ressignificação. Essa reconfiguração contínua do tecido social, permite a reinterpretação da cidade sob diferentes contextos históricos e temporais. A conjunção de eventos, ações e processos que ocorrem simultaneamente no espaço, conectando objetos, pessoas e instituições estabelecem o acontecer solidário (SANTOS, 2020), onde as relações urbanas são influenciadas também por essas formas.

Observamos que a indissociabilidade entre sociedade e espaço abrange as práticas, relações e contradições que se constituem historicamente. Assim o território urbano emerge como a materialização dessas interações sociais, culturais, políticas e econômicas, convertendo a cidade em território, já que converge fluxos (de pessoas, poder, informação) que resultam de um sistema complexo da organização social coletiva. As interações entre sistemas e objetos espelham significados que transcendem a função material dos fixos. Os galpões ferroviários, enquanto fixos, foram concebidos para finalidades estritamente técnicas - armazenamento, manutenção e suporte às atividades ferroviárias. Porém, a apropriação desse espaço pela academia insere novas práticas, relações sociais e aspectos simbólicos no interior dessas formas, convertendo um objeto técnico do passado em um ponto de encontro, sociabilidade, saúde e construção comunitária.

Capítulo 4 – Disputas territoriais: produtores do espaço urbano e o exercício de direitos

Visto a complexidade dos processos que estruturam o espaço urbano, as relações de poder que se estabelecem sobre o território revelam quem poderá exercer seus direitos e quem os serão negados. Nesse contexto, o acesso à moradia, ao transporte, aos equipamentos públicos e às oportunidades econômicas não estão distribuídas de maneira equitativa, mas sim de acordo com poder e controle territorial. Os agentes sociais têm suas ações marcadas por desigualdades que demonstram lógicas diversas, e muitas vezes conflitantes (SANTOS, 2020). Esse aspecto retoma a divisão social e territorial do trabalho já que a “[...] inserção desigual de diversos territórios e formações sociais no mercado capitalista, criaram uma geografia histórica global da acumulação do capital [...]” (HARVEY, 2005, p. 193). Consequentemente, esses processos também se refletem na distribuição de recursos, equipamentos e infraestruturas sobre o território, provocando uma diferenciação de acesso à cidade.

A mercantilização da terra urbana é vinculada a essa diferenciação na distribuição de recursos, que prioriza a valorização imobiliária, precificando a utilidade de espaços e consequentemente de estruturas urbanas. Quando o valor do solo urbano passa a ser definido pelo mercado, se torna um mecanismo de exclusão social que restringe o acesso de determinados grupos sociais a equipamentos e serviços públicos urbanos. Logo, a disputa por localizações privilegiadas, desloca a população com menor renda para áreas periféricas, onde a precariedade de infraestruturas e serviços intensifica a vulnerabilidade desses habitantes.

Embora a mercantilização da terra urbana cause essa fragmentação socioespacial, ela também mobiliza zonas de luta e resistência, já que diante das dificuldades que tais grupos passam a enfrentar, esses indivíduos passam a se articular de maneira coletiva e política, reivindicando direitos que já são garantidos pela constituição cidadã. Essas resistências passam a ser elementos cruciais no processo de reapropriação das cidades, definindo objetivos que buscam reverter esses processos de exclusão citados anteriormente, além de tentar garantir melhores condições de vida para a população por meio da ampliação ao acesso à educação, saúde, cultura, entre outros. Como vimos com o caso da ocupação MM Boxe, grupos sociais organizados desafiam a lógica de consumo capitalista do espaço e adaptam o território de acordo com suas necessidades e interesses coletivos. Assim, os espaços

de luta e resistência são sustentados justamente pela contradição entre a lógica mercantil da cidade e o direito à permanência e à dignidade, funcionando como espaços onde a cidadania é disputada, ampliada e ressignificada.

Diante desse contexto, é importante ressaltar novamente que, embora haja interação entre os diversos agentes sociais que produzem e consomem o espaço urbano, as condições para debater e exercitar direitos são desproporcionais e variam conforme a influência e poder do agente. Com mais representantes na administração pública, os agentes econômicos e corporações financeiras passam a manipular decisões sobre a regulamentação do uso do território que apenas o Poder Público detém. Assim, a organização de populares que se entendem pertencentes dos grupos marginalizados, transforma indivíduos isolados em cidadãos coletivos, capazes de disputar poder e direitos no território, contestando o modelo hegemônico imposto a eles.

É possível afirmar dessa maneira, que as formas se estabelecem como instrumentos que podem ser utilizados para organização, circulação e dominação do território, mas também podem promover a democratização dos espaços na disputa pelo direito à cidade. Elas são os instrumentos pelos quais se materializam as resistências na paisagem, sendo essenciais para o processo de territorialização e de transformação urbana. A ocupação de estruturas e espaços abandonados por meio de ações coletivas, às transformam em locais de convivência, cultura ou moradia.

Essas alternativas para organização do espaço urbano fortalecem os grupos socialmente excluídos em suas disputas pela reapropriação do território, sobretudo quando a dimensão simbólica assume papel significativo, como é o caso da academia MM Boxe, que com suas práticas esportivas e sociais ressignificou a forma de maneira estrutural e cultura, se pondo como resistência ao sistema de mercantilização do espaço urbana da cidade de Rio Claro. A dinâmica adotada pela academia para o exercício e reivindicação de direitos, demonstra também a capacidade que os indivíduos possuem quando articulados. Além de suprir suas demandas particulares, efetivam direitos promovendo a justiça social.

Neste sentido, nota-se que para além cumprir deveres impostos por leis, é preciso poder se reconhecer entre os pares na sociedade, para que os indivíduos possam se sentir cidadãos pertencentes a uma coletividade e tenham acesso a herança social. É no convívio comunitário que as pessoas passam a compartilhar

símbolos e valores que legitimam suas práticas de luta e lhes confere conquistas sociais e políticas. Para tal, destacam-se três pilares dos direitos dos cidadãos

[...] os direitos civis como aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, garantindo a vida em sociedade; os direitos políticos que definem as normas, os limites da ação coletiva e individual e garantem a participação no governo da sociedade e os direitos sociais como garantia de acesso à riqueza coletiva através do direito à educação, à saúde, à aposentadoria, ao trabalho e ao salário justo. Estes direitos compõem um conjunto de ações que configuram o que as democracias modernas consideram como justiça social (CASTRO, 2003, p.12).

Entende-se que a cidadania se faz através do conjunto indissociável de direitos e deveres que orientam a participação dos indivíduos na vida social, política e territorial. Mas a distribuição de serviços desigual, compromete a efetivação dessas ações.

Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro. (SANTOS, 2011, p. 190).

Como vimos anteriormente, mesmo que o Poder Público tenha se posto ao longo da história como representante dos interesses coletivos, na prática ele atua como mediador das demandas privadas, favorecendo principalmente classes sociais dominantes. Neste cenário, Harvey (2005), destaca que ao universalizar interesses específicos como se fossem legítimos à toda população, o Poder Público também mascara relações de dominação sob o discurso da neutralidade e do bem comum, assumindo um papel no processo de dominação de classes.

Toda nova classe que se põe no lugar da classe dirigente anterior fica obrigada, para levar a cabo seu objetivo, a representar seus interesses como um interesse comum de todos os membros da sociedade [...] precisa dar as suas ideias a forma de universalidade, e representá-las como as únicas ideias racionais e universalmente válidas. A classe que promove a revolução, aparece desde o início [...] não como uma classe, mas como a representante do conjunto da sociedade (MARX e ENGELS, apud HARVEY, 2005, p. 81).

Logo, sob a justificativa de modernização e de progresso, são implementadas políticas de desenvolvimento urbano que colaboram com a visão de consumo do território como mercadoria, favorecendo o mercado imobiliário, mas

excluindo a populações mais vulneráveis. Na cidade de Rio Claro, pode-se exemplificar esse processo pelo caso que aconteceu no Horto Florestal, onde uma área do horto foi ocupada por cerca de cem trabalhadores sem-terra, organizados pela Associação Brasileira do Uso Social da Terra (ABUST) que reivindicaram o uso das terras ociosas. Mas, por meio do Poder Público, houve uma reintegração de posse da área, com a justificativa de proteção a unidade de conservação e a sua variedade de eucaliptos. O Horto Florestal é anunciado com frequência, como uma das principais atrações turísticas da cidade de Rio Claro (PARQUES NO BRASIL, 2010), e a gestão municipal se utiliza dessa narrativa para transformar o Horto em um ativo urbano, fomentando a especulação imobiliária.

Podemos observar nesse contexto, que mesmo com o papel de garantir dignidade para a população, o Poder Público decidiu mediar a situação de uma forma que favoreceu os agentes financeiros locais, reforçando as desigualdades sociais, já que não promoveu uma solução que considere tanto a preservação quanto a função social da terra. Essa situação evidencia as prioridades da administração municipal em prol de interesses hegemônicos.

Como mostrado, a cidadania se faz através de diferentes dimensões, mas o elemento territorial é crucial para sua materialização. O acontecimento das apropriações sociais está relacionado as possibilidades que o território proporciona. Portanto, há múltiplas formas de se reconhecer enquanto cidadão, revelando diversos modos de apropriação e de acesso ao território. Possuir acesso aos lugares é um meio que permite à população usufruir das possibilidades existentes nas cidades, além de propiciar reconhecimento espacial.

Dessa maneira, conceder aos cidadãos participação no processo decisório sobre as demandas coletivas, é também promover um acesso mais justo e igualitário às oportunidades para população urbana. O cidadão emerge justamente da participação na elaboração e efetivação de seus direitos e deveres. É por meio da prática de ações que o indivíduo pode afirmar seu pertencimento à sociedade, como reflete Santos (2011)

A prática dessa porção de liberdade adquirida foi o aprendizado para novas liberdades, até que se chegasse às ideias modernas de sociedade civil, um corpo social que só existe porque há homens ciosos dos seus direitos; e existe a despeito do Estado. (SANTOS, 2011, p.85)

O debate sobre direitos e cidadania mostra-se amplo, uma vez que sempre haverá o novo criando e recriando demandas e organizações. A cidade se põe então, como a materialização física de um território, que reflete interações entre os atores que estruturam a vida urbana, constantemente transformada em uma disputa por recursos, poder e identidade. Logo, quanto mais democrática e participativa for a gestão do território, mais essas possibilidades se distribuem de forma equitativa, contribuindo para a construção de uma cidade e cidadania que sejam efetivamente vivenciadas por todos.

4.1 Entre o Concreto e o Coletivo: a responsabilidade social para além da propriedade

Para conceder uma vida digna aos seus habitantes, uma cidade deve promover moradia adequada, transporte acessível, serviços públicos eficientes, oportunidades de trabalho, acesso à cultura e participação ativa nas decisões sobre o futuro de seu território. Uma vida digna não se restringe à sobrevivência, mas envolve pertencimento, autonomia e a possibilidade de construir coletivamente um ambiente justo e acessível para todos. Mas destacado ao longo deste trabalho, o capitalismo é fundamentado pela apropriação desigual Lefebvre (2001), onde essas “desigualdades de acesso ao usufruto de direitos, apoiam ou limitam a produção e o consumo do espaço urbano, dependendo da classe social a que o indivíduo pertence” (OLIVEIRA; OLIVEIRA DO Ó; SANTIAGO, 2024, p. 346). O espaço urbano passa a servir para à acumulação de riquezas, valorização da propriedade e concentração de poder.

Da perspectiva geográfica, todos os conjuntos de elementos estão conectados. Ou seja, as relações que se desenvolvem entre formas, funções, indivíduos e práticas são produtos da sociedade - não apenas físico ou material, mas também carregado de significados, representações e valores culturais. Logo, os alicerces das cidades - como infraestruturas para circulação de pessoas, produtos e informações - são carregados de memórias, vivências e símbolos que lhes atribuem sentido. Dessa maneira, o espaço urbano não pode ser construído ou administrado apenas com base em critérios funcionais ou mercadológicos. Ele deve atender prioritariamente às necessidades básicas de seus habitantes, como moradia, mobilidade, saúde, educação e trabalho.

Todos esses direitos são estabelecidos pela Constituição Federal Brasileira e estipulados como garantias individuais, mas a cidade, como uma aglomeração populacional, coloca uma série de questões e obstáculos para seus habitantes enquanto cidadãos, justamente por concentrar múltiplas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais em um mesmo território. Ao mesmo tempo, os obstáculos impostos pela vida urbana não são vivenciados de maneira isolada: eles se entrelaçam nas trajetórias individuais e, por isso, tornam-se experiências compartilhadas entre os indivíduos que vivem condições semelhantes, que a partir disso, constroem a percepção coletiva sobre questões individuais do ser humano. Santos (2011) pondera sobre

Sozinhos, ficamos livres, mas não podemos exercitar a nossa liberdade. Com o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, me diante a organização. É assim que nosso campo de luta se alarga e que um maior número de pessoas se avizinha da consciência possível, rompendo as amarras da alienação. É também pela organização que pessoas inconformadas se reúnem, ampliando, destarte, sua força e arrastando, pela convicção e o exemplo, gente já predisposta, mas ainda não solidamente instalada nesses princípios redentores. (SANTOS, 2011, p.159).

Esse reconhecimento coletivo, incita a articulação entre os grupos sociais que buscam políticas que atendam às demandas populares. Esse processo marca a passagem do indivíduo isolado para o cidadão político, capaz de reconhecer que suas condições de vida estão relacionadas a estruturas socioespaciais mais amplas. Nesse contexto, os objetos geográficos - como rodovias, hospitais e escolas – são elementos fundamentais dessa mobilização, pois não são apenas objetos materiais, mas componentes que organizam e condicionam o cotidiano, concretizando os direitos sociais. São eles os fixos, que resultam de processos políticos, econômicos, culturais e sociais. Envolvem decisões sobre quem tem acesso a quê, onde e de que forma, indicando as políticas públicas que se efetivam pelo território, mas também revelando as desigualdades na distribuição desses aparatos.

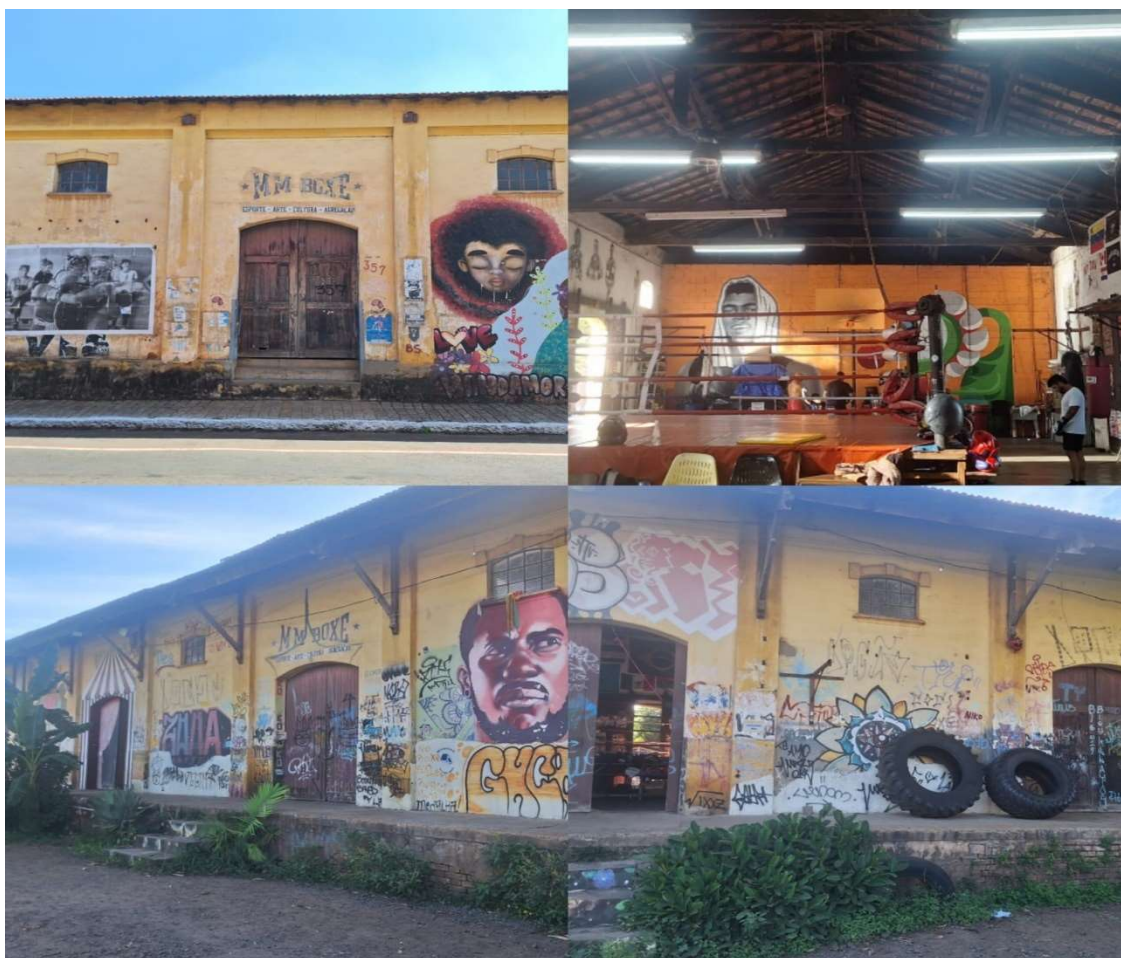
O abandono desses fixos, por exemplo, revela uma das contradições da urbanização contemporânea: estruturas que antes sustentavam a dinâmica social e produtiva tornam-se inadequadas diante das novas lógicas do capital, como já foi exposto anteriormente no capítulo 1. Esse abandono, deixa vazios que fragmentam o território, demonstrando a negligência do poder público em relação a eles, ressaltando ainda mais as desigualdades.

Mas é justamente nesse cenário que surgem alternativas de resistência urbana. Por exemplo, quando os integrantes da academia MM Boxe ocuparam galpão e reestruturaram seu uso, esse objeto geográfico passou a ter um valor simbólico e social, evidenciando a luta e a resistência de identidade do grupo sobre o território. É por meio da utilização do galpão que esses indivíduos, em coletivo, afirmam sua existência, produzem vínculos com o lugar e se reconhecem como pertencentes ao coletivo. Portanto, a ocupação desses fixos devolve função e significado, transformando esses objetos em instrumentos políticos. Como afirma Santos (2011), o espaço do cidadão é aquele que resulta de práticas que subvertem o uso hegemônico da cidade e recolocam o indivíduo como agente transformador do território.

É assim que se transmite a identidade social de um grupo ou de grupos. Pela coexistência e indissociabilidade do simbólico e do material no território. Dessa maneira as práticas que se realizam para a efetivação dos direitos dos cidadãos urbanos também desenvolvem a função social dos objetos.

Dessa maneira, o espaço então, assim como a linguagem, tem o poder de comunicar signos que expressam valores, disputas e identidade. Se considerarmos os fixos como elementos que carregam significados sociais e políticos, podemos então, ler o espaço através deles e das paisagens que narram histórias do desenvolvimento urbano, tanto das centralidades valorizadas, como das periferias negligenciadas. Nesse sentido, a cultura tem um papel fundamental como um conjunto de valores e práticas comunitárias. É a cultura que define como esses símbolos são produzidos, reconhecidos e disputados. É uma das formas de comunicação entre as diferentes dimensões da vida humana, viabilizando o aprendizado sobre as relações entre o indivíduo e o espaço. Santos (2020, p. 326) ao citar P. Rimbaud (1973, p. 283) afirma que “a cidade transforma tudo, inclusive a matéria inerte, em elementos de cultura”. Podemos então conferir, como os integrantes da academia MM Boxe utilizam símbolos da cultura do boxe (para além do esporte, mas como prática social de cidadania) para consolidar uma identidade ao espaço, dando forma material à sua cultura. A seguir, podemos observar através da foto 17 e da figura 2 a área externa e interna do prédio ocupado pela academia, que através dos grafismos expressam seus valores e crenças, e como o grupo utiliza a figura de um trem a vapor para representar tanto o local, quanto a estrutura, expressando a preservação do espaço através de suas práticas.

Foto 17: Exterior e interior da academia MM Boxe e os grafites como símbolos em 19/05/2025.



Fonte: Acervo da autora.

Figura 2: Logo da academia MM Boxe.



Fonte: Facebook da academia MM Boxe (MM Boxe - Rio Claro), 2025.

Observamos assim como diferentes sistemas são necessários para a existência do coletivo. A cultura destaca-se como um elemento que integra as relações

sociais e espaciais através de seus símbolos pelo território. Ela auxilia na construção de um entendimento comum das vivências e promove a cooperação entre os diferentes sistemas, ajudando a valorizar a diversidade, fortalecendo o senso de pertencimento e a legitimidade de ações coletivas. É um recurso que viabiliza a participação social na construção de espaços mais igualitários.

4.2 Função social da propriedade: do discurso à realidade

As necessidades sociais, principalmente as coletivas, redefinem as formas, funções e estruturas das cidades, moldando espaços. Isso mostra que, por mais que haja uma grande força do sistema capitalista para tornar o indivíduo um ser eremítico, as suas necessidades básicas o invocam como cidadão. Dessa forma, a existência do espaço social é indissociável da materialidade que o sustenta, ao mesmo tempo em que essa materialidade é repleta de práticas sociais, políticas e econômicas que lhe conferem sentido.

Como mostrado anteriormente, os fixos e os fluxos simbolizam o passado no espaço e dão o tom às dinâmicas contemporâneas nas sociedades modernas. O acesso que os indivíduos terão aos objetos materiais e simbólicos, evidencia quem é reconhecido como cidadão e quem, por consequência, é excluído das práticas de cidadania.

A distribuição desigual dos fixos no espaço e o controle seletivo dos fluxos são mecanismos que tanto revelam quanto reproduzem as hierarquias sociais. A acessibilidade à memória, aos espaços e a serviços se torna então uma vantagem para os indivíduos ao invés de um direito. A acumulação desigual dos tempos (SANTOS, 2020) que marcam os objetos geográficos, implica por si só na segregação territorial do espaço urbano, destacando como algumas áreas recebem continuamente investimentos e são modernizadas, enquanto outras sofrem com a precariedade de serviços oferecidos e se fragmentam do todo.

Nesse contexto, as ideias relacionadas à modernização presumem padrões de desenvolvimento associados à lógica do progresso técnico, econômico e urbano, em detrimento das práticas, valores e saberes locais. Como resultado, formas de habitar, expressar-se e viver que pertencem a grupos periféricos ou historicamente excluídos são desvalorizadas ou apagadas. Assim se fazem necessários mecanismos

que ajudem a igualar o acesso, tanto do espaço como dos direitos constitucionais entre os diferentes grupos sociais.

No Brasil, através do projeto desenvolvimentista da nação entre as décadas de 1960 e 1970, surgem órgãos e planos diretores para auxiliar na estruturação de um território melhor desenvolvido. No entanto, por ainda serem influenciados pela dinâmica higienista dos séculos XIX e XX, esses instrumentos eram pouco participativos e acabavam reforçando a segregação socioespacial. É a partir da redemocratização nos anos 1980 que o planejamento urbano se transforma em uma ferramenta de acesso aos direitos sociais, para além de um instrumento de ordenamento territorial.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, passa a se reconhecer o direito à moradia e a função social da propriedade como inerente ao cidadão. O planejamento urbano se instaura e passa a ser uma diretriz para a justiça urbana que busca garantir políticas públicas que supram suas necessidades básicas como transporte, habitação, saúde e educação. A partir disso os municípios passaram a possuir uma maior responsabilidade jurídica perante a união, estabelecendo um novo pacto federativo na descentralização do poder.

Como mencionado nos capítulos anteriores, o reconhecimento dos municípios como entes autônomos em sua administração, legislação e tributação, fortalece o poder de organização territorial. O que significa na prática que os municípios ficam responsáveis pela sua gestão urbana, estabelecendo diretrizes para o uso e ocupação do solo, preservação ambiental, promoção da função social da cidade e da propriedade urbana, conforme determina o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

É importante ressaltar que os municípios brasileiros são amplamente distintos entre si, seja por suas dinâmicas sociais, econômicas ou territoriais. Portanto a aplicação das diretrizes do Estatuto nas cidades, deve ser sensível às realidades locais, já que seus habitantes enfrentam desafios diferentes. Dessa forma, surge também a necessidade de verificar se as ações promovidas pelas gestões municipais são de fato para o benefício coletivo da população urbana ou, se favorecem os interesses de grupos hegemônicos que disputam a produção do espaço urbano (CORRÊA, 1989). Como instrumento de intervenção no território, o planejamento auxilia na interrelação entre os sistemas de produção, reprodução e circulação (OLIVEIRA CRUZ, 2012). Ou seja, quando bem formulado, ele promove maior

racionalidade na ocupação do solo, reduz conflitos de uso, garante acessibilidade, ordenar fluxos e ampliar a oferta de serviços essenciais. Porém, se alinhado a interesses de ordem econômica, por exemplo, sua aplicação pode aprofundar desigualdades ao priorizar áreas economicamente estratégicas, promover segregações, favorecer a especulação imobiliária ou produzir normas que desconsideram práticas locais. Nesse contexto, se manifestam os desafios do planejamento urbano. Ao mesmo tempo que possibilita organização e justiça espacial, pode também intensificar tensões e exclusões, devendo, portanto, encontrar um equilíbrio entre os interesses e ações que vão incidir sobre as formas e o espaço.

Como já foi exposto, com a implementação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), aprovado mediante a Lei Federal nº 10.257 de 2001, regulamentando os artigos 182 e 183 da CF/88, foi possível viabilizar e regulamentar direitos como a função social da propriedade, que entende que a propriedade urbana deve atender às necessidades coletivas mesmo que a propriedade seja privada. Ou seja, os imóveis em meio urbano, não utilizados, devem atender as necessidades sociais (BERTH, 2023).

A função social da propriedade constitui um princípio fundamental para a efetivação dos direitos sociais, pois estabelece que o uso da terra e dos bens urbanos deve atender não apenas aos interesses privados, mas também às necessidades coletivas da sociedade. A propriedade deixa de ser um instrumento exclusivo de acumulação e passa a integrar um projeto mais amplo de justiça territorial, no qual o cumprimento de direitos sociais depende diretamente da forma como o território é organizado, distribuído e gerido. Essa função orienta políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal. Reafirmar a execução de direitos sociais em todas as esferas é essencial para garantir a justiça social no enfrentamento de um sistema econômico que visa o lucro e acumulação de riquezas, precificando todos os elementos da vida humana.

Dessa maneira, a participação popular nas propostas e nas decisões territoriais também passou a ser obrigatória (ALVES, 2020), já que representa um avanço democrático fundamental na gestão do território, firmando o planejamento como um instrumento jurídico e político que promove a democratização da gestão urbana. A presença da população na formulação, implementação e controle das políticas urbanas, incluindo planos diretores, audiências públicas e processos de revisão territorial, busca corrigir desigualdades históricas, equiparando o direito à cidade e transformando o território em um lugar de escolhas coletivas.

Logo, a articulação de coletivos e movimentos sociais e a refuncionalização das formas, demonstram como a democratização da gestão territorial não depende apenas de instrumentos técnicos, mas também da capacidade que diferentes grupos sociais têm de intervir no espaço e atribuir novos sentidos às formas existentes. A refuncionalização evidencia como o território pode ser reinterpretado a partir das demandas sociais contemporâneas. Os coletivo e movimentos sociais tornam visíveis demandas que historicamente foram negligenciadas, especialmente aquelas relacionadas ao acesso à moradia, mobilidade, cultura, lazer e infraestrutura básica. Dessa forma, a luta por um espaço urbano mais igualitário e por justiça social requer mecanismos que reivindicam o direito à cidade como orientador de políticas urbanas.

Um planejamento urbano que busca justiça social não pode ser dissociado nem da refuncionalização das formas nem da ação coletiva. Ambos mostram que o território é produto de múltiplas intencionalidades e que uma cidade mais justa só é possível quando o Poder Público reconhece o valor político das práticas sociais, as incorporando nos processos decisórios. Nesse encontro entre burocracia e ação, o território deixa de ser apenas um cenário para as desigualdades e passa a ser também campo de reconstrução cidadã, no qual novas funções, novos usos e novas vozes transformam a cidade em obra coletiva.

4.3 Mobilização popular e a transformação do espaço urbano pela função social da propriedade

A mobilização popular e a atuação dos movimentos sociais têm papel crucial na transformação do espaço urbano e na ampliação de acesso à direitos para a população, especialmente quando articuladas ao princípio da função social da propriedade. Em um contexto marcado por desigualdades históricas no acesso à terra e aos benefícios da urbanização, esses grupos emergem como agentes capazes de tensionar as estruturas de poder que regem a produção do território. É por meio desses grupos que as resistências se materializam, mobilizando diferentes estratégias de enfrentamento às dinâmicas excludentes, como a segregação socioespacial. Conforme Porto-Gonçalves (2006), os movimentos sociais ressignificam o espaço e geografam a terra com novos símbolos. Pode-se dizer que é através deles que ocorre a conscientização do que se é e o que se deve ser.

Para compreender de forma mais consistente a organização dos grupos sociais e as formas de resistência que existem na atualidade, é necessário considerar algumas particularidades da urbanização na formação socioespacial brasileira. Entre esses elementos estruturantes, destacam-se a intensa concentração fundiária e a utilização histórica de mão de obra escravizada. Essas dinâmicas constituíram pilares que estruturam até os dias de hoje, uma sociedade marcada pela exclusão social e espacial. A escravidão estabeleceu a desvalorização da vida negra e indígena, se projetando de forma estrutural nas dinâmicas relacionais. A concentração fundiária impediu e ainda impede o acesso igualitário a terra e à moradia, negando a possibilidade a grupos sociais mais vulneráveis, de viverem de forma digna. Essas duas características são cruciais para se entender o deslocamento da população mais pobre para as periferias das cidades e a dificuldade de acesso que essas pessoas têm a infraestruturas e serviços sociais.

É essa falta que impõe à população mais pobre limites para o exercício da cidadania e à participação na vida urbana. Ao passo que simultaneamente, também incita esses indivíduos a criar suas próprias formas de organização para reivindicar um território mais justo e inclusivo. Nesse contexto, uma das estratégias empregadas pelos movimentos sociais é a de ocupar espaços (imóveis ou terrenos subutilizados ou abandonados). Assim, eles podem promover práticas coletivas, mas também atender suas demandas particulares de maneira que a função social da propriedade se efetive.

Essa dinâmica pressiona o Poder Público a reconfigurar a ordem existente. Isso ocorre porque ao ocupar territórios, propor novos usos para formas e resistir a processos de exclusão, os movimentos sociais forçam a criação de alternativas para novas sociabilidades possíveis. Ou seja, os movimentos sociais questionam e desafiam a organização hegemônica existente, evidenciando as próprias contradições instauradas no espaço-tempo e na própria realidade (SANTOS, 2020). Nesse contexto, a contradição se destaca como elemento principal na reprodução das relações sociais dentro do sistema capitalista, já que o próprio sistema se estrutura a partir de tensões que são renovadas constantemente.

A base das contradições é justamente a oposição entre produção coletiva e apropriação privada. No caso das ocupações, por exemplo, se destacam ainda a legitimidade oposta a legalidade, a autonomia oposta a dependência do poder público, a gestão coletiva e as divergências internas, a produção de direitos contra a

precariedade estrutural e a transformação social em oposição a apropriação pelo sistema capitalista. Logo, a ocupação que a academia MM Boxe realiza, apesar de ser passiva, não se isenta desses paradoxos, como reflete a seguir, um dos entrevistados sobre a qual instituição pertence o prédio ocupado

Porque até onde eu sei, aquilo era da FEPASA que era do estado, mas ao mesmo tempo as linhas férreas também eram da União também, então você vê como a coisa vai se misturando. É isso. A gente tá lá, mas não tem um documento. Concessão para a instituição ou instituto MM Boxe. (Trecho da resposta em entrevista realizada com professor de boxe, integrante da gestão da academia - homem, 38 anos - em 30 de abril de 2025).

Diversas ocupações realizadas por movimentos sociais evidenciam essa contradição específica do direito social à propriedade e a utilização exclusiva por interesses privados. Diante disso, os movimentos sociais são protagonistas para efetivar a função social da propriedade. São eles que questionam diretamente o uso exclusivo e improdutivo do solo urbano. Mais do que questionar, a atuação deles constitui um mecanismo democratizador do território, e demonstra que a cidade deve servir às necessidades coletivas e não apenas aos interesses privados. Eles promovem a esperança de mudança na configuração social ao oferecer aos cidadãos participação na produção e transformação da cidade.

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção (HARVEY, 2014, p.24).

Logo, as disputas pelos artefatos públicos (ROLNIK, 2019) revelam diferentes projetos para a cidade, onde de um lado, a lógica neoliberal transforma tudo em mercadoria e do outro, os movimentos sociais se impõe para efetivar à cidadania e garantir acesso a direitos essenciais. Nesse sentido, cabe destacar que existem movimentos sociais que lutam em diferentes campos da vida em sociedade. A exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que reivindica moradia digna e reforma urbana, o Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) que defende comunidades atingidas por hidrelétricas e exigem reparação e justiça ambiental, e o Movimento Cultural das Periferias (SP) que objetiva promover a participação cultural através da identidade local desses espaços, desenvolvendo

diversas iniciativas e expressões culturais em áreas periféricas da cidade de São Paulo.

Esses grupos operam nas fissuras do modelo de cidade orientado pelo mercado, utilizando a estratégia de ocupar e apropriar prédios públicos abandonados, terrenos ociosos, praças e equipamentos subutilizados para denunciar a desigualdade urbana. Para além de uma tática, ocupar é uma prática política que expõem a contradição entre a função social da propriedade e uma cidade fragmentada por interesses privados. Essa lógica também é observada na ocupação realizada pela academia MM Boxe, pela apropriação do antigo galpão ferroviário em Rio Claro.

A academia, ao exercer um papel político na promoção da cidadania em Rio Claro, e ao ressignificar essa forma urbana por meio da ocupação coletiva e de práticas esportivas/sociais, estabelece uma alternativa ao abandono, à violência e à exclusão. Sua atuação oferece à população oportunidades de integração, proteção e construção de pertencimento ao território, especialmente através do projeto social. Além disso, a conduta adotada pelos responsáveis é inspirada pela lógica de coletivos sociais. Mais do que o desenvolvimento da capacidade esportiva, eles desafiam a lógica de acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e ao próprio território da cidade, se observamos sua localização central. A ocupação MM Boxe se materializa como resposta à demanda da população da cidade por espaços de práticas esportivas e de identidade cultural.

É importante ressaltar que apesar de seu papel coletivista e posicionamento político, essenciais para enfrentar a lógica hegemônica imposta aos lugares, os integrantes da academia não estão articulados de forma a mobilizar atos públicos ou exercer uma pressão política em torno de uma pauta explícita. O grupo não propõe uma mudança estrutural da sociedade. Mas é inegável que estão organizados de modo a estimular a reivindicação de direitos, promover ações político-culturais e construir relações de cooperação tanto entre seus membros quanto com a população urbana de Rio Claro (como abordado anteriormente no capítulo 2). O grupo se firma “como agentes e protagonistas de seus destinos - por mais modesta que essa atuação de fato seja.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.83).

Nesse contexto, a experiência da academia MM Boxe em Rio Claro mostra como iniciativas comunitárias podem operar como potência transformadora. Ao ocupar uma parte do galpão ferroviário abandonado e convertê-lo em um espaço de práticas esportivas, convivência social e proteção para crianças e jovens periféricos,

a MM Boxe realiza, ainda que de forma não institucionalizada, o princípio da função social da propriedade. Seu trabalho evidencia que, quando a sociedade civil intervém para suprir a ausência de atuação do poder público, ela não apenas recupera essas estruturas urbanas degradadas, mas também produz cidadania, pertencimento e novas territorialidades. Assim, a academia demonstra que a cidade justa não se constrói apenas por meio de normas e planos formais, mas também através de práticas cotidianas de resistência, solidariedade e reapropriação do espaço urbano, que reafirmam o direito coletivo de transformar o território e de nele existir plenamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da presente dissertação, foram apresentados elementos para embasar e contribuir para a compreensão da relação entre planejamento urbano, agentes sociais, acesso e exercício da cidadania. Aspectos importantes que influenciam direta e indiretamente no consumo e na produção do espaço foram destacados, para assim, abranger as disputas territoriais e os impactos no cotidiano da cidade.

Ao utilizar os conceitos apresentados por Lefebvre (2001) e Santos (2020, 2018, 2011) foi possível compreender o espaço geográfico, suas relações de poder e as dinâmicas socioeconômicas que regem a distribuição e o uso do território, para assim entender que o planejamento muitas vezes reforça desigualdades ao invés de promover justiça social. Nesse sentido, a cidade não pode ser reduzida a mercadoria ou instrumento de acumulação – como a lógica capitalista nos leva a acreditar. Ela é, antes de tudo, uma construção social compartilhada, obra coletiva, que deve garantir condições de vida dignas e participação ativa aos seus habitantes.

As ocupações surgem nesse contexto como instrumentos de democratização territorial. Os movimentos e coletivos sociais são agentes com força e articulação para reivindicar e promover acesso aos equipamentos coletivos, infraestruturas e serviços urbanos (SOUZA, 2009). Entretanto, a ausência de uma estrutura burocrática formal e os conflitos com o poder público se tornam obstáculos para a estabilização dessas iniciativas. Sem reconhecimento institucional, os coletivos enfrentam dificuldades para se manterem ativos, captar recursos, dialogar com os órgãos públicos e proteger seus espaços diante de processos de deslegitimação ou até mesmo de reintegração de posse. Dessa maneira, embora os coletivos sociais sejam agentes centrais de democratização territorial, sua atuação encontra limites estruturais que revelam as desigualdades e disputas inerentes à gestão urbana.

A atuação dos diversos agentes sobre o território varia conforme o nível de influência e da capacidade de articular alianças uns com os outros (CORRÊA, 1989 e CASTRO, 2003). Dessa forma, a produção do espaço urbano resulta de interações desiguais entre agentes, nas quais alianças, conflitos e disputas definem os rumos do território e evidenciam que o espaço é continuamente construído a partir de relações de poder assimétricas. Isso influencia em como o espaço urbano é consumido e a quais serviços, equipamentos e infraestruturas os cidadãos terão acesso. Assim,

como o espaço é consumido afeta diretamente as relações sociais e o cotidiano da cidade, que se estabelece conforme os fluxos e interações espaciais (SANTOS, 2020).

Portanto, para se compreender melhor as trocas e os fluxos que se constituem no território, é preciso remeter a formação socioespacial do lugar, que no presente estudo se ateve a cidade de Rio Claro no interior do estado de São Paulo. Isso possibilitou a associação entre os agentes sociais e o desenvolvimento da cidade, para assim identificar questões sociais que atingem a população local.

Diante disso, a ocupação realizada pela academia MM Boxe em repartições do antigo galpão ferroviário, evidencia como as formas urbanas são heranças que sustentam o presente e configuram-se como o corpo de cada coisa (SANTOS, 2020). A refuncionalização das formas possibilita a realização de atividades que transformam o espaço, comprovando a dependência entre os elementos sociais. Esse processo expressa a identidade do grupo sobre o território, organizando-o segundo suas necessidades e interesses, ao mesmo tempo que é por conta dessa estrutura que o grupo pode manifestar seus ideais. O espaço se destaca tanto por condicionar a vida quanto por ser condicionado pela ação humana (SANTOS, 2020). Portanto, a academia só existe neste formato pois a estrutura a antecede na realidade da cidade.

A ocupação da qual tratamos aqui, trata-se justamente do movimento de apropriação social do território, sobretudo no contexto urbano, no qual a população, diante da ausência de políticas públicas adequadas de planejamento, cria suas próprias estratégias de acesso à cidade. É um movimento que carrega uma dimensão política, tensionando a forma hegemônica de produção do espaço e se estabelecendo como resistência social. Nesse contexto, as ações promovidas na cidade pela academia, viabilizam a participação social em diferentes contextos sociais. Foram apresentadas diferentes estratégias adotadas pelo grupo, para ocupar o espaço e reivindicar o direito à cidade. Essas estratégias resultaram em uma forma alternativa de viver a cidade, que transformou não apenas a função, mas também o significado da forma.

É nesse processo de atribuir sentido e valor que a academia MM Boxe territorializa o espaço. Por meio de ações concretas e práticas sociais a academia reorganiza a dinâmica do seu entorno, estabelecendo uma relação afetiva com o local. Sua presença cria redes sociais e políticas, conectando os habitantes e as instituições. Essa articulação reforça a legitimidade da ocupação, maximizando sua influência na cidade. A academia mostra que territorializar não é apenas ocupar fisicamente, mas

inserir-se nas relações sociais que definem o território, influenciada por múltiplos e variáveis comprometimentos (SOARES, 2018).

Contudo, como ocupação, a academia também expressa as condições históricas e culturais da sociedade, sendo afetada pelas relações de poder, desigualdades e contradições existentes na realidade social. Como mostrado ao longo do estudo, de maneira geral, as ocupações enfrentam condições que dificultam sua permanência. Os principais são: a falta de reconhecimento institucional, que impede acesso a recursos públicos; a ausência de infraestrutura adequada já que as ocupações costumam surgir em áreas abandonadas ou negligenciadas pelo poder público; estigmatização social que associa ocupações e suas práticas a insegurança e violência, desconsiderando sua função social e comunitária; vulnerabilidade a ações de reintegração de posse, muitas vezes motivadas por interesses imobiliários ou por políticas urbanas que priorizam a valorização econômica do território.

Embora desempenhe um papel social relevante ao oferecer práticas esportivas e ações que incentivam a participação coletiva na construção da cidade, a MM Boxe é suscetível às decisões políticas e às dinâmicas de uso do solo que não a reconhecem como agente legítimo de produção territorial. Dessa forma, a academia é um exemplo da ocupação como potência transformadora, mas também evidencia a fragilidade estrutural de iniciativas coletivas que estão inseridas em espaços urbanos disputados.

O Poder Público, enquanto principal agente na formulação de leis para o planejamento urbano – e o único com o poder de regulamentar essas diretrizes – tem o poder de minimizar tensões vividas pela ocupação e consequentemente, as desigualdades socioespaciais. Ao não assegurar para a população os direitos ao esporte, lazer e cultura, a Administração Municipal deixou uma lacuna para que a própria comunidade assumisse essa função. Inclusive, já poderia ter realizado ações de restauração do edifício o convertendo em um espaço comunitário público, ou ainda, apoiar de maneira mais efetiva o projeto social desenvolvido pelo grupo. Essa ausência do poder público faz com que a MM Boxe trabalhe sem segurança jurídica, sem infraestrutura adequada e à margem das políticas oficiais.

Nesse contexto, podemos observar como a dimensão política é fundamental para a melhoria da estrutura e na ampliação da atuação dos membros da academia. O fortalecimento das práticas esportivas e sociais realizadas pela ocupação, dependem de políticas urbanas e esportivas bem estruturadas, que visem

garantir um aumento da disponibilidade de recursos financeiros, a formalização de parcerias, a cessão oficial de uso do espaço e a integração com políticas intersetoriais, como assistência social, educação e cultura. Mas, enquanto as ações da academia não forem reconhecidas como necessárias à população local, o cenário será sempre de insegurança para a ocupação.

Contudo, através das práticas realizadas pela academia, o território deixa de ser apenas um reflexo das desigualdades existentes e passa a funcionar como ferramenta de justiça social. Ele se torna um dos caminhos possíveis para estabelecer uma sociedade mais igualitária (SANTOS, 2011), já que é na prática de construção e transformação do espaço que a cidadania se realiza. Logo, ao assumir um papel de centralidade no exercício de direitos urbanos, a academia se configura como instrumento de acesso ao espaço da cidade, especialmente para os jovens da periferia de Rio Claro. Ao nos atentar as narrativas dos integrantes, membros da academia e gestor público, fica evidente como o boxe permitiu a ressignificação do todo, criando um território de pertencimento ao longo do tempo, marcado pelo compartilhamento de valores, princípios e laços afetivos.

Portanto, a academia MM Boxe se tornou um elemento fundamental para o exercício da cidadania já que dela surgem novas possibilidades de convivência, participação social e transformação coletiva para a cidade de Rio Claro. Além disso, ao ponderar sobre o atual título de Cidade Americana do Esporte, a gestão do município pode utilizar o potencial do MM Boxe para promover eventos esportivos, fortalecer o calendário oficial e ampliar a visibilidade da cidade como polo do esporte. Dessa maneira, ao reconhecer a relevância territorial da MM Boxe e integrá-la às estratégias públicas, Rio Claro não apenas reforçaria a importância desse título, mas também demonstraria que o esporte é, efetivamente, uma política de inclusão social. Apoiar a academia MM Boxe significa investir em prevenção, pertencimento e cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALMA PRETA. **Conheça quem são Jucielen Romeu, Yuri Falcão e Luiz Oliveira, ouro na Copa do Mundo de Boxe**. Alma Preta, São Paulo, 7 abr. 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/conheca-quem-sao-jucielen-romeu-yuri-falcao-e-luiz-oliveira-ouro-na-copa-do-mundo-de-boxe/>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- ALVES, José Diego Gobbo. **Função social da propriedade ou especulação imobiliária? A aplicação dos instrumentos de ordenamento territorial no município de São Paulo entre 2014 e 2019**. Revista do Departamento de Geografia, v. 40, p. 13-25, 2020.
- ARQUIVO PÚBLICO DE RIO CLARO. **Arquivo Público Municipal de Rio Claro**, [s.d.]. Fotografias diversas. Consulta em: 2025.
- AZEVEDO, V. et al. **Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios**. Revista de Enfermagem Referência, n. 14, p. 159-168, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12707/RIV17018>.
- BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 mai. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 132, p. 1, 11 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.
- BRASIL. **Lei de Incentivo ao Esporte** (Lei nº 11.438/2006). Ministério do Esporte. Disponível em: gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/lei-de-incentivo-ao-esporte. Acesso em: 23 ago. 2025.
- CARDOSO, Maria Clara. **Memória e Patrimônio: Complexo ferroviário em Rio Claro - SP**. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2023.
- CARDOSO, Diogo et al. **Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), v. 11, p. 83-98, 2017.
- CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- CASTRO, Iná Elias de. **Instituições e território: Possibilidades e limites ao exercício da cidadania**. Geosul, v. 18, n. 36, p. 7-28, 2003.
- CICHOSKI, Pamela. RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. Geographia Opportuno Tempore, v. 6, n. 1, p. 141-147, 2020. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/38992>. Acesso em: 6 jul. 2024.

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. **Estação Ferroviária de Rio Claro**. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/estacao-ferroviaria-de-rio-claro/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CONTI, José Mauricio; MOUTINHO, Donato Volkers; DO NASCIMENTO, Leandro Maciel (orgs.) **Orçamento público no Brasil**. 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2023. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/2024/02/Livro-Orcamento-Conti-Moutinho-Nascimento-versao-em-pdf-1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

DEGRANDI, José Odím; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. **O conceito de Formação Socioespacial e sua potencialidade analítica e metodológica para a compreensão do Desenvolvimento**. V Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Rio Grande do Sul, p. 1-19, 2011. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2011/textos/98.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, C. S. T **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Vozes, 26 ed., Petrópolis - RJ, 2007. Disponível em: https://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf.

FREIRE, Maria Emília Lopes; LACERDA, Norma. **Patrimônio Ferroviário: em busca dos seus lugares centrais**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 9, n. 3, p. 559-572, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas S.A., 2008.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GRUPO RIO CLARO SP. **Rio Claro altera plano diretor para novas oficinas ferroviárias**. Rio Claro: Grupo Rio Claro SP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gruporioclarosp.com.br/geral/rio-claro-altera-plano-diretor-para-novas-oficinas-ferroviarias/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

GUAZI, Taísa Scarpin. **Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas**. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 2, 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume, 2005.

HOGAN, Daniel J.; OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. de; NETO, John Marion Sydenstricker. **Café, Ferrovia e População: O processo de urbanização de Rio Claro**. Unicamp, NEPO, Campinas, 1986, Texto 5, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MAPA SOUND SYSTEM BRASIL. **288CREW & Fino Sistema de Som**. Disponível em: <https://mapasoundsystembrasil.com.br/288-crew-fino-sistema-de-som/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovia: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.

MM BOXE - Rio Claro. Facebook: **MM Boxe - Rio Claro**. 08 set. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/mmboxe>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MOURÃO, Ludimila; SOUZA, Gabriela Conceição de. **Narrativa sobre o sul americano de judô de 1979: a legalização do judô feminino no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte, 15., CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 2., 2007. Pernambuco. Anais ...Pernambuco: [s.n.], 2007. Disponível em: <https://share.google/sN101gFKs2xX44iCR>. Acesso em: 20 nov. 2025.

NUNES, Andréa Batista. **Memória e ferrovia: diferentes gerações relembando a experiência da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em Rio Claro**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

O DIA. **Jhonatan “Tico” Conceição tenta manter invencibilidade no Outboxing Fight Night**. O Dia, Rio de Janeiro, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/esporte/lutas/2025/07/7097367-jhonatan-tico-conceicao-tenta-manter-invencibilidade-no-outboxing-fight-night.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

OLIVEIRA CRUZ, Dayana Aparecida Marques de. **Transporte público coletivo em Presidente Prudente: planejamento, mobilidade e acessibilidade no consumo do espaço urbano**. 2012.

OLIVEIRA, D. A. M; OLIVEIRA DO Ó, A. P; SANTIAGO; P. P. **Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social**. CAPEL, H; OLIVEIRA, F. G; ALGEBAIL, E; ZAAR, M; TUNES, R; RODRIGUES, T (org.). A geografia ibero-americana no contexto contemporâneo: um balanço crítico (volume 2). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024, p. 344-364.

PALMEIRAS. **Jhonatan Conceição inicia ciclo olímpico do boxe com medalha de bronze na Sérvia**. Site Oficial do Sociedade Esportiva Palmeiras, São Paulo, 2 maio 2017. Disponível em: <https://www.palmeiras.com.br/noticias/esportes/jhonatan-conceicao-inicia-ciclo-olimpico-do-boxe-com-medalha-de-bronze-na-servia/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PARQUES NO BRASIL – Unidades de Conservação no Brasil. **Sem terras invadem floresta estadual**. São Paulo: Parque no Brasil, 18 jan. 2010. Disponível em: parquesnobrasil.org.br/pt-br/noticia/77620. Acesso em: 5 abr. 2025.

PATERNIANI, Stella Zagatto et al. **Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência**. Campinas: dissertação de mestrado, IFCH, Unicamp, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e**

movimentos sociais na América Latina. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, p. 5-26, 2006.

PREFEITURA DE RIO CLARO. **Secretaria de Esportes.** Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/secretaria/secretaria-de-esportes/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

REVISTA FERROVIÁRIA. **Rumo vai manter em Rio Claro oficinas de vagões de trem após possibilidade de mudança, diz prefeitura.** Revista Ferroviária. 31 jan. 2022. Disponível em: <<https://revistaferroviaria.com.br/2022/01/rumo-vai-manter-em-rio-claro-oficinas-de-vagoes-de-trem-apos-possibilidade-de-mudanca-diz-prefeitura/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

RIO CLARO (SP). **Rio Claro ganha o título de Cidade Americana do Esporte.** Prefeitura Municipal de Rio Claro, Rio Claro, [s.d.]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/esportes/rio-claro-ganha-o-titulo-de-cidade-americana-do-esporte/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** Edusp, 2022.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia/** Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. – 6. Ed. 3 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2020.

_____. **A Urbanização Brasileira/** Milton Santos. - 5. ed., 4. reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

_____. **O espaço da cidadania e outras reflexões /** Milton Santos; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal-** 6* ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, Michel de Paula. **'Boxe é compromisso': políticas do corpo, territórios e histórias de vida de boxeadores na cidade de São Paulo.** 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental.** In: M.A. SAQUET; E.S. SPOSITO (orgs.), Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo, Expressão Popular, p. 57-67, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br>.

_____. RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** Unesp, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. **Capitalismo e urbanização [em linha].** 1988. Disponível em:

www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao___maria_encarnacao_beltrao_sposito__pdf_rev.pdf

VILLACA, Flavio Jose Magalhaes. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: **O processo de urbanização no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://share.google/0eUfhIB4I38fvFPSv>.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável**. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 251-262, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NwJwRjnrD9RKZ5pNNvYJTZf/?format=html&lang=pt>.

_____. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural**. Patrimônio e Memória, v. 5, n. 1, p. 137-152, 2007. Disponível em: <http://200.145.164.4/index.php/pem/article/view/145>.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 510/16 CNS)

Eu, Ana Paula de Oliveira do Ó, RG XXXXXXXX-X, mestranda no programa de pós graduação pelo Instituto Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Unesp - em Rio Claro/ SP, convido o(a) senhor(a) a participar do Trabalho de Dissertação de Mestrado: “A ocupação MM Boxe como espaço de luta e mobilização social em Rio Claro-SP”.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender como a academia de boxe MM Boxe, localizada no bairro Cidade Nova em Rio Claro, mobiliza a população na luta por direitos e incentiva o consumo dos espaços urbanos. Além de identificar quais atividades propostas pelo grupo, são desenvolvidas com o intuito de estimular o exercício da cidadania pela população, promovendo a conscientização na luta por direitos.

Se o (a) senhor (a) aceitar esse convite, o seguinte ocorrerá: será realizada uma entrevista individual semiestruturada, de aproximadamente 20 minutos, gravada em áudio e posteriormente transcrita, com os frequentadores e integrantes da academia MM Boxe na cidade de Rio Claro.

Os riscos em participar desta pesquisa são mínimos, podendo sentir desconforto, constrangimento ou timidez diante de alguma pergunta, sensação de exposição por ser observado(a), ou ainda de ser julgado em situações de observação da pesquisadora. Para diminuir as possibilidades do aparecimento dessas sensações descritas anteriormente, às perguntas da entrevistas foram elaboradas de maneira formal, sendo solicitadas apenas as informações pertinentes ao objeto de estudo, sendo as mesmas realizadas em local privado sem interferência de terceiros sendo permitido que o participante tenha acesso ao material das perguntas antes da gravação da entrevista quando solicitado, ou ainda que solicite que sua entrevista não seja gravada, e que a pesquisadora realize o registro das respostas de forma manual, onde o material produzido seja escrito. Fica sugerido ainda que, o(a) participante deixe de se manifestar diante da sensação de desconforto, sendo de sua escolha responder ou não alguma questão, ou ainda desistir de sua participação sem qualquer prejuízo em qualquer momento, para além disso a pesquisadora se dispõe a sair do local de observação em qualquer momento que seja solicitado e a esclarecer por que quer observar determinada ação e o que fará com tal informação. Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas, em qualquer momento do desenvolvimento do estudo, os devidos esclarecimentos serão realizados, para maior conforto.

O benefício desta pesquisa é possibilitar que a as pessoas envolvidas na academia direta e indiretamente, possam vislumbrar de maneira teórica e concreta a realidade sobre a mobilização que ações realizadas pela academia MM Boxe causam na população local, uma vez que, desenvolver um estudo sobre o espaço e a mobilização social que se deriva dessas atividades, propicia o efetivo exercício da cidadania nas dinâmicas urbanas da cidade de Rio Claro. É propondo um espaço de atenção, onde todos(as) serão ouvidos, e se sintam confortáveis para se expressar e contribuir com informações para a realização dessa pesquisa. Além disso, serão

realizados levantamentos bibliográficos e de dados históricos/jornalísticos que auxiliem no desenvolvimento de um trabalho com maior veracidade possível.

Novamente deve ser lembrado que o(a) senhor(a) tem o direito de interromper a entrevista a qualquer momento ou optar por não responder as perguntas que possam causar qualquer tipo de constrangimento ou desconforto. O(a) senhor(a) também tem o direito de recusar a forma de coleta de informações proposta pela pesquisadora e solicitar a remoção dos seus dados da pesquisa, sem qualquer penalização, mesmo após a coleta. Além disso, é seu direito obter esclarecimentos detalhados sobre qualquer aspecto da pesquisa em qualquer fase do processo. O(a) senhor(a) tem direito de exigir sigilo para garantir a privacidade dos dados e anonimato em relação à sua identidade. O(a) senhor(a) tem o direito de conhecer todo e qualquer material de registro derivado da observação e coleta, e entender o que poderá ou não ser utilizado para fins de pesquisa. Além disso, é assegurado que os dados que forem utilizados, serão exclusivamente para fins acadêmico-científicos conforme estabelecido nos termos da pesquisa. O (a) senhor (a) pode desistir da participação na pesquisa a qualquer momento e por qualquer motivo, sem sofrer prejuízos.

O(a) senhor(a) não terá qualquer forma de despesa e não será remunerado(a) para participar da pesquisa.

Por fim, fica garantido ao participante, conforme a Resolução CNS N° 510 de 2016 (Art. 2, item II) o ressarcimento material dos gastos decorrentes da pesquisa (tais como transporte, alimentação, entre outros), não somente ao participante, mas também para aqueles que o acompanham, além de também ser assegurada indenização e reparação por qualquer dano causado pela pesquisa ao participante. Os pesquisadores e instituições envolvidas ficam responsáveis por qualquer eventual dano, seja qual for a fase da pesquisa.

Em caso de dúvida ou para entender melhor a pesquisa, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato, em qualquer momento que julgar necessário, com as pesquisadoras e instituições envolvidas. Os dados para contato encontram-se no final deste documento. Ainda, se houver qualquer dúvida adicional, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Botucatu, através dos fones: (14) 3880-1608/3880-1609. Endereço: na Chácara Butignolli s/n° em Rubião Júnior, Botucatu - São Paulo. Horário de funcionamento: de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12.00 e das 13.30 às 17horas, CEP FMB/UNESP.

Se sentir suficientemente esclarecido(a) sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-a a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo uma via para a pesquisadora e uma para o senhor(a).

Rio Claro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador Responsável
pesquisa

Assinatura do participante da
RG: XXXXXXXX-X

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: “A ocupação MM Boxe como espaço de luta e mobilização social em Rio Claro-SP”

Pesquisador Responsável: Ana Paula de Oliveira

Cargo/função: Estudante de Pós Graduação - Mestrado

Instituição: Unesp - Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Dados para Contato: ana.p.o@unesp.br fone: (19) 99947-6036

Dados sobre o(a) participante:

Nome: _____

Documento de

Identidade: _____

Sexo: _____ Data de

Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone para

contato: _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Eu, _____, R.G. _____ da _____, autorizo a realização do projeto intitulado “A ocupação MM Boxe como espaço de luta e mobilização social em Rio Claro-SP” pelos (as) pesquisadores (as) Ana Paula de Oliveira do Ó e Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz, que envolverá o *levantamento de dados* primários e secundários por meio de internet, órgãos e instituições que possuam informações e dados que auxiliem na análise do tema proposto, fomentando a discussão sobre a problemática e formulando um quadro geral, um *trabalho de campo*, que buscará analisar e descrever o espaço e o contexto presente, além das interações que acontecem entre os sujeitos e objetos, apresentando a importância do esporte como ferramenta de acesso a direitos básicos, tanto como prática esportiva, quanto como mobilização social e por fim, a realização de entrevistas com roteiro de questões, junto às pessoas envolvidas (fundador, participantes e agentes públicos) com academia MM Boxe, como ao espaço do prédio utilizado, que formulará uma representação mais concreta do contexto, dinâmica e espaço, que resultaram na atual organização que rege o lugar, e será iniciado após a aprovação pelo Sistema CEP-CONEP.

A/O academia MM Boxe está ciente de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para desenvolvê-la em conformidade às diretrizes e normas éticas. Ademais, ratifico que não haverá quaisquer implicações negativas aos participantes das entrevistas e trabalho de campo, como os professores, alunos e frequentadores do espaço que não desejarem ou desistirem de participar do projeto.

Declaro, outrossim, na condição de representante desta organização, conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções nºs 466, de 12 de dezembro de 2012, e 510, de 07 de abril de 2016, e Norma Operacional nº 001/2013, pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), e disponíveis no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE.

Rio Claro, _____ de _____ de _____.

Nome completo e assinatura do responsável pela organização

Roteiro de entrevista para os frequentadores da academia MM Boxe em Rio Claro-SP.	
Nome:	
Idade:	
Nível de escolaridade:	Ocupação profissional:
Endereço:	
1- Como você participa do projeto/ espaço? () Integrante - professor () Integrante - aluno () Integrante - frente cultural () Frequentador - aluno () Frequentador - eventos () Frequentador - ações coletivas	
2- Poderia contar, resumidamente, sobre seu contexto histórico de vida? (apenas os fatos que se sentir a vontade de compartilhar)	
3- Quais as frentes do projeto que você participa: () frente cultural () academia de boxe () projeto social	
4- Como você conheceu no projeto?	
5- Você conhece a história do local que sede o academia MM Boxe? Se sim, qual é?	
6- Como o projeto foi desenvolvido nesse espaço?	
7- Qual a sua forma de contribuição com o espaço? (financeiramente ou execução de ações)	
8- Você sabe como o projeto se mantém financeiramente?	
9 - Quais ações te fazem considerar o MM Boxe como um espaço de lutas e discussões? Por que?	
10 - Você observa ou já observou alguma transformação na paisagem, consequência do MM Boxe? Se sim, de que forma?	
11- Você acredita que o MM Boxe te incentiva a participar com maior frequência de discussões e ações coletivas? Se sim, de que maneira? Possui temas específicos?	
12- Com qual frequência você participa das ações propostas pela MM Boxe?	

13- O que te motiva a participar com essa frequência?
14- Após iniciar sua participação no MM Boxe, você se sentiu estimulado a participar de outras atividades de lazer/ culturais propostas na cidade?
15- Você já verificou se as ações propostas pela academia resultam em algo (material ou imaterial) positivo para a população/ cidade ?
16- Você frequentaria a academia mesmo que sua localização fosse em outro bairro/ espaço?
17- Você tem alguma opinião sobre outras opções que a academia poderia utilizar para alcançar a população local, de forma que agregue a maior participação no espaço?
18- Você possui consciência que, participando das atividades propostas pela academia/grupo, já está inserido(a) num contexto de mobilização na luta por direitos?
19- A academia possui alguma característica a ser melhorada? Se sim, Qual?

Roteiro de entrevista para os integrantes da academia MM Boxe em Rio Claro-SP.	
Nome:	
Idade:	
Nível de escolaridade:	Ocupação profissional:
Endereço:	
1- Como você participa do projeto/ espaço? () Integrante - professor () Integrante - aluno () Integrante frente cultural () Frequentador - aluno () Frequentador - eventos () Frequentador - ações coletivas	
2- Quais as frentes do projeto que você participa: () frente cultural () academia de boxe () projeto social	
3- Poderia contar, resumidamente, sobre seu contexto histórico de vida? (apenas os fatos que se sentir à vontade de compartilhar)	
4- Quando a academia surgiu, já havia a pretensão de se fazer ações mais sociais com o espaço?	
5- Qual seria a palavra que descreveria a relação das pessoas com o espaço?	

() Ocupação () Organização () Projeto () Academia?
6- O espaço ocupado pelo MM Boxe “pertence” a alguém no momento?
7- Qual é a história da academia?
8- De onde veio a ideia de criação do projeto? A proposta inicial se mantém a mesma?
9 - Como se iniciou a frente cultural? Qual era/é o propósito? Este propósito se mantém?
10- Qual é o processo para a “entrada” no projeto?
11- Qual é a dinâmica adotada pelo grupo, para a tomada de decisões sobre as ações propostas?
12- Quantos eventos/ atividades o MM Boxe realiza no ano?
13- Existe algum tipo de auxílio que a academia receba? Se sim, são de instituições ou pessoas físicas? Se é de algum tipo de instituição, pública ou privada? É um auxílio constante?
14 -Você conhece a história do local que sede a academia MM Boxe? Se sim, qual é?
15- O espaço/local onde a academia se encontra, possui alguma influência sobre as atividades que são realizadas pela mesma? O projeto ainda seria o mesmo se acontecesse em outro local?
16- Você observa ou já observou alguma transformação na paisagem, consequência do MM Boxe? Se sim, qual?
17- Você já verificou se as ações propostas pela academia resultam em algo (material ou imaterial) positivo para a população/ cidade?
18- Como surgiu as atividades do projeto, que são desenvolvidas em outros bairros, como as atividades realizadas no Jd. Guanabara?
19- Tem algum “tipo” específico de pessoas ou classe social que frequentam o espaço? Quais?
20 - Quais ações te fazem considerar o MM Boxe como um espaço de lutas e discussões? Por que?
21- Há parcerias com outros projetos, ocupações ou movimentos sociais da cidade?
22- Você acha que as ações realizadas desafiam a estrutura de poder vigente localmente?
23- Você tem alguma opinião sobre outras opções que a academia poderia utilizar para alcançar a população local, de forma que agregue a maior participação no espaço?
24- Você possui consciência que, propondo/participando das atividades propostas pela academia/grupo,

já está inserido(a) num contexto de mobilização na luta por direitos?
25- A academia possui alguma característica a ser melhorada? Se sim, qual?
26- Quais são as perspectivas do projeto?

Roteiro de entrevista para representante do poder público de Rio Claro-SP.	
Nome:	
Idade:	
Nível de escolaridade:	Ocupação profissional:
Endereço:	
1- Qual é o papel da secretaria na proposição e execução de ações incentivam a participação da população nas atividades realizadas pela cidade?	
2- Quais são os espaços/ locais que a secretaria auxilia para a realização de atividades que mobilizam a população? O MM Boxe é considerado um desses espaços?	
3- Conhece a história da academia MM Boxe?	
4 -Qual é a relação da academia MM Boxe com a secretaria?	
5- Há o reconhecimento do espaço da academia como incentivador da cultura e do lazer na cidade?	
6- A academia MM Boxe promove ações que incentivam a participação popular no cotidiano da cidade? Ou em ações sociais?	
7- Como é feita a arrecadação/ distribuição de fundos para atividades ligadas ao lazer na cidade?	
8- Como são escolhidos os espaços para receberem auxílio/ verbas para a realização de suas atividades?	
9- Há parcerias com instituições privadas para apoio/ desenvolvimento de projetos como o MM Boxe?	
10- Qual é o processo que esses grupos devem realizar para receber recursos?	
11- Há algum estudo sobre os espaços que não estão ligados a prefeitura diretamente, mas de algum modo, auxiliam no exercício da cidadania?	
12- O esporte, como forma de lazer, tem impactos diretos no bem estar social da população? Como a academia se relaciona a este contexto?	
13- Quais outros espaços esportivos estimulam esse acesso ao bem estar social?	